

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte e Cinco de Fevereiro de Dois mil e Vinte e Dois

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e vinte e dois minutos, teve início, no Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente José Carlos Travassos Relva, Primeiro Secretário António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Bom dia. Cumprimento o senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, os meus colegas da mesa, senhores do público e senhores funcionários da Autarquia. -----

Dar nota das substituições: do Grupo Municipal do PSD: falta o senhor Deputado Jorge Manuel Barreto Xavier substituído por João Bernardo Rebelo Marques; falta o senhor Deputado Pedro Jorge Vilarinho Martins Lourenço Nobre substituído por Sara Cristina Palos Ramos; Grupo Municipal do PS: falta a senhora Deputada Ana Mendes Godinho, que teve a amabilidade de ligar a dizer que não podia vir por razões de Estado, em função dos problemas da Ucrânia, e é substituída por Liliana Palos Almeida; falta a senhora Deputada Paulisa Dóris D’Assunção substituída por Gonçalo Daniel Saraiva Marques; falta o senhor Deputado Rui Pedro Torres Ribeiro substituído por Nélia Paulo dos Santos Faria; falta o senhor Deputado João António de Lima Vaz substituído por Sara Gabriel Soares Venâncio; das Juntas de Freguesia: falta o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Azinha substituído pela Secretária Mónica Paula de Jesus Farias; falta a Presidente da Junta de Freguesia da Faia substituída pela Secretária Maria de Lurdes Máxima da Costa Pires; falta o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Estrela substituído pelo Secretário Cláudio Marino dos Santos Neves. -----

Não está na Ordem de Trabalhos, porque infelizmente os acontecimentos se produziram após a elaboração do Edital com a Ordem para hoje. No entanto, eu não gostaria, não queria deixar de neste momento, sublinhar a preocupação relativamente à situação da Ucrânia. Gostaria de dizer ainda, em nome da mesa, que colocamos no mesmo, digamos patamar, (...) e por respeito aos dois Povos que guardássemos um minuto de silêncio e que depois transmitíssemos às entidades Nacionais esta posição da Assembleia Municipal. Se me permitirem, então, com a vossa concordância, aguardaríamos um minuto de silêncio em pé. Muito obrigado. -----

Irámos dar início aos trabalhos e começaríamos pela votação da ata da Assembleia Municipal de vinte de dezembro de dois mil e vinte e um. Não sei se algum senhor Deputado se quer pronunciar? A ata foi disponibilizada. Se quiser pronunciar-se faça favor. Senhora Deputada? -----

Pedia aos senhores Deputados que interviessem junto do microfone e que tomassem atenção a duas situações: a primeira, que retirassem a máscara e pedia-lhes também em nome dos senhores funcionários e funcionárias que depois elaboram a ata, o favor de não se afastarem muito do microfone, porque depois há dificuldades enormes em perceber algumas das palavras que são proferidas. Muito obrigado.” -----

- **Deputada Luísa Campos (PS):** “Bom dia. A todos, na pessoa do senhor Presidente da mesa, cumprimento toda a Assembleia. Para a alteração da ata em três pequenos

pontos, três pequenas alterações. Na página quinze, na terceira linha a contar do fim da página, e cito: "...para o regular funcionamento do Canil/Gatil...", essa é uma. Na última linha da mesma página quinze, e cito: "... da Guarda, (e não ponto final) que presentemente, etc.; e finalmente na segunda linha da página seguinte, página dezasseis, cito: "... tem a cargo o programa CED (e CED não é com "S" é com "C") ..." obrigada." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhora Deputada, depois peço-lhe encarecidamente, se nos puder depois fazer um resumozinho do que é, porque eu não consegui acompanhar. Depois um apontamento, para depois corrigirmos. Mais algum senhor Deputado quer intervir sobre a ata? Não havendo, coloco a ata à votação." -----

--- **Resultado da votação da ata do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois.** -----

- Aprovada, por maioria, com sessenta e sete votos a favor e uma abstenção. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Chegou-nos também, embora já fora de prazo, o Relatório de Atividades da CPCJ relativo ao ano de dois mil e vinte e um, deveria ser enviado até trinta e um de janeiro, foi enviado posteriormente, portanto, foi disponibilizado na Plataforma. Não sei se algum senhor Deputado se quer pronunciar sobre este Relatório. Se, ninguém se quiser pronunciar, passaremos à Ordem de Trabalhos." -----

Período de Antes da Ordem do Dia

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Foram recebidas algumas Moções e Recomendações e havia um acordo tácito ou por acordo de cada Grupo Parlamentar utilizar seis minutos na apresentação das Moções. As primeiras Moções que deram entrada são do Bloco de Esquerda. Eu permitia-me, em nome da mesa, referir que o Regimento da Assembleia não refere que as Moções tenham que ser lidas, refere que as Moções são apresentadas, é o que diz o Artigo 39, Nº 1, alínea f – «Apresentar Recomendações, Propostas e Moções», portanto terão a liberdade de utilizar os seis minutos conforme entenderem. Tem a palavra a senhora Deputada do Bloco de Esquerda." -----

- **Deputado Miguel Borges (PS):** "Peço desculpa em estar a intervir nesta altura, mas devido a este conflito entre a Rússia e a Ucrânia, o Deputado Pedro Pinto gostaria só de um minuto, que ele gostaria para pedir aos senhores Deputados uma forma de intervenção da Assembleia Municipal. Poderá ser? O Deputado Pedro Pinto gostaria de falar um minuto, menos de um minuto, relativamente ao conflito Ucrânia /Rússia, se pudesse ser, está bem? Pode ser." -----

- **Deputado Pedro Pinto (PS):** "Bom dia a todos. Isto é só um ato simbólico. Eu imprimi umas bandeiras da Ucrânia e acho que poderíamos tirar todos uma fotografia e mostrar a nossa solidariedade para com o Povo da Ucrânia, não sei se se importariam. Trouxemos uma série de bandeiras para passar e tirarmos uma fotografia em conjunto para mostrar a nossa união que não deve ser só na Ucrânia, também deve ser aqui na Guarda e também deve ser de todos os Grupos Parlamentares que estão aqui, hoje, reunidos. E passava também para vocês. Não sei se alguém nos pode tirar uma

fotografia? Senão, posso eu próprio tirar. Eu só pedia que levantassem isso e tiramos uma fotografia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pedro Pinto já agora desculpe, qual é a posição da bandeira? Que é para colocarmos todos da mesma maneira, não sei se é o azul por cima, se é o amarelo, ou se é ao alto.” -----

- **Deputado Pedro Pinto (PS):** “Já perguntamos aqui ao Google.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Veja lá num instante. Já agora.” -----

- **Deputado Pedro Pinto (PS):** “É o azul.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É o azul para cima. -----

Senhora Deputada Bárbara Xavier faça favor.” -----

- **Deputada Bárbara Xavier (BE):** “Olá, bom dia a todas e a todos. Tem preferência na apresentação ou posso escolher a que ... é indiferente. Eu vou optar por ler aqui as Moções, porque acho que será mais conciso, do que eu iniciar uma conversa sobre elas que admito que acabo por passar, provavelmente, aqui o tempo. -----

A primeira Moção que o Bloco de Esquerda quer apresentar vem no seguimento da óbvia necessidade e já identificada pelo Executivo, de recuperação dos Parques infantis do Município da Guarda. Resumindo, já que os vamos requalificar, que eles sejam adaptados para que todas e todos nós os possamos usar. -----

Em setembro de mil novecentos e noventa, Portugal retificou a Convenção Sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em novembro de mil novecentos e oitenta e nove. De acordo com a Convenção uma criança é «todo o ser humano menor de dezoito anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo». A todas as crianças é reconhecido o direito ao repouso, aos tempos livres e a participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade, devendo os estados respeitar e promover estes direitos bem como o acesso em condições de igualdade (Artigo 31.º). -----

Às crianças com deficiência é assegurado o direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação ativa na vida da comunidade. Uma parte essencial do desenvolvimento da criança passa pelo direito a brincar, como a própria Convenção reconhece. Para que tal direito se possa concretizar, o Estado deve promover condições que permitam a efetivação desse direito, seja em parques infantis, jardins, parques recreativos ou outras infraestruturas de apoio à infância. -----

Sendo certo que muito se tem progredido no que concerne à disponibilização de parques infantis com condições adequadas para crianças e que garantam a sua segurança, há ainda muito a fazer para assegurar a existência de parques infantis que permitam que todas as crianças possam lá brincar. É necessário encarar esta realidade de frente e fazer o caminho que é premente de garantir, desde a infância, a inclusão das crianças com deficiência. E não se inclui excluindo estas crianças de contextos recreativos e lúdicos, como têm sido os parques infantis. -----

As Câmaras Municipais têm aqui um papel determinante devendo ser promotoras da inclusão e não agentes que fomentam a exclusão; garantir a existência de parques infantis acessíveis é um passo fundamental no longo caminho da inclusão que tem que ser feito. -----

Neste sentido e em seguimento da já prevista requalificação dos parques infantis, o Bloco de Esquerda encoraja a Câmara Municipal da Guarda a que na avaliação dos parques da sua responsabilidade sejam identificadas as condições de acessibilidade e, que a sua requalificação vise a adaptação dos parques e dos equipamentos presentes de modo a que sejam possíveis de usar por crianças com deficiência. -----

Sendo aceite, recomendamos à Câmara Municipal a realização de uma avaliação das condições dos parques infantis que inclua as condições de acessibilidade de parques e equipamentos, obviamente. Incitar a Câmara Municipal a proceder a uma calendarização que inclua a adaptação dos parques infantis a crianças com deficiência além da já identificada necessidade de requalificação geral e recomendar à Câmara Municipal que a zona circundante dos parques infantis seja adaptada a pessoas com deficiência, permitindo obviamente o seu acesso: estacionamento, piso rebaixado, pavimento adequado, o que for necessário para que todos possam aceder e brincar nos espaços públicos. -----

A segunda Moção, em relação ao Dia Internacional das Mulheres, já que falamos aqui na premente Guerra que temos, é de reforçar que também nestas situações são as crianças, são as mulheres que ficam mais desprotegidas. Somos nós a moeda de troca, somos nós a moeda de vingança e a própria defesa da Honra do País. Portanto, na linha da frente, não nos podemos esquecer entre Guerras maioritariamente compostas por homens, estamos nós, as mulheres. E então, passo a ler. -----

Há quarenta e cinco anos, a Organização das Nações Unidas oficializou o Dia Internacional da Mulher, como símbolo das lutas das mulheres operárias em várias partes do Mundo desde o final do século XIX. O dia oito de março tornou-se um marco na história da emancipação das mulheres, mas é também um dia para garantir balanço para a luta pelos direitos que ainda nos são negados. -----

O que começou por reivindicações por direitos de cidadania e o direito ao voto das mulheres firmou-se como o início de muitas lutas que determinaram conquistas marcantes no campo da igualdade de tratamento e de oportunidades. -----

Em Portugal, as mulheres têm hoje não só o direito ao voto sem restrições, como direito ao aborto seguro. São maioritárias no ensino superior, integram em força o mercado de trabalho e conquistaram a representação política. -----

Quatro décadas de democracia permitiram avanços notáveis na luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas persistem desigualdades estruturais em várias esferas da vida que imprimem uma linha divisória entre elas e eles e espelham uma teia de relações de dominação cujo fio condutor é o sistema patriarcal dominante. -----

Aqui e em todo o Mundo, a opressão secular do sistema patriarcal teima em querer subalternizar as mulheres, por serem mulheres. Permanecem os estereótipos de género que condicionam escolhas educativas e profissionais, a segregação nos cargos de chefia e a liderança, a desigualdade salarial que se agrava ainda mais na reforma. Perdura a desigual repartição no exercício das responsabilidades domésticas e com os filhos, assim como a feminização da precariedade, da pobreza e da exclusão social. Mantém-se a naturalização do assédio e da violência doméstica e continuam a morrer mulheres em relações de intimidade, continuam a ser assassinadas. -----

São as mulheres as principais vítimas de tráfico, da exploração sexual, da violação e da justiça machista, que insiste em desvalorizar a violência, desculpar agressores e responsabilizar sempre as vítimas. Sabemos que estas violências são mais profundas quando se cruzam múltiplas discriminações e, por isso, esta deve ser uma luta interseccional e internacional. -----

O ano que marca o vigésimo sétimo aniversário da Plataforma de Ação de Pequim, que é um instrumento internacional de referência para a eliminação dos obstáculos à plena igualdade entre homens e mulheres, confirma o crescimento dos movimentos e partidos de extrema-direita em todo o Mundo. Portugal não é exceção, no parlamento, fora dele, assiste-se ao renascimento do conservadorismo e do reacionismo, dos comportamentos racistas, machistas e misóginos que trazem consigo a ameaça do retrocesso de direitos, da igualdade e da solidariedade. -----

Por estas mulheres e com todas as mulheres, o objetivo da Igualdade exige o combate há cultura machista instalada e a coragem de alterar as estruturas do poder estabelecido, os papéis estereotipados e a opressão sobre as mulheres. -----

Esperando, obviamente que aprovelem, a Assembleia Municipal da Guarda, aqui reunida saúda o Dia Internacional das Mulheres, celebra as conquistas alcançadas e reafirma as lutas que ainda falta travar. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigada. Algum senhor Deputado se deseja pronunciar sobre a primeira Moção, relativamente aos parques infantis? Se desejar tem a palavra. Senhora Deputada faça favor.” -----

- **Deputada Manuela Fernandes (PS):** “Bom dia a todos. A bancada do Partido Socialista vai obviamente votar a favor desta proposta; no entanto, vou questionar aqui o senhor Presidente relativamente a uma semelhante proposta que foi feita no mandato anterior, pela voz da Vereadora do PS Cristina Correia, em que propunha precisamente a aquisição de equipamentos para todas as crianças. Sabemos que foi, na altura, aberto um concurso público para reabilitação de alguns jardins que contemplavam esses mesmos equipamentos. Sabemos também que a ASAE multou o Município pelo estado de alguns jardins. Foi dito pelo senhor Presidente que iria, a breve trecho, iniciar um procedimento para a requalificação dos jardins, prevê-se ou não isto? Prevê-se ou não a inclusão de equipamentos e de acesso a crianças e a pessoas com mobilidade reduzida?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente pretende usar da palavra? Faça favor. Mais algum senhor Deputado quer falar sobre este tema? O senhor Presidente, se houvesse mais algum senhor Deputado, falaria no fim, se não houver mais nenhum senhor Deputado, daria desde já a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Senhor Presidente da mesa, demais membros da mesa da Assembleia Municipal. Caros colegas do Executivo, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, jornalistas, funcionários do Município, Chefes de Divisão, ao meu Gabinete, bom dia a todos. ----- De facto, nós começámos aqui com um minuto de silêncio e com aquela fotografia referindo que de facto todos somos Ucrânia. Nenhum de nós gostaria de ter começado

o dia de hoje desta forma, mas infelizmente, o sinal dos tempos, de alguma loucura da luta pelo poder que anda pelo Mundo fora e pior do que isso, pela nossa Europa, aqui bem perto. E esperemos dar aqui um sinal de esperança, de conforto e de muito apoio aos nossos mil e quinhentos militares que já foram mobilizados para acompanharem, esperemos que, por agora, só acompanharem a Guerra que está já a decorrer. E esperemos que tenha um fim próximo e que a Diplomacia e que a Paz Mundial prevaleça sobre as loucuras de alguém que insiste em governar apenas no poder, pelo poder e pelo dinheiro do Gás e do Petróleo, que foi aquilo que nós vimos, essencialmente ontem depois de deflagrar a Guerra. -----

Senhor Presidente, senhoras Deputadas, sobre a questão que nos foi colocada e sobre a Moção, naturalmente que nós estamos plenamente de acordo, estamos plenamente a favor. Aliás, foi isso que efetivamente nós fomos dizendo ao longo dos últimos meses, desde que iniciámos mandato. Sobre o que se passou no mandato anterior convirão que não me compete a mim falar sobre isso. Eu não falarei sobre o mandato anterior. O que se passou de bem, o que se passou de mal, não vou falar sobre isso. -----

O que importa é falar do que nós estamos a fazer neste momento. Está a ser nomeada uma Comissão de Vistoria que não existia dentro da Câmara da Guarda, uma Comissão de Vistoria Técnica para fazer, precisamente, a avaliação e o acompanhamento dos parques infantis. Chegou há cerca de quinze dias, as multas da ASAE, chegaram há quinze dias, lá estão os juristas a fazer a sua análise para tentar rebater, de alguma forma, e minimizar o estrago financeiro que nós possamos vir a ter. E, tal como nós já referimos, será uma calendarização feita a quatro anos. -----

Nós estamos a falar de um investimento nunca inferior a meio milhão de euros e sem qualquer garantia de financiamento. O mais certo mesmo é nem haver financiamento e, por isso, é que nós estamos a trabalhar para que durante este ano seja feita a primeira empreitada e nos próximos quatro anos, exatamente da mesma forma, porque é um investimento avultado, mas naturalmente que nós assumimos o compromisso, já várias vezes o dissemos e reafirmamos aqui, para repor as acessibilidades a todos os parques infantis e, naturalmente as condições acessíveis nos equipamentos dos próprios parques infantis e é isso que nós naturalmente vamos fazer, sendo consequentes com o nosso Programa Eleitoral e com aquilo que nós sempre afirmámos. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava então a primeira Moção sobre os parques infantis à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Parques Infantis Adaptados para Crianças com Deficiência** -----

- *Aprovado, por unanimidade, com setenta e três votos a favor.* -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Relativamente à segunda Moção sobre o Dia Internacional das Mulheres, se algum senhor Deputado ou senhora Deputada se quiser pronunciar, faça favor. Não havendo nenhuma intervenção, colocaria à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Dia Internacional das Mulheres** -----

- *Aprovado, por unanimidade, com setenta e três votos a favor.* -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passaria de seguida às Moções apresentadas pelo CDS/PP. Tem a palavra a senhora Deputada, faz favor. Senhora Deputada pedia-lhe como a primeira Moção tem três páginas A4 e há um limite de seis minutos, pedia-lhe o seu poder de síntese, porque tem depois mais outras duas Recomendações. Faça favor.”

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS/PP):** “Bom dia a todos. A nossa Moção é pela Construção da Barragem do Luzelo. A região da Guarda é muito afetada pela seca que assola o país, sendo que as explorações agrícolas existentes na região são essencialmente pecuárias, devido às condições climatéricas. São, no entanto, estas explorações que garantem, por um lado a fixação das pessoas à terra, e por outro a existência de aceiros naturais contra incêndios. Temos visto, nos últimos dias, por todo o país, a descida dos leitos dos rios, das barragens e albufeiras. É por isso urgente um plano de armazenamento de água que permita em todo o território a sua reserva e armazenamento. Porque sem água não há futuro nem podemos viver. -----

Existe um estudo que prevê a construção de reservatórios de água para a região, através da construção da Barragem do Luzelo, na zona do Adão, cujo projeto, tanto quanto se pode constatar, se encontra parado. A implementação de projetos de regadio implica a existência de Estudo Prévio, Estudo de Impacto Ambiental e Estudo de Viabilidade Económica, bem como a constituição de uma junta de agricultores. O documento «Estratégia para o Regadio Público 2014-2020», datado de setembro de 2014, contém um conjunto de investimentos sinalizados pelas Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), sendo que a referida Barragem do Luzelo consta das indicadas pela DRAP Centro. -----

Os aproveitamentos hidroagrícolas permitem a valorização das áreas agrícolas e pecuárias das regiões envolvidas, sendo de importância fundamental para o desenvolvimento económico, nomeadamente do interior, bem como a adaptação destas regiões do país às alterações climáticas. Passamos a citar: «A Barragem do Luzelo enquadra-se no Programa de Novos Regadios Coletivos, promovido pela Direção Regional de Agricultura da Beira Interior (DRABI), tendo como objetivo o incremento local das atividades agrícolas, dotando de infraestruturas hidráulicas de apoio, por forma a dar resposta às carências e dificuldades verificadas na região, que necessita inevitavelmente de investimentos que potenciem o seu desenvolvimento. A análise integrada dos vários aspetos ambientais, realizada neste estudo, permite concluir que a zona de influência do empreendimento se pode caracterizar, globalmente, como de boa qualidade ambiental, no que respeita à qualidade atmosférica, acústica, hídrica e paisagística, sendo a ocupação agrícola-florestal dominante, marcada por uma galeria ripícola bem desenvolvida, marginada por lameiros, compartimentados por muros de pedra solta e por sebes arbóreas de interesse florístico. -----

Os impactos positivos que foram analisados, no referido estudo, relacionam-se por seu lado com o fim a que o empreendimento se destina: o fornecimento de água para uma área definida de regadio coletivo, a jusante da barragem. A possibilidade de incremento do regadio de zonas consideradas de boa aptidão agrícola, virá promover o desenvolvimento desta atividade, convertendo o tipo de culturas e as práticas agrícolas no sentido de incrementar a produção. Assim, a dotação de água para rega viabilizada pela exploração do empreendimento, constitui, sem dúvida, um impacto da máxima importância local, que trará benefícios significativos para as populações desta região,

atualmente com grandes carências infraestruturais de apoio às atividades económicas tradicionais, nomeadamente à agricultura.» -----

A barragem do Luzelo encontra-se projetada para a ribeira com o mesmo nome, concelho da Guarda (Freguesias de Vila Fernando e Adão), sub-região da Beira Interior Norte, região Centro e tem como principal objetivo assegurar o regadio numa área imediatamente a jusante, já localizada, quase exclusivamente, na Freguesia do Marmeleiro. Como finalidade da obra de retenção aponta-se a irrigação de um perímetro agrícola estimado em cerca de cento e quarenta hectares, ao longo da ribeira do Luzelo e a jusante do local e de implantação da barragem, beneficiando terrenos situados próximos das povoações de Monte Braz e Marmeleiro. Assim, o armazenamento de água na albufeira tem como destino a rega de uma área considerada de elevado potencial agrícola, possibilitando a sua reestruturação fundiária e cultural, no sentido de desenvolver e incrementar a sua produção. -----

Tendo em conta o envelhecimento do sector agrícola nesta região e a tendência crescente para o abandono desta atividade, o presente empreendimento tem um papel fundamental na inversão destes processos e na promoção de uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto atividade produtiva, moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável deste território rural, nas suas componentes ambiental, económica e social. Sempre defendemos a aposta no interior de Portugal, reconhecendo que existem muitas formas de assinalar e combater as diferenças, mas entendemos que cabe ao Estado fazer tudo o que estiver ao seu alcance com o intuito de promover a coesão económica, social e territorial, atenuando progressivamente as desigualdades territoriais e permitindo que as populações do interior tenham os mesmos níveis de bem-estar e desenvolvimento económico de outras zonas do território mais favorecidas. -----

Não podemos aceitar a falta de aproveitamento agrícola e de distribuição de água da barragem do Sabugal (cuja água segue especialmente para o regadio da Cova da Beira através de um túnel que permite encher a barragem da Meimoa e garantir o regadio a Sul, sem benefícios para o próprio Concelho do Sabugal). Não se compreende a falta de aposta em pequenas barragens nos nossos ribeiros e rios. Assim, urge defender a implementação do regadio no Concelho da Guarda e a construção da Barragem do Luzelo, na zona do Adão. -----

É perante um quadro de insuficiência de infraestruturas de armazenamento de água e num quadro de seca absolutamente incomportável (que se irá repetir ciclicamente no futuro) para agricultores e criadores de gado do Concelho da Guarda, que o grupo municipal do CDS solicita à Assembleia Municipal da Guarda, reunida a vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, que delibere: -----

1 - Que seja retomada de imediato e com carácter prioritário, a construção da Barragem do Luzelo, com vista à supressão da grave carência de água para as atividades do setor primário do Concelho da Guarda, nomeadamente a agricultura e a pecuária; -----

2 - Que sejam construídos pequenos açudes nos cursos de água do Concelho, consoante os contributos que o município deu na consulta pública do Programa Nacional de Regadios. -----

Desta deliberação deve ser dado conhecimento a sua Excelência, o senhor Presidente da Assembleia da República, a Sua Excelência o senhor Primeiro Ministro, a Sua Excelência a senhora Ministra da Agricultura e a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, já ultrapassou o seu tempo em trinta e quatro segundos, eu repito e chamava até, permite-me chamar a atenção dos senhores Deputados, para o que dispõe a alínea f) do número 1 do artigo 39º «apresentar recomendações, propostas e moções», não é ..., esgotou o tempo, não sei como é que agora pretende resolver o problema com as outras duas Moções.” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS/PP):** “Não é Moções, as outras eram Recomendações.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas se as vai ler ultrapassa o tempo. E a mesa tem que tratar todos os grupos por igual.” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS/PP):** “Claro, claro que sim. Mas eu não vou ler. Eu já não vou ler mais. Pronto, só queria mesmo apresentar esta Moção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu penso que poderia fazer, permitam-me, nos Congressos Partidários, são apresentadas Moções, mas depois são apresentadas, não são lidas. Isto é uma sugestão apenas, da mesa.” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS/PP):** “A construção da barragem, permita-me que lhe diga, implica um estudo de impacto ambiental, um estudo de impacto económico e isso já está feito, e era importante também referir isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A senhora Deputada tem mais duas Recomendações, esgotou o tempo, ...” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS/PP):** “Pronto, então não leio as Recomendações, acho que é importante.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Elas estão na Plataforma.” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS/PP):** “Sim, claro que sim.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Acho que se poderia aqui, enfim, de outra maneira sucinta, apresentar as Recomendações e as Moções. Agora ler, não me parece que seja muito lógico.” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS/PP):** “Sim. Ou seja, as Recomendações, uma tem a ver com a Requalificação Ambientalmente Sustentável dos Espaços Verdes de Proximidade. O que nós queremos dizer com isto, é claro que as rotundas, as flores são muito bonitas nas rotundas, mas nas rotundas ninguém vive e, portanto, acho que também deve haver um investimento nos espaços verdes de proximidade. Nós damos aqui alguns exemplos: como por exemplo, o largo em frente ao Centro Escolar da Sequeira; o Jardim dos Delírios, onde deve haver algum investimento na recuperação ambientalmente sustentável. -----

A outra Recomendação tem a ver com a criação de uma marca da Guarda, que também está na plataforma e, portanto, também acho que não é... A criação de uma marca da

Guarda, com alguns produtos também desta região à semelhança do que é feito, por exemplo, com a cereja na zona do Fundão. Nós podíamos aqui investir no Azeite, nos Enchidos, com marca da Guarda. Pronto. Peço desculpa, então.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Nada, por amor de Deus. Muito obrigado. Algum senhor Deputado, sobre a Moção Pela Construção da Barragem do Luzelo, algum senhor Deputado se quer pronunciar sobre este tema? Senhor Deputado, faz favor.” ---

- **Deputado José Pereira (PG):** “Num investimento previsto de 5 milhões e 100 mil euros, é o valor que está ali previsto, consideramos que esse valor se for repartido pelas várias linhas de água: Massueime, Ribeira das Cabras, a Ribeira do Luzelo, se formos para o Vale da Teixeira, para a Ribeira na Vela, fazendo pequenas retenções de água, pequenos açudes é muito mais proveitoso do que fazer aquela Barragem naquele local. ----- Aliás, no estudo de impacto ambiental que houve, houve um parecer desta Assembleia, não esta, mas à data e houve uma recusa da parte do GEOTA, portanto algo se passa e é necessário ter algum cuidado com isso, porque a água tal como referiu, ainda agora nesta última intervenção, é um bem que precisamos de tratar com cuidado e as grandes retenções de água trazem consequências para todo o espaço envolvente. Só isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Mais algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta Moção da Construção da Barragem do Luzelo? Não havendo. Desculpe lá.” -----

- **Deputado Miguel Borges (PS):** “O grupo parlamentar do Partido Socialista concorda com aquilo que foi trazido pelo senhor Deputado e, portanto, iremo-nos abster, porque tecnicamente não sabemos se neste momento a construção da barragem do Luzelo será a melhor solução para o regadio, que todos desejamos que venha a ser construído.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Mais algum senhor Deputado? Faz favor.” -----

- **Deputado José Pereira (PG):** “Só para deixar claro este aspeto - é óbvio que nós acompanhamos e que a proposta é válida para se fazer a análise, pelo que votaremos favoravelmente. No entanto, com esta recomendação de que deixando, e investindo mais, em pequenas retenções apenas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Bom, mas permitam-me, a proposta, a Moção apresentada pelo CDS diz que seja retomada de imediato e com carácter prioritário a construção da barragem. É isto que se pede, é que seja retomada de imediato e com carácter prioritário a construção da barragem, não é estudo sobre a construção. A Moção é: construir já, é isto que a Moção diz. Portanto, colocaríamos ... quer pronunciar-se senhor Presidente da Câmara, faz favor.” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretário:** “A senhora Deputada quer fazer um esclarecimento.” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS/PP):** “Eu acrescentei mais tarde, ou seja, eu não tenho só um ponto, ou seja, o que eu enviei era só um ponto, mas depois em conversa ..., eu acrescentei que delibere que seja retomada a construção da barragem do Luzelo e a construção de pequenos açudes nos cursos de água do Concelho, nos diferentes cursos de água do Concelho, e não só, ... teria um ponto dois que previamente eu acrescentei depois na apresentação. E é assim, a construção da Barragem, esses estudos já estão feitos.” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretário:** “Mas enviou o documento?” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS/PP):** “Não, porque foi agora em conversa, foi em diálogo com outros grupos parlamentares.” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretário:** “Pode fazer-se é uma alteração a esta Moção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, então quais são os pontos concretos que vamos votar, que é para sabermos o que estamos a votar.” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS/PP):** “Que seja retomada de imediato...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Então são dois pontos? Desculpe lá, permita-me, são dois pontos?” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS/PP):** “Sim.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Então não se importa de dizer qual é o ponto um, que é para sabermos o que é que vamos votar.” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS/PP):** “Sim. Que seja retomada a construção da barragem do Luzelo, um. Sim?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Sim.” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS/PP):** “Número dois: que sejam construídos pequenos açudes nos cursos de água do Concelho consoante os contributos que o município deu na consulta pública do Programa Nacional de Regadios. “ -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Certo. Entendi. Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara deseja pronunciar-se? Faça favor, tem a palavra.” -----

- **Deputada Dulcineia Coito (PSD):** “ Eu peço imensa desculpa, mas é que, entretanto, agora ficou a pairar a dúvida. Porque nós até já tínhamos um sentido de voto. É que, cumprido o número um, não é, da Moção já dispensa o número dois. Eu sugeria ou o grupo municipal do PSD sugeria que fosse reformulada, efetivamente a Moção, porque tal qual está, a recomendação para o número um, já deixa de fazer sentido o número dois, não é? Se temos a barragem já não precisamos dos açudes.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, não.” -----

- **Deputada Dulcineia Coito (PSD):** “ Senhor Presidente, sinceramente, isto está a gerar uma confusão tremenda, certamente que ficaríamos mais esclarecidos agora com aquilo que se vai pronunciar o senhor Presidente da Câmara, mas sugeríamos, efetivamente que, o documento que está na Plataforma não corresponde aquilo que a Deputada Cláudia acabou de apresentar e de defender. Eu sugeria é que não fosse votada e que fosse reformulada a proposta. Eu, em representação do meu grupo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Posso?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faz favor, senhor Presidente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Eu penso que os pontos são complementares, penso eu que são complementares. Aliás, daquilo que percebemos da Assembleia, os senhores Deputados, que manifestamente são a favor da retoma da barragem do Luzelo, da retoma do processo conducente ao início da construção da barragem do Luzelo e, conseqüentemente, com a recuperação dos açudes de todo o Concelho. Acho que são pontos complementares, aliás, está na Estratégia Nacional da Água, está na Estratégia Nacional da Agência Portuguesa do Ambiente e é simplesmente, permitam-me a expressão, senhor Presidente, é dar fogo à peça, ou seja, acelerem este processo. -----

E no que diz respeito ao Plano Nacional de Regadios 2030, que terminou há bem pouco tempo, mas a discussão pública que foi colocada em algumas plataformas e essa discussão pública devia ter sido muito mais participativa e muito mais difundida do que aquilo que foi, porque muitas das Autarquias, para não dizer todas, nenhuma recebeu uma comunicação direta de quem estava a fazer, que era o Ministério da Agricultura que estava a fazer essa consulta, mas o Município da Guarda foi à discussão pública. --- E foi à discussão pública defendendo este processo da barragem do Luzelo de dois mil e seis, como disse e muito bem, o senhor Deputado do Movimento Pela Guarda, muito obrigado. Mas há outros estudos, há aqui algumas pessoas que se lembrarão disso, do Projeto do MEREK dos anos setenta, do final dos anos setenta, do Projeto MEREK foi um Projeto financiado pelos Estados Unidos de ordenamento do território, sob o ponto de vista hídrico. -----

Aliás, na carta da reserva ecológica do Município da Guarda, do PDM de mil novecentos e noventa e quatro até lá estava. Que era algumas manchas, previamente sinalizadas, de algumas outras pequenas barragens, na Ribeira de Massueime, na Ribeira das Cabras, isso estava lá. E nós, na discussão pública, nós também lá colocámos isso, porque o regadio tem que ser para todo o Concelho, não é só num local localizado, tem que ser em todo o Concelho. Nós fomos recuperar esses bons estudos, que foram feitos à época e na discussão pública colocámos lá também para que se iniciem esses estudos para que de uma vez por todas, nós consigamos perceber se há recursos hídricos que comportem a construção dessas barragens em todas estas linhas de água que nós já falámos, a Ribeira do Luzelo. -----

Aliás, há uma outra mancha também próxima da Ribeira do Luzelo, já mais próxima da Ribeira de Pega que também estava previsto nesse estudo do final dos anos setenta,

mas nós na discussão pública também, colocámos lá a necessidade de um estudo de regadio para o Vale do Mondego, porque é um Vale fértil. Então, se nós temos terras férteis, temos que ter água para podermos fazer mais culturas agrícolas, boas culturas agrícolas. Nós colocámos isso na discussão pública também, no Vale do Mondego e na zona sul do Concelho, em Valhelhas, em Gonçalo, na Vela, no Vale da Teixeira. Nós colocámos isso também na discussão pública, até porque o regadio da Cova da Beira não está muito longe dali. E nós fizemos questão de colocar isto na discussão pública, não sem antes dizer também que aqueles regadios tradicionais, há regadios tradicionais, e honra seja feita à Junta de Freguesia de Cavadoe que está a investir e está a recuperar esse regadio tradicional recorrendo a fundos comunitários. São boas práticas que devem ser retomadas. -----

O Concelho da Guarda terá perto, eu não irei errar por muitos números, mas terá perto de vinte regadios tradicionais, pequenos regadios tradicionais, próximos das aldeias e que importa também ser retomado o estudo da recuperação desses regadios tradicionais. E que haja novamente financiamento e reforçar os financiamentos para que esses regadios possam também ser recuperados num futuro próximo. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Então se me permitem, talvez colocássemos à votação, primeiro os pontos em separado.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Ponto 1 – Construção da Barragem do Luzelo** -----

- *Aprovado, por maioria, com treze abstenções e sessenta e cinco votos a favor.* -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Ponto 2 – Construção de Pequenos Açudes Pelo Concelho** -----

- *Aprovado, por unanimidade, com setenta e oito votos a favor.* -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O grupo parlamentar do CDS apresentou ainda uma Recomendação sobre a criação de uma marca regional da Guarda, associada a produtos com tradição local do setor agropecuário. Algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta Recomendação? Senhor Presidente da Câmara, deseja...? Por agora não. -----

Segunda Recomendação, requalificação ambientalmente sustentável dos espaços verdes de proximidade. Algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta matéria? Nenhum senhor Deputado. Senhor Presidente de Câmara?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Só dizer, muito rapidamente que deve ser mesmo em todos os espaços verdes, senhora Deputada, em todos os espaços verdes ditos de proximidade, nos nossos Bairros da cidade, que essa prática de uma forma gradual, deve ser seguida. Portanto, dar apenas este aporte para a sua Recomendação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente da Câmara. Passaríamos agora às Moções e outros documentos apresentados pelo Partido Socialista. Chamava a atenção também para o problema do tempo e começaria aqui, se

me permitem por um pedido de esclarecimento, subscrito pela senhora Deputada Liliana Almeida. Quer usar da palavra? Faz favor.” -----

- **Deputada Liliana Almeida (PS):** “Obrigada senhor Presidente. Cumprimentar todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia e começando. -----
É com alguma tristeza que vejo este ano serem cancelados os próximos eventos como o Julgamento e Morte do Galo e a FIT, segundo o senhor Presidente disse, ser por causa dos condicionamentos da Pandemia da Covid-19. -----
No entanto, vemos em outros Concelhos do nosso Distrito, Câmaras a realizarem os seus eventos de forma a incentivar as economias locais, tais como, a Feira das Tradições em Pinhel, a Expo Estrela em Manteigas, a Feira do Fumeiro, dos Sabores e Artesanato do Nordeste da Beira em Trancoso, todas elas respeitando os condicionamentos cada vez mais leves devido à evolução da Pandemia. -----
Se os próprios médicos recomendam um alívio das medidas e um regresso à normalidade o porquê de a Câmara da Guarda continuar a cancelar eventos com base na Pandemia? -----
Se poderíamos compreender o cancelamento do Julgamento do Galo por causa dos casos de Covid, não compreendemos de todo a mesma justificação para o cancelamento da FIT, e esta sua decisão levanta algumas dúvidas. Porque preferiu cancelar a FIT em vez de a adiar para o Verão? -----
O que vai fazer ao dinheiro que estava alocado a estes eventos no orçamento que apresentou em dezembro a este órgão na rubrica «Seminários, Exposições e Similares»? Já chegou o momento de começar a olhar para o futuro da nossa cidade e do nosso Concelho, de regressar progressivamente à normalidade e não utilizar a Pandemia como desculpa para a ineficiência. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Senhor Presidente de Câmara pretende dar algum...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Bom, eu começo por pedir que haja algum entendimento, já agora nos pedidos de esclarecimento e nas Moções, que o grupo parlamentar do Partido Socialista apresenta, porque se numa Moção se pede para reafectar as verbas para determinado evento, já iremos falar num outro ponto, sobre essa Moção. Não se pode, por outro lado, estarmos a dizer, falarmos mal do adiamento do Carnaval e do adiamento da FIT. Tem que haver aqui algum entendimento, alguma consonância com aquilo que nós dizemos. Porque essa questão do encontro dos nómadas digitais, já iremos falar, achamos uma ideia muito interessante, mas tem que haver aqui algum entendimento, «a bota tem que bater com a perdigota», sobre esse ponto de vista. -----
Mas, eu devo aqui relembrar, é bom saber, nem todos sabemos, é normal que nem todos sabemos da mesma coisa. Como é que se prepara o Julgamento e Morte do Galo, esse grande evento que já tem muitos anos no nosso Concelho, que começou numa aldeia aqui bem próximo, é lá que tem a suas raízes. É um espetáculo comunitário, é um evento comunitário que exige meses de preparação, que o digam as Juntas de Freguesia, os meses que levam a construir os carros alegóricos, a fazer os ensaios com a sua população, e este espetáculo comunitário não se consegue, permitam-me a expressão, «montar no espaço de um mês». -----

Só há duas ou três semanas, duas semanas, é que nós tivemos o alívio das medidas Governamentais, força, naturalmente, das orientações da DGS. E neste tempo não era possível fazer um Julgamento do Galo da forma tradicional, é manifestamente impossível, precisamente, porque foram abertas as restrições ou foram levantadas as restrições, há cerca de quinze dias, porque vejam só, o mínimo para fazer um espetáculo condigno como a Guarda merece, levaria no mínimo dos mínimos quatro meses de preparação. -----

Ora, isto leva-nos a outubro do ano passado, ora em outubro do ano passado, as restrições não estavam no máximo, mas estavam a caminhar para lá, bem sabemos. E, ninguém saberia aquilo que iria acontecer e, por isso, é que nós acabámos por tomar essa decisão em consciência, somos responsáveis e assumimos as consequências dos nossos atos, em política é assim. Não nos podemos andar a escamotear, ora para um lado ora para outro, temos que assumir as consequências, foi para isso que fomos eleitos para governar. -----

E, por isso, é que para termos um espetáculo condigno, se Deus quiser, no próximo ano, assim possamos dizer isto, daqui a um ano, iremos ter sim, aí um espetáculo, um Julgamento e a Morte do Galo honrando o espírito e honrando a qualidade que a Guarda merece, porque em política não vale tudo. E essa questão da comparação com os Concelhos vizinhos, eu não sei se isto revela falta de autoestima ou dizendo que «a galinha da vizinha é melhor do que a minha», mas não vamos nunca por aí. Nós nunca devemos ir por aí e, portanto, é desta forma, com este pragmatismo, com esta frontalidade, que nós o dizemos. -----

No que diz respeito à FIT, pior ainda, a Feira Ibérica de Turismo, eu estive na organização durante vários anos, como sabem, da Feira Ibérica de Turismo, com muito orgulho. Mas, importa saber, porque era isso que também devia ser dito aqui, qual é que é o retorno da Feira Ibérica de Turismo, o balanço entre a receita e a despesa e o retorno para o Município, isso importa saber, medir tudo isso, porque estamos a falar num investimento já próximo do meio milhão de euros. E este Executivo..., não estava no nosso Programa Eleitoral, plasmado dessa forma, mas podíamos assumir não fazer a Feira Ibérica de Turismo, mas nós já assumimos que até a podemos fazer no próximo ano, nestes moldes ou noutros, não é isso que está aqui em causa. -----

Mas tinha que ser com a qualidade devida e nós devemos pensar no tempo que demora a fazer precisamente a programação ou digamos, a organização da FIT. Reparem, só para a contratação pública são três meses, são concursos públicos internacionais, são mais dois meses para a sua montagem, são mais quatro meses para intensos contactos com os *players* nacionais e espanhóis, com os *players* ibéricos e tudo isto leva-nos a setembro, agosto do ano passado, pelo menos. -----

O Mundo estava em suspenso, Portugal estava em suspenso, naturalmente, por força da Pandemia, nós não queremos fazer uma Feira Ibérica de Turismo, uma Feira de «vão de escada», não. Subiu a qualidade ao longo dos anos e bem, e é nesse patamar que nós nunca devemos baixar, a Feira Ibérica de Turismo. E, por isso, é que, se Deus quiser no próximo ano, falaremos sobre essa matéria. Porque uma FIT, uma Feira Ibérica de Turismo, tem datas fixas, há calendários nacionais e ibéricos das feiras. Adiar para o Verão não é possível, porque há outras feiras já a decorrer em Portugal e em Espanha e, portanto, esses calendários são fixos e nós por tudo isto que acabámos de referir assumimos em consciência, com pragmatismo, adiar a feira para o próximo ano e depois veremos em que moldes é que ela se irá realizar. -----

Sobre a questão da ineficácia, senhora Deputada, nós não somos nenhum espelho do passado e, portanto, peço que reflita naquilo que referiu, peço apenas uma reflexão, porque nós acabámos de completar cerca de cento e vinte dias de mandato. E, portanto, já estar a falar desta forma acicatada acho que não nos parece bem, não nos parece cordial que nós sejamos tratados desta forma. Muito obrigado, senhor Presidente.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Apresentou, ainda, o grupo parlamentar do Partido Socialista, uma Moção denominada Guarda 5.0, senhor Deputado Pedro Pinto ... peço desculpa, não entendi. O pedido de esclarecimento foi feito, o senhor Presidente da Câmara respondeu, não me parece ..., aquilo que eu penso é que foi feita uma pergunta e o senhor Presidente respondeu e agora quer outra vez fazer outra pergunta? -----
E qual é a figura regimental que invoca nos termos estatutários do Regimento? Eu não quero cercear a palavra a ninguém, mas se começamos aqui no bate, bate, agora pergunta depois o senhor Presidente responde e depois responde, parece que não saímos daqui. Com todo o respeito, mas faz favor.” -----

- **Deputada Liliana Almeida (PS):** “Não roubando muito tempo à minha bancada, mas simplesmente dizer uma coisa ao senhor Presidente da Câmara, que nos acusa a nós de ser incoerentes, mas o senhor também acabou de ser um bocadinho incoerente e eu vou-lhe dizer porquê. Porque ao falar da sua experiência, na realização da FIT e termina dizendo que uma pessoa não pode ser um bocadinho mais acutilante, porque só está em governo há cento e vinte dias, tem que ser coerente senhor Presidente. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Senhor Presidente, não sei se pretende ..., muito obrigado. Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor. Pedia-lhe o seu poder de síntese.” -----

- **Deputado Pedro Pinto (PS):** “Vamos para a frente que é o que é importante.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não se importa de retirar a máscara? Se fizer favor.” -----

- **Deputado Pedro Pinto (PS):** “Sim.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Deputado Pedro Pinto (PS):** “Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia e demais membros da mesa, excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, caras e caros Presidentes de Junta, público presente e que nos acompanha através dos meios digitais, órgãos de comunicação social e Técnicos da Autarquia. -----
É para mim uma enorme honra estar aqui, pela primeira vez, nesta Assembleia Municipal, pelo que sei estou rodeado de pessoas que certamente quererão o melhor para a Guarda e que, certamente, também no futuro vão zelar para o melhor deste

Concelho. Agradeço também a quem confiou em nós todos para estarmos aqui e definir o presente e delinear o futuro deste Concelho. Ao que realmente importa. -----
O Mundo caminha para um estado de Pós-Pandemia. Para trás, com reflexo no presente e no futuro, ficam as marcas e fragilidades da nossa sociedade e tudo o que esta Pandemia por COVID-19 nos ensinou (ou devia ter ensinado). -----
Sabemos que foram tempos de enormes e difíceis desafios, em que muitos de nós fomos obrigados a ficar em casa, com a nossa família, durante alguns períodos, enquanto outros nos garantiram os serviços fundamentais para que a nossa sociedade se mantivesse «viva», como os profissionais de saúde, os bombeiros e outros. Foi um verdadeiro trabalho de equipa, de união e de resistência! E é neste caminho que nós devemos seguir. -----
Mas falar em Pandemia também é falar em oportunidades e de analisar o presente, pensar o futuro e, de uma vez por todas, encontrarmos a identidade ou as identidades para a Guarda. Será a Guarda dos cinco F's, a Guarda moderna, a Guarda dos afetos, a Guarda da Logística, a Guarda da Cultura, a Guarda do Talento, a Guarda do Coworking, a Guarda da Natureza e dos Trilhos, a Guarda da Altitude, a Guarda da Inovação, da Tecnologia e da Sustentabilidade ... a Guarda 5.0. -----
O conceito de Guarda 5.0 vai ao encontro de como todos os benefícios que nos traz a digitalização e queremos também com isto, fazer a captação de empresas tecnológicas que nos podem ajudar no desenvolvimento deste território, alinhado com os desafios do futuro e daquilo que podemos oferecer no presente. -----
As Cidades/regiões que se destacarão daqui a uns anos serão certamente as que se encontrarem mais evoluídas tecnologicamente, mais inclusivas, pois terão mais capacidade para alavancar todos os sectores do mercado e de atrair pessoas. -----
O Mundo que conhecemos hoje não será o mundo de amanhã. Vamos ainda estar mais ligados a objetos, a carros, a casas, vias de circulação, aos territórios, aos serviços dos territórios, a todo o espaço que nos rodeia. Com a inteligência artificial associada à realidade virtual vamos, de uma forma quase única, ter a possibilidade e a capacidade de prever o impacto daquilo que queremos para este mundo real. A economia vai enfrentar novos desafios, já está a enfrentar. A educação irá passar para um novo patamar, o dinheiro está a mudar, tudo isto está a ser transformado em cripto ativos, a logística será mais digital e automatizada e as famílias irão querer, certamente mais tempo para estarem juntas, com as famílias e com os amigos, obviamente. -----
O momento é agora ... do ponto de vista tecnológico/digital estamos a entrar numa nova Era! A Guarda tem de aproveitar, a Guarda tem de se afirmar nesta mudança/transição para um próximo nível que será altamente tecnológico e que nos pode beneficiar em vários aspetos. Esta é a nossa oportunidade ... é a oportunidade dos jovens ficarem na história da Guarda e, por isso, desafiamos, desde já, a Câmara Municipal da Guarda, o Politécnico da Guarda, o NERGA e outras entidades obviamente, e as empresas a avançar e a colaborar neste desafio. -----
Obviamente que a esta altura não podemos abandonar aquilo que podemos fazer muito melhor e que está atualmente ao nosso alcance que é a promoção deste território e cada um de nós ser embaixador deste território. Podemos melhorar, obviamente o site do Município, melhorar a informação nas redes sociais, não seja só as do Município, também as nossas que somos de cá, ter plataformas dedicadas para alavancar o negócio e a cultura da região, a tão aclamada aplicação com informação sobre a Guarda, mas também onde todos nós possamos de certa forma dizer o que é que está mal e reportar

isso ao município, temos mesmo de avançar. -----

No seguimento de tudo isto que foi referido e uma vez que não haverá os investimentos nos eventos que aqui falamos, mas aproveito e deixo a dica do senhor Presidente, quatro meses para preparar uma coisa em condições, junho, julho, ou pode ser mais para a frente, temos aqui uma proposta que é uma proposta do grupo municipal do PS, que propomos então este desafio, este conceito de Guarda 5.0. -----

A primeira coisa que gostaríamos de propor, o conceito é só o Guarda 5.0, depois tem aqueles pontos subelencados: -----

- Primeiro encontro internacional de jovens Nómadas digitais em Portugal, sendo na Guarda; -----
- Criação de uma Comissão Estratégica para definir o posicionamento, afirmação da Guarda nesta área; -----
- Ter mais espaços de Coworking e agilizar os que já temos e fazer com que desta forma se consigam ligar os jovens às competências digitais; -----
- Ter um Programa de atração de empresas tecnológicas; -----
- Um programa de Retenção, fixação e atração de jovens, incluindo o programa da habitação, que também será aqui falado, como já me apercebi; -----
- E a criação da primeira, penso que não estou a dizer nenhuma asneira, primeira ou a verdadeira incubadora de empresas da Guarda, coordenada pela Câmara Municipal, Politécnico da Guarda e NERGA. Acho que estas três entidades são fundamentais e não podem trabalhar cada uma para o seu lado. Só todos juntos é que nós conseguiremos ultrapassar os desafios que vêm pela frente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Deputado. Algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta Moção Guarda 5.0? Faz favor senhor Deputado.” -----

- **Deputado José Rodrigues (PG):** “Bom dia a todos. Cumprimentar todos os presentes na presença do Presidente da Assembleia, Dr. Relva. -----
E dizer rapidamente, que o grupo municipal do PG concorda genericamente com a Moção, ainda que o objetivo ambicioso a que se propõe precise de mais desenvolvimento e sustentação, o que sendo aprovada será certamente desenvolvido na Comissão Executiva proposta. Não deixa de ser um ponto de partida muito bom para uma Guarda mais digital e tecnológica, é um objetivo partilhado pela maioria dos programas eleitorais das eleições passadas, em que o próprio Presidente da Câmara já defendeu, quando fala do *hub* do Interior que se quer de pendor tecnológico e também digital. Finalmente realçar a importância deste projeto, como exposto na Moção, de juntar várias forças vivas com interesse na área, a ser um projeto integrado e congregador ou agregador e para além disso poder contar com o apoio de fundos do Governo Central e da própria União Europeia, compromisso que sendo assumido merecerá o nosso apoio da bancada do PG. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja usar da palavra? Senhor Presidente de Câmara? Faça favor, tem a palavra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Já aqui foi falado no *hub* do Interior, aquilo que nós lançámos nas comemorações do último Dia da Cidade, porque é, efetivamente, este *hub* do Interior, é o reafirmar da Guarda e a sua importância estratégica na área da logística, da inovação e da tecnologia para o nosso Concelho, para a nossa região e, por isso, temos que dar condições aqui na Guarda a quem cá se quer fixar. E este desafio é, efetivamente de todos e, é por isso, que nós temos vindo a trabalhar em estreita articulação já com o Instituto Politécnico, com o NERGA, com as empresas, com o Estado Central e, portanto, senhor Deputado Pedro Pinto estamos de acordo, estamos em sintonia sob esse ponto de vista. ----- Aliás, já temos vindo, aqui ou ali, até noutros fóruns vindo a falar neste e noutros temas, todos temos de caminhar, efetivamente, na senda da atratividade de mais pessoas para a Guarda. Só desta forma podemos caminhar juntos para a afirmação, precisamente, do *hub* do Interior e é desta forma, precisamente, que nós iremos caminhar juntos, todos nós, da esquerda à direita, todos os Guardenses para afirmação do *hub* do Interior, com essas e com outras iniciativas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava então à votação esta Moção.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Guarda 5.0** -----

- *Aprovado, por unanimidade, com sessenta e dois votos a favor.* -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O Partido Socialista apresentou cinco documentos, ultrapassou já num minuto e meio o tempo, com dois documentos, faltam três. Do mesmo modo que a mesa tomou a atitude com o CDS, como as Recomendações estão na Plataforma pedia-lhe uma apresentação, não sei, provavelmente breve.” -----

- **Deputado Miguel Borges (PS):** “Senhor Presidente, antes de mais, penso é que rapidamente, teremos que proceder à alteração do Regimento, este Regimento foi para um período anterior. E penso que é a principal coisa em que temos que nos focar, mas não querendo estar a tomar tempo e porque foi esta decisão tomada em reunião de Líderes. Dizer-vos que realmente o Partido Socialista tem várias Recomendações, uma que passa pelo repensar o Centro Histórico e o facto de se querer no Centro Histórico estar a colocar uma infraestrutura que obriga a que haja veículos de emergência a passarem diretamente no Centro Histórico e achamos que a Câmara devia refletir acerca dessa localização. -----

Outra que tem a ver com a certificação de produtos endógenos, nomeadamente produtos agropecuários. -----

E outra ainda que tem a ver com o novo financiamento das Juntas de Freguesia. Pensamos que a Câmara e a Assembleia Municipal devem refletir acerca do financiamento futuro das Juntas de Freguesia, no sentido de estas não ficarem de alguma forma reféns de acordos que são feitos anualmente. Terá que ser repensado

esse modo de financiamento, as Recomendações estão na Plataforma. Gostaríamos de ouvir o senhor Presidente, caso tenha alguma coisa a dizer sobre elas. No caso de nada ser feito, nomeadamente, relativamente à questão do financiamento das Freguesias, essa Recomendação passará a Moção para vir à Assembleia Municipal futuramente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado peço imensa desculpa, não entendi, estes três documentos que estão: a Certificação de Produtos Endógenos é uma Recomendação?” -----

- **Deputado Miguel Borges (PS):** “Certo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Depois tem uma Recomendação: Repensar o Centro Histórico.” -----

- **Deputado Miguel Borges (PS):** “Certo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “E depois tem aqui, aquilo a que chamaram, em nosso entender e com o devido respeito, indevidamente proposta, sobre o Financiamento para as Juntas.” -----

- **Deputado Miguel Borges (PS):** “Que passará a Recomendação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “São três Recomendações?” -----

- **Deputado Miguel Borges (PS):** “São três Recomendações, senhor Presidente. Pensava que estava esclarecida essa dúvida.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre alguma destas três, ou iríamos ... sobre a Certificação de Produtos Endógenos, algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este tema? -----
Recomendação repensar o Centro Histórico, algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre o tema? -----
Recomendação sobre Mais Financiamento para as Freguesias, algum senhor Deputado deseja pronunciar-se? Faz favor.” -----

- **António Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Rochoso e Monte Margarida (PG):** “Bom dia a todos. -----
Excelentíssimos senhores, como Presidente de uma Junta do Concelho da Guarda não podia deixar de intervir nesta Assembleia Municipal. Estar dedicado à nossa Freguesia,

é uma das maiores honras que podemos usufruir. A representação das nossas Freguesias pela eleição é uma das formas mais elevadas da Democracia, que nos é permitido pela Democracia representativa da Assembleia da República Portuguesa. Somos eleitos pelo povo e para o povo. -----

Caro Presidente da Câmara Municipal da Guarda, não poderia deixar de referir a sua coragem política em ser dos primeiros Municípios do País em colocar a Delegação de Competências à discussão e à aprovação de cada uma das nossas Freguesias. Pela primeira vez, sinto que me é dada oportunidade de ter recursos financeiros para poder gerir a minha Junta de Freguesia, como necessita e como merece. As Juntas de Freguesia são muitas vezes consideradas e tratadas como parente pobre da República Portuguesa, em termos financeiros. -----

Sempre dependentes da Câmara Municipal da Guarda, é pela primeira vez que considero estar em condições financeiras de gerir o meu território. A negociação que Vossa Excelência teve a coragem de iniciar no Concelho da Guarda vai permitir à minha Junta de Freguesia ter autonomia que há muito merecíamos, mas nunca tivemos. Louvo a coragem de Vossa Excelência em ser dos primeiros em enveredar pelo início da negociação da Delegação de Competências. A Câmara Municipal da Guarda é pioneira a nível Nacional ao disponibilizar às suas Juntas de Freguesia de meios financeiros para melhorar e servir os seus fregueses. -----

Como Presidente da Junta de Freguesia do Rochoso e Monte Margarida tenho a possibilidade de negociar com Vossa Excelência os recursos financeiros para manter os caminhos, as estradas da minha Freguesia limpas e protegidas dos fogos florestais em tempo útil, sem depender de terceiros ou da sua disponibilidade, pela primeira vez. ----

À partida, e sem qualquer negociação, a minha Freguesia irá receber mais de trezentos e cinquenta por cento por cada ano do que recebia no anterior quadro financeiro. Sim, o aumento em termos financeiros para cada Junta de Freguesia da Guarda é incomparável aos anos anteriores. Com critérios objetivos que têm por base os quilómetros de caminhos e estradas da minha Freguesia, posso finalmente ter a liberdade de escolher e negociar o melhor preço e a melhor altura para manter as nossas vias de comunicação da minha Freguesia, sem subterfúgios, com equidade e com regras claras, iremos poder gerir com eficiência e em tempo útil os nossos caminhos e estradas. Assumimos a nossa responsabilidade, pela primeira vez, com orgulho e sem medos, tendo o dinheiro disponível para sermos, pela primeira vez, independentes e livres, sem mendigar ao poder político seremos responsáveis e mais competentes na gestão dos dinheiros públicos que a todos pertencem. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Mais algum senhor Deputado deseja intervir? Pareceu-me que não. Senhor Presidente da Câmara, deseja usar da palavra? Faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Falando assim muito rapidamente sobre as Recomendações. Começando pela Recomendação, senhor Deputado Miguel Borges, dos produtos endógenos e falando um pouco, porque se foca muito na Recomendação do CDS/PP e do Partido Socialista. Toda e qualquer certificação dos produtos endógenos, sejam de origem animal, sejam de origem frutícola ou outros, permitam-me falar assim desta forma, muito rápida, devem envolver sempre as

Associações de Produtores, sempre. A ACRIGUARDA, a APIN, a ADAG, a AGROGUARDA e outras Associações de Produtores que possam surgir, e é dessa forma que se deve construir a certificação e a valorização dos produtos tradicionais da nossa terra, da nossa região. -----

O mesmo é dizer dos produtos endógenos e é esse caminho que nós estamos a trilhar com as Associações de Produtores e é por aí que nós devemos ir. Sabemos bem do que foi feito no passado, há cerca de vinte anos atrás, infelizmente as coisas caíram, por responsabilidade não sabemos de quem, não é isso que está em causa, mas estamos todos de acordo, acho que estamos mesmo todos de acordo com a necessidade dessa valorização, dessa potencialização, dessa certificação para criarmos essas imagens de marca da nossa terra, do nosso Concelho. -----

No que diz respeito à questão do Centro Histórico e a localização da ANEPC, do futuro Comando do CDOS, acho que há aqui alguma confusão. O CDOS é um Comando Operacional Administrativo, eu não sei se já todos foram visitar as instalações que existem na rua António Sérgio, que estão num avançado estado de degradação e, por isso, é que nos pedem para que rapidamente saiam de lá, está num avançado estado de degradação. Mas, o que se passa lá não são sirenes a tocar, não. É a sala de operações de controlo, a sala de situação de todo o Distrito, no futuro será da sub-região é assim que está plasmado na legislação e é isso que nós devemos fazer cumprir. Não há sirenes, não há veículos em marcha acelerada, não. Aquilo não é um quartel de bombeiros, aquilo é um Comando Operacional Administrativo. Aliás, e teve aquela localização, teve a concordância do Governo do Partido Socialista, honra seja feita. -----

Concordaram, o senhor General, o senhor Presidente da ANEPC concordou e a senhora Secretária de Estado Patrícia Gaspar, da Administração Interna, do Governo ainda em funções, concordou e colocou a sua chancela por baixo. E, portanto, é esse caminho que nós estamos a fazer e que devemos fazer e tão rapidamente nós o consigamos fazer. ---

No que diz respeito ao financiamento para as Freguesias, senhor Deputado Miguel Borges, se eu tivesse que responder apenas pelas suas palavras, tirava-lhe o meu chapéu e aqui estamos plenamente de acordo. -----

Agora, perante aquele texto que os senhores colocaram na Plataforma como Proposta, mas já percebemos que a mesa considerou uma Recomendação, estou chocado! Este Executivo sente-se ofendido com este texto que aqui está, senhor Deputado. Volto a dizer, pelas suas palavras estávamos plenamente de acordo, com este texto que aqui está é uma ofensa a este Executivo, é uma ofensa a esta Assembleia Municipal. A este Executivo todo, aos sete! E aos quarenta e três Presidentes de Junta de Freguesia e aos quarenta e quatro Deputados Municipais, e porquê? -----

Muito obrigado senhor Deputado António Simões. Nós quisemos mesmo colocar..., senhor Presidente peço-lhe que me dê aqui só mais algum tempo, porque eu tenho que..., alguns minutos e pode-me retirar no outro, peço-lhe esse favor, porque eu tenho que explicar, porque estamos a falar da vida das Freguesias, estamos a falar da vida da Guarda para os próximos anos, é disso que nós devemos falar. -----

Então, se nós quisermos..., eu não sei se somos o primeiro, mas dos primeiros somos certamente, a iniciar um processo negocial. Nós convocámos as Juntas de Freguesia todas e nós fomos fazer as contas de uma forma muito simples. Quanto é que se gastou nos últimos anos nesses montantes? -----

Nas Delegações de Competências, não estamos a falar nos Acordos de Cooperação, já lá vamos. Na transferência de Competências para as Juntas de Freguesia, que a Legislação

foi publicada em dois mil e dezanove, não queremos agora aqui discutir se já devia ter avançado mais rápido ou não. Mas nós fomos repescar esses valores e vejam só, aquilo que nos últimos quatro anos as Juntas de Freguesia receberam, na Delegação de Competências, foram 215 mil euros com o critério que foi à época definido e estava plasmado dessa forma. -----

O Município da Guarda gastava na limpeza das faixas de gestão de combustível, nos dez metros em todas as estradas pavimentadas, números redondos, 300 mil euros por ano. Era aquilo que a Câmara da Guarda gastou em média, nos últimos quatro anos e havia outro valor que tinha a ver com a manutenção dos caminhos rurais, há dois anos que não é feita qualquer manutenção dos caminhos rurais, há dois anos que não é feito nada. Aliás, é feito sim, as Juntas de Freguesia (...) é que têm que fazer o arranjo dos caminhos rurais, mas o município nada fez nos últimos dois anos. Mas na última empreitada que fez em dois mil e dezanove, dois mil e vinte, dois mil e dezanove, perdão, gastou nessa empreitada, se não me falha a memória, 185 mil euros, tudo isto daria perto dos 700 mil euros. O que é que nós fizemos? Somámos tudo isto e assumimos 800 mil euros, aumentámos logo mais de 100 mil euros, porque havia as Competências das escolas que nós já lá vamos falar sobre isso, sobre as pequenas reparações nas escolas, do primeiro ciclo, essencialmente. Havia 35 mil euros repartidos por algumas Freguesias, nós mantivemos esses 35 mil euros, mas retirámos as Competências da escola, no estudo, na proposta que foi feita, ou seja, nós fizemos um acréscimo de cerca de 130 mil euros e apresentámos isto às Juntas de Freguesia, da forma correta, com transparência, sim, com transparência, com frontalidade, de uma forma objetiva. -----

Vejam só, senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guarda permita-me, porque se nós colocássemos o critério número de habitantes, a Junta de Freguesia da Guarda levava logo o maior bolo, só por esse critério, mas nós achamos que esse critério não é justo, o número de habitantes. O que é justo é aquilo que efetivamente os senhores Presidentes de Junta de Freguesia têm que fazer nas suas Freguesias. Quantos quilómetros de caminhos têm para limpar e para arranjar? Quantas estradas têm para limpar as faixas de gestão de combustível? É isso que deve ser visto, quantos quilómetros de ruas pavimentadas têm nas suas aldeias? Isto é objetividade, isto é que é objetividade e não há outro critério possível para esta objetividade, tudo o resto é subjetividade. População? Área? Bom, pela área, certamente que haveria Videmonte ou Jarmelo S. Pedro que então açambarcavam, no bom sentido, permitam-me a expressão, grande parte da maquia, porque são as duas maiores Freguesias em termos de área territorial. Mas nós quisemos, de uma forma frontal, colocar à consideração dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. E, foi enviado, esta semana, foi-lhes enviado os mapas para a confirmação do cadastro, aliás, eu próprio disse na reunião com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, este é um processo aberto, de diálogo, façam o favor de fazer a vossa análise e voltaremos a falar. -----

É assim que se faz, seja nestas Competências, seja noutras que se possam falar, aliás, houve três ou quatro dúvidas que logo se colocaram nessa reunião e nós apontámos e vamos falar sobre elas. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo, houve outros senhores Presidentes de Junta que colocaram outras questões e muito bem e, portanto, nós estamos a analisá-las e iremos falar sobre tudo isso, de uma forma frontal, de uma forma aberta. -----

É desta forma que nós devemos trabalhar, em sintonia com as Juntas de Freguesia, sempre, porque são os legítimos representantes dos seus fregueses. É assim que diz a Constituição, atual, da República. Há o Poder Municipal e há o poder das Freguesias, é assim que deve ser feito e é esse caminho que nós vamos trilhar, tal como vamos fazer, está no nosso Programa Eleitoral. Nós estamos a estudar uma alteração da Lei Orgânica, havemos de falar aqui, um dia destes, sobre isso, tão rápido quanto possível, para criar o tal Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e às Associações. É bom recordar que este Concelho tem qualquer coisa como cento e cinquenta Associações, entre Culturais, Desportivas, Sociais, Bombeiros, Sapadores Florestais, Proteção dos Animais, de Produtores, são cerca de cento e cinquenta Associações. E esse Gabinete deve dar apoio a todas elas também, porque há muitas dificuldades que as Associações têm, tal como as Juntas de Freguesia têm e, portanto, é isso que nós devemos trabalhar, é essa orgânica que nós devemos alterar para ir ao encontro da necessidade de tratar os assuntos com celeridade. -----

É dessa forma que nós devemos trabalhar, os tais critérios transparentes, com justiça, aquilo que cada uma das Juntas de Freguesia tem que fazer é aquilo que cada um dos seus fregueses, senhores Presidentes de Junta vos pede todos os dias para limpar aquele caminho, para limpar aquela rua, para limpar as silvas da berma da estrada. É com isso que vocês são confrontados diariamente e daqui para a frente cada vez mais. E, é por isso que nós não estamos a adiar nada, tanto não estamos a adiar que fizemos a convocação da reunião e vos colocámos, é assim que deve ser feito, vos colocámos à vossa consideração todos aqueles critérios e aquela verba, porque depois daquela verba atribuída, seja aquela, seja aquilo que eventualmente nós chegemos a acordo na negociação, mais ninguém vos irá tirar aquela verba. Estamos a falar em muito dinheiro, em 800 mil euros, que ficam distribuídos, segundo aqueles rácios e perante a negociação que está a ser feita, para todo o sempre e para baixar já ninguém mais baixa. Para subir ainda podem subir, no futuro, agora baixar, sem o vosso acordo nunca mais ninguém o vai fazer. É este o espírito da Lei, o espírito da Lei diz que tem que haver critérios muito objetivos para a transferência das Competências, para as verbas que serão distribuídas, porque a partir daí, o dinheiro já não irá sair mais da Câmara Municipal da Guarda, vai sair diretamente da DGAL para as Juntas de Freguesia, é assim que vai ser feito, já não vai haver mais nenhuma caneta de nenhum Presidente da Câmara a querer chantagear qualquer Junta de Freguesia em período pré-eleitoral, isso nunca mais vai acontecer nessa matéria. -----

O que vai acontecer é que a partir da DGAL vocês vão receber mensalmente essas verbas, é assim que vai passar a acontecer, é este o espírito da Lei, que o Governo em funções fez aprovar na Assembleia da República e muito bem. E, é esse caminho que nós estamos a trilhar. -----

No que diz respeito aos Acordos de Cooperação ...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço-lhe o seu poder de síntese.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Termino já, senhor Presidente, peço desculpa, termino já.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Nos Acordos de Cooperação, aquilo que deve ser feito e aquilo que já se foi falando, com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que devem fazer a proposta do Acordo de Cooperação para o seu mandato. Honra seja feita, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Benespera, ainda ontem me enviou um email com aquilo que quer ver realizado na sua Freguesia, muito bem, é assim que deve ser feito. Vamos fazer a análise e depois tomaremos a nossa decisão, em consonância com isso, é desta forma. Não é a Câmara que vai impor qualquer Acordo de Cooperação, não, são as Juntas de Freguesia que vão propor o seu Acordo de Cooperação à Câmara Municipal da Guarda. É este o espírito da Lei 75/2013, quando o Governo de então a fez aprovar. E, é esse caminho que nós estamos a trilhar, ao longo dos próximos quatro anos, porque é um mandato de todos nós, com critérios muito objetivos, conforme eu já referi. -----

No que diz respeito às Lojas do Cidadão, senhor Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão da Serra. Famalicão da Serra fez uma candidatura para uma pequena loja, um espaço de cidadão. Os avisos que existiram, no final do ano passado, Famalicão da Serra foi esse aviso, digamos assim. Outros avisos, com certeza irão surgir e, naturalmente, cá estaremos para podermos apresentar aqui um plano estratégico de distribuição de funções administrativas ou outras, também, pelo nosso território. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Corujeira-Trinta pediu também para usar da palavra. Está presente? Faça favor.” -----

- **Carlos Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia Corujeira-Trinta (Independente):** “Obrigado, senhor Presidente. Cumprimento na sua pessoa todos os presentes. -----
Trago aqui duas ou três notas que para nós acho que são importantes neste período que está a decorrer e que vou passar a elencar. A Aldeia dos Trinta é conhecida pela aldeia dos têxteis e da luz. A Aldeia dos Trinta chegou a ter uma Associação Comercial e Industrial. Tudo começou no rio Mondego quando ainda não havia eletricidade em edifícios que hoje são ruínas e serão brevemente um atrativo suplementar aos Passadiços do Mondego. Com a chegada da eletricidade, as empresas começaram a instalar-se em grandes pavilhões ao longo da zona urbana dos Trinta. Deram vida aos Trinta e ao Concelho da Guarda. A Aldeia dos Trinta era conhecida em muitos pontos do País através das relações comerciais dos seus industriais. A Aldeia dos Trinta chegou a empregar mais de oitocentas pessoas na Indústria Têxtil oriundos do Concelho da Guarda e não só, isso potenciou ainda a instalação de outros comércios e serviços, a generalidade dos quais ainda funcionam, felizmente. -----
Tudo isso contribuiu para atenuar a agonizante perda de população nas aldeias, só resta agora uma empresa a laborar «Têxteis Evaristo Sampaio», que emprega algumas dezenas de pessoas. No próximo dia três de março vai decorrer nos Trinta, o leilão presencial da insolvente «Vasco Costa Sousa» mais conhecida pela marca Serra Lã, que esteve esse leilão para decorrer em dois mil e dezanove, mas, entretanto, foi impugnado nessa altura judicialmente. E, portanto, só depois das decisões do Tribunal é que ele está a ser marcado, tivemos conhecimento disso há poucos dias e que está marcado agora para o tal dia três de março. -----

A primeira fase do leilão é a venda da empresa como um todo; a segunda é lote a lote. No todo ou em parte, uma grande solução, e essa seria sempre a melhor naturalmente, era a instalação de uma nova empresa, pela sua dimensão económica e social e que fosse acrescentado valor pela salvaguarda do património material e imaterial, isto é o que nós esperamos. Houve interessados nisso mesmo, na altura do primeiro leilão, que não decorreu em dois mil e dezanove, e esperamos que ainda hoje estejam. Caso essa oportunidade não se concretize no todo, a ajuda que eu peço era para que não fossem, uma vez mais, vendidos a peso de ferro velho para a sucata todos os contínuos, bobinadeiras, retorcedores, sortidos, urdideiras, teares *jacard*, perchas e laminadoras, pois essas máquinas fazem parte da nossa memória coletiva e pior, neste sentido, nesta altura, essas máquinas estão a acabar, porque entretanto as fábricas foram fechando e as máquinas que foram existindo foram todas vendidas praticamente para ferro velho. Era justo que a Guarda dedicasse à Aldeia dos Trinta, à memória das gentes deste Território e em homenagem aos industriais progressistas e vanguardistas do seu tempo, que fizeram de uma pequena aldeia de montanha a Manchester do Concelho da Guarda e um animador exemplo de progresso. Era justo, repito, que a Câmara dedicasse à Aldeia dos Trinta, por esses e por outros motivos um Museu da Memória Industrial que poderia ainda ser complementado como um espaço de criação artística e fruição cultural e digo, repito, caso a primeira hipótese que era a que todos desejam se (...) que era a instalação de uma nova empresa a operar naquele sítio que vai ser vendido. -----
Continuo a repetir, era justo que a Guarda dedicasse aos Trinta um lugar onde fosse salvaguardada a memória de uma aldeia que tanto contribuiu para o desenvolvimento daquela zona e que não se perdesse uma vez mais essa oportunidade. Sabemos, obviamente, que o tempo é curto, que as dificuldades existem, mas que também somos resilientes. E, por isso, entendemos que com a colaboração de todos acreditamos que também isso seja possível. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Não sei se algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre o tema? Senhor Deputado, faz favor. Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guarda.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Muito obrigado senhor Presidente, senhores membros da mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, muito bom dia a todos, senhores Deputados, caros colegas Presidentes de Junta, funcionários da Câmara Municipal e Técnicos, muito bom dia. -----
Não era para usar da palavra, aliás não pedi autorização à direção do grupo parlamentar, nem me inscrevi para isso, mas como o meu nome foi aqui mencionado pelo senhor Presidente da Câmara, na qualidade de Presidente da Junta da Guarda, queria apenas dizer três ou quatro coisas sobre a questão da transferência de Competências. -----
Infelizmente digo, não consigo partilhar da satisfação do senhor Presidente de Junta que aqui usou da palavra, ficando muito satisfeito com a verba que lhe vai ser atribuída, não partilho, espero que neste processo negocial possamos encontrar esse tal contentamento, que o senhor Presidente de Junta António Simões aqui mencionou. ----
Também dizer que neste momento já são mais de mil Freguesias no País que há dois anos a esta parte, beneficiam deste sistema de transferência de Competências, não é original, como disse e, muito bem, o senhor Presidente da Câmara. A Legislação já foi publicada em dois mil e dezanove e já são mais de cento e vinte Câmaras Municipais, se

não estou em erro, que já estão a funcionar neste novo modelo, isto são cerca de oitenta milhões de euros que são transferidos para as Freguesias Portuguesas, perto de mil, que estão a funcionar nesse sistema. Tudo isto pode ser verificado na página da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, no Portal Autárquico. De qualquer maneira, há que saudar esta vontade também da Câmara em tentar, obviamente, implementar este modelo, implementar, que todas as Câmaras são obrigadas a fazê-lo é a Lei. -----

Depois dizer que em relação à questão dos critérios mencionados quando eu usei da palavra, o que eu disse é o que vem na Lei também. As Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia, a forma de cálculo do fundo de financiamento das Freguesias, neste caso do fundo de equilíbrio Municipal, tem a ver com o número de habitantes, tem a ver com a área, é a fórmula que existe, está errada? Bom, se está errada, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Presidentes de Junta, os senhores Ministros, os senhores Deputados, que alterem a Lei de acordo com os critérios que entenderem mais justos, mas neste momento, o que existe é o cálculo em função do número de residentes, do número de habitantes da área territorial, é essa a diferença. -----

Se está errado, não direi que sim, nem direi que não, mas se o que está na Lei são estes critérios é o que deve ser feito. Que as Câmaras podem e bem, e aqui é o meu ponto de concordância com o senhor Presidente da Câmara, introduzir e inserir outros critérios, não estou em desacordo, sim senhor, vamos a isso, vamos então ao tal processo negocial, porque realmente, como lhe disse na reunião que tivemos, enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Guarda obviamente, há aqui que relegar para um papel secundário, por parte da Câmara Municipal em relação à Freguesia da Guarda. ---

Depois, também, senhor Presidente da Câmara está claramente escrito na Lei, da transferência de Competências que não é há Câmara que compete tirar ou não tirar as Competências na questão das escolas, não. Essa Competência é das Juntas de Freguesia, já não é da Câmara Municipal é legalmente da Junta de Freguesia. Se a Câmara a quer retirar e está no direito, também, tem que fazer aqui um processo e vir à aprovação das Assembleias de Freguesia e da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, não é escrever apenas, que vai retirar. Até admito que em termos operativos, todos os meus colegas Presidentes de Junta o façam e o queiram fazer, é correto, mas do ponto de vista do procedimento que a Lei obriga, dizer simplesmente que vai retirar, na minha modesta opinião, senhor Presidente, como sabe eu sou professor primário e professor de ginástica, parece-me que estamos a subverter aquilo que está escrito na Lei. -----

Depois dizer, também, senhor Presidente, que em relação às escolas, ainda bem que falou nessa matéria, porque há outras. O que eu disse nessa reunião e mantenho e pode ser testemunhado, a Freguesia da Guarda, ao longo de todos estes anos tem vindo a fazer esse trabalho e nunca a Câmara Municipal da Guarda, com mais habitantes ou menos habitantes, deu cinco cêntimos à Freguesia da Guarda, desde dois mil e treze. E, isso, eu tenho que contestar, não em nome da Freguesia da Guarda, mas em nome do bem servir e de melhor responder às necessidades que nos são presentes. -----

Depois, há outra intervenção que aqui foi produzida, nessa reunião que o senhor Presidente penso que terá acautelado, e penso que no futuro tem que rever, é que a Competência que quer transferir para as Juntas de Freguesia, ao nível da gestão das faixas de combustível, não pode ser através dos autos de transferência, não é legal, na minha modesta opinião, mas o senhor tem Juristas na Câmara e aliás, olhe temos aqui um Jurista que nos preside nesta sessão da Assembleia Municipal. -----

A gestão das faixas de combustível, senhor Presidente da Câmara é uma competência Municipal e o senhor pode, efetivamente, delega-la através de um contrato em termos de (...) em como sendo as Juntas de Freguesia, mas não as pode colocar nos autos de transferência que é aquilo que eu julgo que está errado, mas foi isso que eu disse nessa reunião e mantenho. E, depois dizer-lhes que, aos meus colegas Presidentes de Junta se estão satisfeitos, ainda bem que estão satisfeitos, eu pessoalmente, espero que no processo negocial possamos vir a alterar, claramente o procedimento da Câmara. Pelas cartas que nos enviaram, mais de metade dos caminhos rurais que nós já cuidamos, que nós já gastamos dinheiro, não estão nessas cartas. O que o senhor Presidente da Câmara disse é que à Freguesia da Guarda que abrange uma área urbana e uma área não tanto urbana, um pouco mais rural, o que o senhor disse foi que nós temos que passar apenas a exercer funções da área rural da Freguesia urbana da Guarda, ora isto não é justo. --- Eu vou-lhe dizer senhor Presidente, para concluir e desculpe estar a perder tanto tempo, senhor Presidente da Assembleia Municipal e aos meus caros colegas...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está dentro do tempo.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Eu estou aqui..., não tem problema senhor Presidente, eu termino já. Termino com dois ..., e é muito rápido senhor Presidente da Assembleia. Não ocupo mais, já vou sair, fique tranquilo. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, não. Peço desculpa, eu estou a dizer, não me ouviu, estou a dizer, pelo ecrã que eu aqui tenho, ainda tem tempo.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Mas eu já acabo. Senhor Presidente, dizer-lhe o seguinte, enquanto Presidente de Junta, eu prefiro o «C» da Cooperação ao «C» da Competição, mas isso ficará ao critério de cada um e estamos aqui e tenho estado sempre aqui para cooperar, a competição gosto dela quando é o Futebol da primeira Liga e espero que o meu Sporting ganhe o campeonato. Muito obrigado, senhor Presidente e desculpe o tempo que ocupei.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Nada, por amor de Deus. Algum senhor Deputado deseja pronunciar-se? Faz favor. Senhor Deputado, deixe-me só dizer isto, neste momento o Partido Socialista tem cinco minutos e oito segundos para utilizar.” -

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Certo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Nas leituras tínhamos seis minutos, ...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “São dois tempos. Um é o das leituras outro é o tempo da discussão política. Por isso é que eu estava a dizer, o PSD tem quatro minutos e cinquenta e um segundos, o CDS, um minuto e dezoito, o PS cinco minutos e oito, o Bloco esgotou e o PG tem dois minutos e vinte e sete. Faz favor. Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, vendo que ainda tenho tempo, dizer-vos que fico muito satisfeito, porque percebo que o senhor Presidente de Câmara com a intervenção que fez acerca das Juntas de Freguesia concorda na generalidade com aquilo que vem na Proposta, chamemos-lhe Recomendação que o Partido Socialista faz. O Partido Socialista com esta Proposta pretendia ir mais além, ir mais além dos Acordos de Cooperação, ir mais além das transferências de Competências e lançar um repto há Câmara da Guarda para que a Câmara da Guarda, além deste dinheiro transfira todos os anos vinte por cento no ano dois mil e vinte e dois, quarenta por cento no ano dois mil e vinte e três, sessenta por cento no ano dois mil e vinte e quatro, oitenta por cento no ano dois mil e vinte e cinco, relativamente áquilo que os senhores Presidentes de Junta ou que as Freguesias, neste momento já recebem do fundo Estatal para as Freguesias. - É esta a proposta do Partido Socialista. Percebemos pela intervenção do senhor Presidente que tentará ir, de dentro da possibilidade, de ir ao encontro a estas propostas. -----
Mas ainda relativamente há Lei das Freguesias, dizer-vos que na alínea j) do 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, falada pelo senhor Presidente, diz que à Assembleia Municipal compete «Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações», assim, futuramente iremos querer fazer um debate mais alargado acerca desta matéria na Assembleia Municipal, de forma a constituirmos um grupo de trabalho constituído por todos os grupos parlamentares e por representantes dos Presidentes de Junta, no sentido de aprovação de um Regulamento de Apoio Municipal às Freguesias do Concelho da Guarda. Era só isto que eu tinha a dizer, obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja pronunciar-se? Senhor Presidente da Câmara, quer usar da palavra? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, eu não sei se a mesa me permite que eu possa chamar um Técnico que bem elaborou, digamos os mapas e os critérios, que nos possa dar aqui em cinco minutos, para ficarmos todos muito bem esclarecidos, digamos assim, sobre o trabalho técnico que foi feito. Eu posso-lhe pedir isso, senhor Presidente?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu penso que a Assembleia é para discutirmos e nos esclarecermos, se a Assembleia não se opuser, pela mesa estamos à vontade. Qualquer esclarecimento é sempre bem-vindo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Eu pedia ao Engenheiro Horácio, que está aqui presente, senhor Presidente, com a sua autorização, ...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “... que pudesse vir aqui e nos explicar sucintamente a forma como foram criados os critérios e como foi feita a distribuição da verba definida. E depois eu falarei no final, de uma forma telegráfica, se o senhor Presidente me permitir. Muito obrigado.” -----

- **Horácio Brás, Técnico da Autarquia:** “Muito bom dia a todos os presentes, aos senhores Deputados, à própria mesa e ao senhor Presidente. -----

Eu passaria a explicar basicamente qual foi o trabalho desenvolvido. Como sabem, nomeadamente, os Presidentes de Junta e penso eu que todos os presentes, havia a Lei anterior, a 75, previa a delegação de Competências, ou seja, o que era a delegação de Competências? -----

Eram Competências, efetivamente, da Autarquia que a própria Autarquia, por proposta claro, depois de proposta do órgão Executivo e à Assembleia Municipal e eram Competências que passavam a ser executadas pelas Juntas de Freguesia. Isso decorreu em vários mandatos e essas Competências, estamos a falar das vias de comunicação, estamos a falar das escolas, estamos a falar de espaços verdes. No entanto, com a publicação da transferência de Competências para os órgãos de Freguesia, o diploma o 75, nomeadamente o Decreto-Lei 75/2013 acabou por nessa matéria ser revogado, ou seja, passou a ser obrigatório essa fase negocial, e muito bem foi aqui delineada, entre a Câmara Municipal e os órgãos de Freguesia. E foi nesse sentido, efetivamente, que foi desenvolvido esse trabalho técnico, ou seja, as mesmas competências foram mais ou menos tratadas no sentido de: foi delegado passar a ser a tal transferência que o Decreto-Lei preconiza e que prevê. Ou seja, a nível dessas Competências o que é que foi feito? -----

Foram utilizados três critérios que foram fundamentais, nomeadamente, os quilómetros das vias pavimentadas que está relacionado, que já era uma competência efetivamente que fazia parte das Freguesias, a limpeza, onde foi, efetivamente, acrescentada as faixas. O comprimento das vias nos aglomerados e o comprimento dos caminhos nas Freguesias. Esse trabalho, há um levantamento na Autarquia, que existe, no entanto, nesta semana já foi enviado, como sabe, um email a todas as Juntas de Freguesia, com esses valores, nomeadamente os comprimentos desses caminhos para se pronunciarem. Efetivamente, estamos a falar naquela fase negocial e esse critério foi os 800 mil que o Executivo, e está disponibilizado, neste momento na fase negocial está disponibilizado para esta transferência, foi dividido da seguinte forma: 300 mil estão alocados à limpeza das vias pavimentadas onde se inclui, efetivamente, os dez metros das faixas laterais; 250 mil relativamente à limpeza dos caminhos dentro, ou seja, das vias dentro dos aglomerados e outros 250 mil nos caminhos em terra batida. Ou seja, esse rácio, efetivamente foi utilizado, penso eu que é o mais justo, estou a falar tecnicamente e deu aqueles montantes justos e transparentes a todas as Juntas de Freguesia que neste momento, como sabem está naquela fase, e foi-vos enviado o email para esclarecerem e para validarem. Não sei se o senhor Presidente quer que eu repita ou que diga mais alguma coisa relativamente ..., pronto. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Presidente deseja acrescentar ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, muito rapidamente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito sucintamente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, muito sucintamente, senhor Presidente. Muito obrigado. -----

Senhor Presidente de Junta de Freguesia dos Trinta acompanho-o em toda a sua preocupação, acho que todos acompanhamos na sua preocupação. Bom, mas nós nestas matérias não sabemos o que é que darão ou o que é que podem dar os leilões, mas falaremos sobre essa matéria e tentaremos estar atentos, porque as verbas não é um saco sem fundo, digamos assim, tentaremos perceber de que forma é que nós poderemos acompanhar não só de boca, permita-me a expressão, mas de uma outra forma as suas preocupações e falaremos sobre essa matéria, porque é da mais elementar justiça tudo aquilo que bem referiu. -----

No que diz respeito áquilo que foi aqui referido agradecer, senhor Presidente, a possibilidade de ter dado ao Técnico para aqui explicar a forma como os critérios foram criados e distribuídos. Obrigado Engenheiro Horácio pela explicação técnica bem fundamentada é assim que nós gostamos de trabalhar com base técnica e depois os políticos tomam as decisões, naturalmente que as verbas somos nós que as definimos, mas depois é o trabalho técnico que é feito e bem-haja pelo excelente trabalho que aqui nos apresentou, digamos assim. Mas, eu devo só clarificar aqui dois ou três aspetos que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guarda referiu e que não são bem assim. No que diz respeito às Competências das escolas, o que nós referimos e para que não se deturpe aquilo que nós referimos. Nós fizemos uma proposta de fazer regressar as Competências das escolas, é uma proposta. No final, conforme eu disse há pouco, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo, veio falar comigo que poderia querer negociar de uma outra forma. E o que é que eu referi? -----

Falaremos sobre essa matéria, vão ser enviados os mapas e os quadros e os valores e depois falaremos em razão da matéria. Se formos falar com a Junta de Freguesia do Porto da Carne, aquilo que se passa no Porto da Carne é uma coisa surreal. A Junta de Freguesia do Porto da Carne, neste momento, está a injetar dinheiro, permitam-me a expressão, no Centro Escolar, não faz sentido. E, por isso, é que todo este processo deve ser revisitado, sem tabus, deve ser absolutamente revisitado. Mas, as verbas que estavam durante quatro anos, que estavam alocadas às Juntas de Freguesia para as Competências, digamos, das escolas, eram 35 mil euros, mas vejam só, nós fizemos questão de manter na mesma os 35 mil euros, distribuídos de uma forma equitativa pelos tais critérios. Mantivemos a verba, nós não cortámos verba nenhuma, mantivemos a verba, mas alocada a outras Competências. -----

No que diz respeito às escolas, em razão da matéria, iremos falar sobre esse ponto de vista. É desta forma, franca e aberta que se deve fazer um processo negocial, porque não deve ser inquinado à partida, porque neste momento o processo está a ser analisado pelos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que foi pedido, penso eu, até ao dia dez de março para se pronunciarem sobre o cadastro dos caminhos que certamente não ..., aliás fui eu que disse, que o referi. O processo de atualização do cadastro dos caminhos rurais do Concelho foi parado há cerca de dois, três anos atrás, parou. Tem que ser retomado rapidamente e, por isso, é que pedimos às Juntas de Freguesia, porque aqueles valores podem oscilar função disto, função do cadastro dos caminhos. E, eu próprio disse aos Técnicos, mostraram-me um exemplo de uma Freguesia, se concordaria com aquele modelo? -----

Sim senhor, avancem com isso, mas eu próprio disse nesta Freguesia falta esta estrada e faltam estes caminhos, eu próprio disse dessa Freguesia, mas foi enviado a todos e

aquilo que pedimos é que atualizem o cadastro. E, só desta forma é que nós podemos ter os tais critérios objetivos. Nós consideramos que os critérios objetivos são estes, é o espírito da Lei, porque se nós partimos para o campo da subjetividade ..., alguém dizia na reunião que devíamos saber também o número de viaturas que passam nos caminhos rurais, isso é manifestamente impossível. E isso levar-nos-ia para o campo da subjetividade, levar-nos-ia para aí. E nós só conseguimos encontrar estes três critérios objetivos, que é aquilo que cada um deve fazer, nestes três campos, digamos assim, para que possam fazer a vossa análise. -----

No que diz respeito àquilo que foi referido das Competências das faixas de gestão de combustível não ser legal, não. Pode ser legal, nós até podíamos nem ter colocado nada disto, foram muitas Juntas de Freguesia que nos fizeram chegar a sua vontade em querer assumir esta Competência. E, nós, de braços abertos, sim senhor, vamos transferir ou queremos transferir, as verbas para as Juntas de Freguesia. Agora, seja da forma «A», seja da forma «B», os Juristas, efetivamente, resolvem essa matéria toda, desde que haja vontade política para o fazer. Porque se há a forma «A» ou a forma «B» de o fazer, o que interessa é a concretização do objetivo e há muitas Juntas de Freguesia que farão certamente e irão corrigir-me se eu estiver errado, mas acho que não. -----

A forma como todos os anos, sistematicamente, acontece a limpeza das faixas de gestão, constantemente atrasadas, porque são concursos públicos, depois as empresas atrasam-se e depois não há equipas para trabalhar das empresas que vêm de fora. E aqui na Guarda nós temos uma economia que gira à volta da limpeza dos caminhos, da limpeza das matas, temos uma economia já formada e que deve ser apoiada. Os senhores Presidentes de Junta de Freguesia farão sempre melhor do que a Câmara Municipal da Guarda com o mesmo dinheiro, até podem poupar dinheiro, por uma razão de proximidade e são os verdadeiros fiscais, digamos, do que se passa no seu Território. E é desta forma aberta que nós quisemos propor às Juntas de Freguesia que assumam também esta Competência, seja da forma «A», seja da forma «B», o que interessa é concretizar aquele objetivo é desta forma que nós estamos a querer, efetivamente, ir mais além nas Competências, porque senão nós não o faríamos. -----

E tal como eu já referi, de constar ou não constar os caminhos rurais, é exatamente desta forma, com esta verdade absoluta que foi pedido nos email's que todos já receberam para que até dia dez de março possam atualizar o cadastro dos caminhos que estejam em falta naqueles mapas e de algumas ruas que estejam em falta, para que seja finalizado o estudo, para depois naturalmente voltarmos a falar. É desta forma que nós queremos trabalhar, com frontalidade, com transparência, com justiça e é isso que pedimos a todas as Juntas de Freguesia e aos senhores Deputados para que quando vier aqui, se Deus quiser virá na próxima Assembleia Municipal, porque urge resolver esta situação. Vejam só, nós podíamos fazer como a maior parte, para não dizer todas as Câmaras do Distrito, nenhuma está a avançar com este projeto para já. Alguns colegas dizem até, só para o ano é que nós vamos iniciar. Nós não concordamos com isso, nós o que entendemos é que é agora que se deve iniciar já este processo, no início do mandato, para que para o futuro as Juntas de Freguesia possam fazer a gestão dos seus recursos financeiros, função das necessidades que tenham nos seus Territórios. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Chegaram à mesa três inscrições: uma da senhora Deputada Rute Prata, outra da senhora Deputada Dulcineia

Moura e do senhor Deputado Júlio Santos. O grupo PG tem dois minutos e vinte sete segundos ainda disponível, senhora Deputada Rute Prata, faça favor.” -----

- **Rute Prata, Deputada (PG):** “Excelentíssimos senhores permitam-me que a todos cumprimente na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. -----

Na esfera da economia social estão o Associativismo, o Cooperativismo e o Mutualismo, como formas de organização da atividade produtiva. Basicamente inclui dois tipos de organizações, aquelas que funcionam como empresas, embora não visem ao lucro e as organizações privadas mantidas por donativos, quotizações, trabalho voluntário, doações e recursos públicos, tais como Associações e Fundações. -----

O setor da economia social constitui um dos pilares fundamentais da organização económica ou social do País. A formação profissional e a qualificação constituem para as pessoas, para as entidades empregadoras e para o País um elemento indeclinável no âmbito da promoção e sustentabilidade, do crescimento económico e do desenvolvimento humano e social, assumindo cada vez maior centralidade nas economias e sociedade atuais. O setor da economia social intervém de forma decisiva em áreas sociais, culturais, recreativas e desportivas, com proximidade às populações e Territórios com regularidade e estabilidade próprias. -----

O Acordo de Cooperação para a formação profissional e qualificação da economia social visa elevar as qualificações neste setor estabelecendo a participação da economia social na definição, implementação e acompanhamento dos programas de formação profissional e nos processos de qualificação, num sistema efetivo de antecipação das necessidades de competências e qualificações para cada família do setor da economia social. -----

A assinatura do memorando de entendimento para a criação de um Centro Protocolar de Formação Profissional para a Economia Social, entre o IEFP, a CASES e o CEI é o resultado de um novo aglomerado que será criado na Guarda, o cluster da economia social. E aqui vemos a Guarda na vanguarda académica da qualificação e competências para a área da economia social. Abrimos assim, novas perspetivas de futuro para o nosso Concelho. Esta liderança na área de formação da economia social é uma oportunidade de atração de competências e saberes que devemos concretizar com determinação. Vemos que o CEI será a incubadora perfeita, trazendo a cooperação e intercâmbio científicos, aliando a investigação à ação. -----

Felicitemos o Executivo que está a permitir que o Centro de Estudos Ibéricos assuma um papel muito mais importante e estratégico para a Guarda e o Interior. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. O grupo do PPD/PSD tem quatro minutos e cinquenta e um segundo disponível. Tem a palavra a senhora Deputada Dulcineia Moura.” -----

- **Dulcineia Moura, Deputada (PSD):** “Permitam-me que dispense aquelas saudações iniciais. Cumprimento respeitosamente todos os que nos acompanham, que estão aqui presentes e que nos acompanham pelos meios digitais. -----

Começo por fazer uso de uma citação de José Saramago: «No interior de cada País está o seu destino». Interpreto esta citação e partilho-a na esperança de lhe reconhecer, inclusivamente, a premonição de um auspicioso destino, tanto ao País como ao Interior.

Entenda-se este Interior como aquele que é o espaço geográfico onde por cá existimos, resistimos e também o sentimos. A Guarda é Interior e esse não tem de ser nem um fardo, nem um estigma, nem sombra ou penumbra. Posto isto, cumpre-nos naturalmente agir, trabalhar e reivindicar hoje e sempre pela nossa cidade e pela nossa Região. O futuro, o destino não está escrito e para que dele não venhamos a padecer, o melhor que podemos fazer é construí-lo, isto é, antecipá-lo. -----

Aproxima-se a breve trecho um horizonte de oportunidades no âmbito do Portugal 2030, que materializa o Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia fixando aqueles que são os grandes objetivos estratégicos para a aplicação entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e sete, dos fundos estruturais com vista à prossecução de cinco objetivos estratégicos na União Europeia. Uma Europa mais inteligente, mais verde, mais conectada, mais social e mais próxima dos cidadãos. Já o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência que é de aplicação Nacional e com um período de execução até dois mil e vinte e seis, visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, num contexto de pós – pandemia, perspetivando tais investimentos no âmbito da convergência com a Europa ao longo da próxima década. -----

Ora bem, todas estas complacências que se denotam na definição dos programas e nos textos escritos no seio de uma Europa unida, coesa e cooperante, confesso que me impõem algumas reservas. Será que o País se prepara para orientar os Territórios para serem mais inteligentes, mais conectados, mais socialmente responsáveis e próximos dos cidadãos? -----

Oxalá que assim seja. Será que a prioridade da convergência para a Europa se pode dissociar da convergência dos territórios dentro do País, Continente e Ilhas e colmatadas as lacunas das assimetrias territoriais? -----

Será que o País vai persistir em não criar efetivos mecanismos de monitorização e até de fiscalização da aplicação de fundos? -----

Se assim for, e porque depreendo uma tendência para a repetição de erros do passado, confesso que será muito difícil acreditar na sustentabilidade de tais investimentos. Será, senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda que a Guarda está a preparar a resposta aos desafios próximos e praticamente imediatos e emergentes que coincidem com as áreas temáticas do próprio PRR? -----

Refiro-me à resiliência, à transição climática e à transição digital. Sobre este assunto estou em crer que mais adiante, poderá Vossa Excelência esclarecer esta Assembleia, nomeadamente, no que se refere à estratégia assumida, se acaso existiu essa estratégia, de alinhar tais desafios na distribuição de rúbricas resultantes, por exemplo, da integração do saldo de gerência no orçamento para este ano ou até mesmo das verbas sobranes pelas atividades que, entretanto, ficaram suspensas. Será senhor Presidente que a preocupação com a mitigação das alterações climáticas e a condição da seca no nosso País está a ser tratada na Guarda com a preocupação e o cuidado imediato que o assunto merece? -----

Recordo, senhor Presidente, que as declarações que recentemente proferiu a um órgão de comunicação social local, deixam dúvidas em relação ao entendimento de que este é um assunto que exige antecipação e, inclusivamente, um papel de alguma pedagogia e de boa comunicação da Autarquia com o munícipe naquilo que é o apelo para o uso moderado de um recurso que escasseia, como é a água. O País atingiu a assustadora condição de 91% do seu território estar em seca severa ou extrema. A Guarda tem de

estar atenta. Será, senhor Presidente que diante da recente onda de ataques informáticos a alguns serviços, empresas e operadoras nacionais, está o Município da Guarda a acautelar verba e ação para afetar à componente da cibersegurança e também à fundamental transição digital? -----

Senhor Presidente, é preciso investir no futuro, minimizando riscos, mas potenciando as oportunidades. Ainda, senhor Presidente e desculpe-me porque, efetivamente, não o quero mesmo maçar com estas múltiplas inquietudes, antes sim, alertar para que a Guarda não se perca em eventuais devaneios ou se concentre naquilo que efetivamente importa. Será, senhor Presidente, que o Município da Guarda está deveras preocupado em reivindicar, em lutar, apresentar soluções juntamente com os seus pares no combate ao inverno demográfico, nestes territórios de baixa densidade e de população envelhecida que vão constituir a maioria do Território Nacional em dois mil e trinta? --- Voltando à estratégia ou não, para a Guarda e para a Região, e também a propósito das verbas provenientes dos Fundos Estruturais e do PRR, resta-nos aguardar pelo cumprimento das promessas políticas que foram recentemente aclamadas como por exemplo, de um modo mais vasto, as creches gratuitas para todas as crianças do Distrito da Guarda, também a reabertura da linha do Douro e até Barca de Alva que tem influência, certamente, na atração de turistas e visitantes ao nosso Concelho. A perseguição...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe, tem mais um colega de bancada inscrito e já esgotou o seu tempo.” -----

- **Dulcineia Moura, Deputada (PSD):** “Deixe-me só prosseguir, então senhor Presidente, porque o senhor Presidente, e o senhor Presidente não me vai levar a mal, o senhor Presidente da Câmara também já se estendeu no seu tempo, se nos permite, faça uma distribuição, assim equitativa por todos, porque não quero ter primazia, está bem, se me permite senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe o poder de síntese.” -----

- **Dulcineia Moura, Deputada (PSD):** “Mas, eu terei esse poder de síntese.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Certo, muito obrigado.” -----

- **Dulcineia Moura, Deputada (PSD):** “Mas vou continuar com aquelas que foram as medidas tão aclamadas, como também a prossecução da redução das portagens na A23 e na A25, a promoção do acesso dos jovens à primeira habitação e a custos acessíveis, a conclusão da segunda fase do Hospital de Sousa Martins e a requalificação dos edifícios antigos do Parque da Saúde, a tão ansiada reabertura do Hotel Turismo, a garantia de internet para todo o Distrito, a instalação na Guarda do Comando Nacional de Unidade, Emergência, Proteção e Socorro da GNR e já agora diga-nos senhor Presidente se já tem localização prevista e para quando, será que esse será o fim reservado às instalações da Pousada da Juventude na nossa cidade? Se assim for, qual será o nível de compromisso da Autarquia? -----

A propósito do apoio ao IPG na formação e fixação de estudantes, senhor Presidente, certamente que tal medida seria um avanço naquilo que poderia ser envolver o IPG, a

sua massa crítica, o seu capital que tem, na elaboração do Plano de Modernização Tecnológica do Município que, entretanto, já foi adjudicada essa elaboração de um documento a uma empresa de fora da Guarda, por um valor sobejamente considerável. Finalmente, senhor Presidente e vou-me adiantando, porque também, efetivamente, não quero ultrapassar os limites do bom senso, naquilo que foi o apelo do senhor Presidente da Assembleia. -----

Senhor Presidente da Câmara, prezadas e prezados Deputados, o grupo municipal do PSD da Guarda estará sempre do lado da solução e a seu tempo saberá reconhecer as ações, a evolução e o progresso da cidade inerentes à implementação das medidas e das políticas prometidas e das que possam vir a surgir. Acima de tudo, senhor Presidente, não nos vamos demitir nem de reivindicar, de lutar, e de lembrar sempre que se justifique, que a Guarda merece mais, muito mais, direi eu. E recordo somente uma frase de Santo Agostinho que a dirijo, aproveito para a recomendar a todos e em especial ao senhor Presidente: «A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem; a indignação ensina-nos a não aceitar as coisas como estão e a coragem ensina-nos a mudá-las.» Viva a Guarda. Muito obrigada e peço desculpa senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Dulcineia Moura, Deputada (PSD):** “Até aproveito também por agradecer, senhor Presidente, a forma como tomou de início esta Assembleia, de uma forma tão solidária e tão preocupada. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado pela atenção. Senhor Deputado Júlio Santos.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Muito bom dia. Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente da mesa da Assembleia. -----

O que me traz aqui hoje são algumas questões que eu queria colocar ao senhor Presidente da Câmara. Tivemos uma Pandemia, uma Pandemia extremamente bem tratada na Guarda, quer por parte dos nossos Técnicos de saúde, quer por parte do anterior Executivo, tendo sido inclusivamente nomeados, como exemplo, a nível nacional e o Centro de Vacinação esteve exatamente localizado no Pavilhão de S. Miguel, ou seja, num espaço da Autarquia. Acontece que, já com este Executivo, esse Centro de Vacinação foi transferido para o NERGA. Queixam-se com um pouco de frio, com um pouco de mudança, mas a questão que eu queria deixar é só uma, ou seja, que custos é que traz ou que trouxe essa mudança dado que, enquanto foi no Pavilhão de S. Miguel essa infraestrutura não trouxe custos nenhuns aos munícipes nem há Autarquia. -----

Outra questão que eu queria deixar é se o senhor Presidente da Câmara já conhece todos os dossiers, porque evocar que não lhe foram passados dossiers, que não os conhece, é evocar ou também dizer como disse há bem pouco, que do mandato anterior não fala, mas certo é que ele também fez parte daquele Executivo. E dizer que desconhece dossiers pode ser útil para empurrar, digamos disfarçar ou empurrar alguma responsabilidade para o anterior, mas certo é que também está a dizer que os Técnicos da Câmara da Guarda, que sabemos que são competentes, não têm conhecimento desses mesmos dossiers. -----

Para finalizar, eu ouvi aqui uma frase que do mandato anterior não falo, mas depois também soube dizer, mas eu estive também no programa e na elaboração da FIT, em que é que ficamos, senhor Presidente? Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. O CDS/PP tem um minuto e dezoito segundos. O Partido Socialista tem dois minutos e cinquenta e oito segundos, se desejar utilizar. No ponto seguinte, certo, muito obrigado. Senhor Deputado faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Na pessoa do senhor Presidente cumprimentar todas as pessoas que aqui estão, todos nós e quem nos ouve. -----
Só duas coisas: há ineficiências, e obviamente como se corrigem, se calhar dando pontapés de saída. É verdade aquilo que diz a Dra. Dulcineia, se calhar é por isso que o Executivo está a tentar avançar com o Centro de Envelhecimento. Aí está uma boa maneira de utilizar e de cuidar dos idosos, de diferenciar os Técnicos, de criar novas oportunidades, desde a domótica às novas tecnologias, desde os profissionais da saúde, à ergonomia, à arquitetura, de certa maneira é isso que nós queremos e é por isso que se calhar se está a pensar nisso e a Câmara deu o pontapé de saída, com outras instituições de inovação social, com as estruturas de saúde, porque é esse efetivamente o caminho. É bom lembrarmo-nos sempre do ponto em que estamos, mas se calhar o ponto para onde vamos é o mais importante, com quê? -----
Com mobilização, com ação, com investigação-ação e não tanto com indignação. Não nos podemos verdadeiramente indignar com um projeto que está a começar, a seu tempo, a seu tempo. Eu penso que é importante, vamos ver o que vai acontecer. A história da coerência é fundamental, por exemplo, queremos envolver a comunidade nas nossas realizações e depois queremos um Julgamento do Galo, onde é essencialmente um plano de ação comunitária ao longo do tempo. Sabemos todos que janeiro teve o pico dos isolamentos, não podíamos excluir das ações das pessoas, das Juntas, porque senão tínhamos que os por fora, quer dizer, é essa a ideia, vamos ter em atenção o que foi dito e estão a ser dados pontos concretos. Por exemplo, o núcleo de investigação sobre envelhecimento, se todos estivermos de acordo vai ser isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado muito obrigado. Senhor Presidente de Câmara deseja usar da palavra? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eu não quero usar mais do tempo, senhor Presidente, mas peço-lhe desculpa, mas terei que responder às questões que me são colocadas. -----
Senhora Deputada Rute Prata muito obrigado pela sua intervenção e, de facto, em boa hora nós propusemos e foi aceite pelo atual Governo, que o Centro de Estudos Ibéricos fizesse parte do Centro de Competências para a Inovação Social juntamente com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. É muito importante que a Guarda, através do Centro de Estudos Ibéricos catapulte cada vez mais com a sua imagem, com a sua afirmação, no Território Português e Espanhol, no Território Ibérico e a Guarda ficará assim também no topo daquilo que poderá ser a inovação social para os próximos anos. -----
Já começaram as primeiras reuniões de carácter técnico e, portanto, esperemos que no breve prazo seja uma realidade no início da sua fixação aqui na Guarda, porque desta

forma, como bem disse a senhora Deputada, nós estaremos a fortalecer a economia social. Foi aquilo que afinal de contas nós dissemos no nosso Programa Eleitoral: fortalecer a economia social, apoiar as nossas IPSS's, apoiar as IPSS's indo ao encontro daquilo que a população merece, porque hoje são os outros e amanhã somos nós, nós para lá caminhamos e, por isso, é que nós devemos ajudar muito as nossas IPSS's, a começar pelas da Guarda, naturalmente. -----

E, por isso, é que nós já demos algum apoio naquelas que já conseguiram ver a aprovação do financiamento no Programa PARES e com o aviso que vai fechar, dentro de dias no PRR, nós estamos bem atentos ao PRR e estamos a apoiar as IPSS's e falaremos sobre isso um dia destes para que possam ir ao PRR com as ambições que têm, porque existe essa necessidade no território. E tudo isto, está intrinsecamente ligado àquilo que precisamente disse o senhor Deputado José Valbom, muito obrigado pelas suas palavras concisas, mas muito diretas e muito realistas, que é o Centro de Investigação Nacional do Envelhecimento, que nós fizemos a proposta já à Administração da nossa ULS. O Município da Guarda estará disponível para ajudar a compartilhar o Projeto, a obra terá com certeza fundos comunitários, mas é este caminho que devemos fazer, fortalecendo a economia social, fortalecendo a nossa ULS, o nosso Hospital, ajudando à fixação dos profissionais de saúde através da investigação, através do ensino. E é esta estratégia que nós deveremos ter sempre todos em uníssono e estamos certamente de acordo que é este o caminho que deve ser talhado também nesta matéria. -----

Senhora Deputada Dulcineia Moura todos estamos bem atentos aos avisos do PRR que teimam em ser a conta gotas, aliás acho que alguém já fez um ato de contrição, porque a estratégia dos avisos do PRR vai passar mesmo a ser diferente, porque saem a conta gotas, abre hoje e fecha daqui a algumas semanas e têm que estar continuamente abertos, mas isso já foi admitido até por quem gere o fundo e, portanto, esperemos que dessa forma um dia destes nós possamos ter uma outra realidade ao nível dos avisos do PRR. -----

É claro que nós estamos bem atentos à transição climática e digital; só que os avisos que abriram, não dão para a Guarda, ou melhor, dão para um espaço que a senhora Vereadora Diana Monteiro, e muito bem, já está a projetar para ver se será aceite, mas ao nível das acessibilidades nós estamos a trabalhar. Temos um grupo de trabalho dentro da Câmara, a trabalhar por causa dos avisos das acessibilidades que são quase feitos à medida, mas não percebemos, nós vamos caminhar para irmos lá, aos avisos, só esperemos é que deixem de ser a conta gotas e que sejam continuamente abertos e abertos a toda a gente, a todos os *players*, às Câmaras, às Juntas de Freguesia, a outras Associações, porque senão desta forma havemos de chegar a dois mil e vinte e seis e o dinheiro não está gasto e depois acontece como de costume, no final do quadro comunitário de apoio andamos todos a correr contra o prejuízo para não devolvermos verbas. Mas nós estamos certos que esse é o caminho que o novo gestor dos fundos ou a nova pasta governamental dos fundos, certamente, vai alterar este estado de situação, porque já houve boas conversas sobre esse ponto de vista, esta semana mesmo, aqui nesta sala, houve alguma conversa sobre essa matéria. -----

No que diz respeito ao período de seca, no que diz respeito ao abastecimento de água por ora a situação está controlada, nós estamos a acompanhar, estamos a monitorizar com as águas do Vale do Tejo, a situação está controlada. Não quer dizer que ela não se descontrole de um momento para o outro, mas sobre essa matéria, sobre o plano da

seca, nós falaremos em breve, porque muito mais do que galardões políticos interessa proteger as populações e dentro em breve nós falaremos sobre isso. E, olhe há uma delas, mesmo sem seca merece o nosso esforço, a dedicação de todos nós como um plano *Marshall*, que é para diminuir aquele um milhão e meio de euros que a Câmara da Guarda está a perder, que estamos todos a perder por ano nas perdas, nos 41% das perdas de água, ou seja, 41% daquilo que compramos à entidade em alta não se vende, perde-se pelos tubos por aí fora. E, é para isso tudo que nós vamos ter que trabalhar todos juntos de uma forma afincada, é um verdadeiro plano *Marshall*. Vai obrigar a investimentos, sem investimento, nesta matéria, não se faz nada, mas mais vale gastarmos um milhão e meio de euros ou um milhão de euros, por ano em investimento, do que perdermos a água pelo solo a fora. -----

Sobre o estado da cibersegurança é aquilo que nós nos questionamos, senhora Vice-Presidente Amélia Fernandes, todos os dias nós nos questionamos a nós próprios, qual é o estado da cibersegurança na Câmara Municipal da Guarda? -----

Não sabemos e, por isso, é que nós assumimos e fizemos essa contratação, esse concurso, é um concurso público, limpo e transparente, com base no CCP, no Decreto Lei 18/2008, da Contratação Pública, para o plano de modernização tecnológica que vai visitar tudo isto, onde é que estamos e para onde é que nós devemos ir, porque depois a seguir vamos trabalhar com vários *players* no nosso território, nomeadamente, o Instituto Politécnico da Guarda, porque depois a seguir é uma entidade fundamental para nos ajudar a implementar esse plano de modernização tecnológica. Mas nós temos que avaliar onde é que nós estamos, para onde é que devemos ir e sempre a seguir com as instituições que estão presentes e bem presentes no nosso território, como o Instituto Politécnico da Guarda e outras que possam ajudar nessa matéria. -----

Ao mesmo tempo que nós estamos a trabalhar incessantemente para recuperar fundos quase perdidos do 2020. O quadro comunitário de apoio que está a finalizar, estamos a trabalhar, ainda há pouco tempo lá fomos recuperar mais 300 mil euros. É este trabalho que nós devemos fazer, todos os dias, com o apoio dos Técnicos do Município, liderados no quadro dos fundos comunitários, pela senhora Vereadora, é esse trabalho que nós estamos a fazer e nunca devemos baixar os braços, naturalmente. E queremos estar nas definições finais do Portugal 2030, já será, naturalmente o próximo governo que vai fazer o fecho dessas definições, mas queremos que seja aberto a vários tipos de fundos que permita fazer os investimentos que ainda faltam fazer na área da educação, na área social, na área cultural, às Juntas de Freguesia. Tem que ser aberto e não tão fechado, como foi o Portugal 2020. E estamos certos que aquilo que eu estou a dizer aqui, já dissemos a quem de direito, em reuniões paralelas, em conversas que tivemos no Estado Central, na CCDR já o dissemos e estamos em crer que aquelas conversas que nós fomos tendo ao longo dos últimos meses não vão cair em saco roto. E é desta forma que nós temos a coragem de afirmarmos que queremos ter daqui a quatro anos um Concelho melhor, mas para isso temos que ter as alavancas necessárias. -----

No que diz respeito ao Centro de Vacinação é muito simples: foi aprovado em Reunião de Câmara são 1500 euros por mês, no protocolo que foi feito com o NERGA. E vejam só este é o preço para nós termos um Pavilhão de S. Miguel disponível para a prática desportiva das escolas e dos clubes, até é barato, 1500 euros, porque senão fosse assim, não havia prática desportiva nas escolas mais próximas que é lá que praticam desporto os alunos. Nem havia prática desportiva de muitos clubes, porque é lá que praticam. Se

o custo são 1500 euros por mês, então acho que até é barato e nós conseguimos resolver desta forma toda essa necessidade. -----

No que diz respeito aos dossiers e falar do passado ou não, bom a senhora Deputada há pouco falou nos Parques Infantis, eu não queria falar no assunto, mas a senhora perguntou-me e eu agora vou ter que falar. Senhora Deputada há bocado falava sobre a proposta da senhora antiga Vereadora Ana Cristina Correia, pois bem, isso foi integrado num concurso público, aberto a certo tempo, o concurso depois foi anulado, nos últimos dois anos não foi aberto mais nenhum concurso sobre Parques Infantis. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Introduzia aqui um pequeno ponto dirigido aos dirigentes dos grupos parlamentares e aos senhores Presidentes de Junta independentes; como já hoje aqui o senhor Deputado Miguel Borges falou, é necessário atualizar o nosso Regimento, o Regimento está disponível na Plataforma e a mesa pedia aos diversos grupos e aos senhores Deputados que assim o entendessem, que até ao dia quinze de março nos fizessem chegar eventuais propostas de alteração, depois faríamos uma reunião de modo a podermos trazer a nova proposta de Regimento à Assembleia Municipal que deve decorrer no mês de abril. Portanto, até quinze de março, se fosse possível, agradecíamos que nos fizessem chegar essas propostas para depois ainda termos tempo suficiente para nos podermos depois reunir e acertar pormenores. Entrávamos agora na Ordem de Trabalhos.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 3.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Estão inscritos, pela ordem de entrada, o grupo municipal Pela Guarda. Faz favor.” -----

- **Quelhas Gaspar, Deputado (PG):** “Bom dia a todos, senhor Presidente permita-me. --- No momento em que se desenvolvem ações para a revisão do PDM da Guarda consideramos importante refletir sobre a importância do mesmo no desenvolvimento integrado no território e na capacidade de moldar e enriquecer o crescimento que se deseja sustentável e sustentado. Como instrumento de planeamento abrangente e estratégico, o Plano Diretor Municipal visa regular o uso e a ocupação de solo Concelhio enunciando conceitos e modelos de desenvolvimento e intervindo em inúmeras áreas que afetam de forma direta a vida dos municípios, entre elas: a classificação dos solos em urbanos ou rurais; a afetação de solos à estrutura ecológica e espaços naturais agrícolas e florestais; a definição dos índices de ocupação e de edificabilidade e a localização dos equipamentos sociais, desportivos, recreativos e culturais. ----- A revisão do PDM tem que produzir um documento criativo e inovador capaz de promover as dimensões de sustentabilidade social, ambiental e económica assumindo-se como um instrumento propiciador de uma governação dinâmica e eficaz na promoção do direito e da justiça a todos os municípios, salvaguardando interesses públicos e privados nas suas específicas esferas de atuação, naturalmente. Enquanto verdadeiro plano estratégico do Município deverá ser um garante da participação das populações, da atratividade e da competitividade da Guarda face às dificuldades de desenvolvimento económico e de crescimento demográfico. A potencialização dos

recursos endógenos e da localização estratégica deverão encontrar no PDM um veículo influenciador de dinâmicas de crescimento e de progresso económico-social, na diversificação da oferta turística, no reforço da entidade como Território de excelência para visitar e para viver. Todos sabemos que o ordenamento e a gestão do território são um exercício de poder público, não delegável, consubstanciado no PDM tão dinâmico como eficaz, não obstante tal exercício e tão valioso documento tem estado afastado do centro das preocupações dos governos municipais. O Plano Diretor Municipal da Guarda, PDM de segunda geração em vigor há cerca de vinte e oito anos, nasceu por obrigação legal imposta pelo Decreto-Lei 69/90 que preconiza a regulamentação da ocupação do solo, a programação do investimento e obriga as Autarquias há elaboração dos seus PDM's para poderem aceder a fundos comunitários. -----

Passaram vinte e oito anos sobre a publicação da primeira e única versão do PDM da Guarda, o que revela que o processo de revisão se tem alicerçado em orientações municipais pouco consistentes e que nunca lhe foi atribuído um estatuto indutor de uma opção estratégica devidamente capaz de ajudar a cumprir o progresso e a qualidade de vida das populações. A política de desinteresse teve um preço elevado que foi pago pelo baixo desenvolvimento das atividades económicas, pela ausência de políticas eficazes de habitação e ambiente, pela degradação da coesão social, pela perda da conectividade territorial, pela degradação da democracia de proximidade, pelo desinteresse e abandono do Património Cultural e pela descaracterização e desvalorização das áreas históricas, por um urbanismo de qualidade, pelo vigor demográfico, enfim, pelo desenvolvimento económico, social e cultural integrado do território do Concelho. -----

Pretende-se, finalmente, o interesse real em levar o processo de revisão do PDM a bom termo, finalmente. O atual Executivo Municipal vem colocar a questão na agenda política fazendo-o com convicção de que é indispensável. Terminar a dificuldade dos jovens no acesso à habitação, ao emprego e a uma vida de qualidade levando muitos a procurar novos destinos e impedindo outros de virem residir para a Guarda, o problema que todos conhecem, com certeza. -----

Anular o travão que tem sido colocado à consolidação e aumento da estrutura empresarial nos diversos setores de atividade, acabar com a sombra demográfica que tem pairado sobre as terras e as gentes da Guarda, implementar de uma vez por todas a economia criativa, apoiar o desenvolvimento da economia verde e incrementar os investimentos públicos e promover a salvaguarda do Património histórico-cultural, ecológico, ambiental e paisagístico dispondo de um instrumento de gestão que comece e acabe no território e nas pessoas e seja capaz de ser razão de futuro. -----

A última década foi marcada por uma vasta produção legislativa tendo esta procedido a importantes alterações, foram estabelecidos os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo, foram introduzidas mudanças significativas em matéria de informação e cartografia. A quantidade e qualidade de informação aumentou significativamente, passámos para um Mundo de informação digital, a cartografia digital difundiu-se largamente trazendo consigo a expansão da utilização dos sistemas de informação geográfica, que por sua vez deixaram de ser encarados como sistemas complexos e passaram a ser um auxiliar na gestão do Território. A Guarda acompanhou este ritmo de modernização e mudança? -----

Tenho dúvidas, muito longe disso, continuam a utilizar-se velhas cartas de leitura duvidosas sem qualidade técnica e o rigor necessário a uma intervenção adequada para trabalhos de precisão, relegando os Técnicos públicos e privados para a categoria de

decifreadores de enigmas. A vinte e cinco de março de dois mil e dezanove e por proposta do atual Presidente da Câmara, à data Vereador do Pelouro foi aprovada em reunião de Câmara, e por unanimidade, a revisão ao Plano Diretor Municipal, com o seu plano executado. Tendo, após publicação de aviso em Diário da República a dezanove de setembro do mesmo ano, havido lugar a recolha de mais de duzentas propostas da população no âmbito da fase processual competente, discussão do plano com as Juntas de Freguesia e reunião preparatória onde resultou a proposta de composição da Comissão Consultiva aprovada por Despacho da CCDR Centro a sete de janeiro de dois mil e vinte. -----

Desde esta última data e até ao início deste mandato Autárquico liderado pelo Movimento Pela Guarda constatamos que pouco ou nada se fez. De maneira que os últimos dois anos na Guarda foram de quase abandono e desistência de levar por diante a tão falada e desejada revisão do PDM...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado peço-lhe ...” -----

- **Quelhas Gaspar, Deputado (PG):** “Vou terminar senhor Presidente, peço desculpa.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Quelhas Gaspar, Deputado (PG):** “Esta atitude de desvalorização e desleixo, para além de prejudicar gravemente o investimento público e privado e de concorrer para a estagnação dos sistemas de produção e para o empobrecimento do Concelho, vem impedir o espetável incremento rápido das ações indispensáveis à conclusão do processo de revisão do PDM e assim dotar a Guarda de um instrumento essencial para estimular a consolidação dos perímetros dos núcleos urbanos, o reforço das centralidades rurais, a requalificação urbana, a coesão territorial e o desenvolvimento qualificado do nível das populações. Ultrapassar estas e outras dificuldades nascidas da omissão e do desmazelo exige trabalho duro e inspirado ao Executivo Municipal, bem como a participação de todos os Guardenses, já que o Plano Diretor Municipal deve ser gerador de oportunidades que possam ser aproveitadas social e economicamente. Muito obrigado. Peço desculpa, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Deu entrada de seguida uma proposta do Bloco de Esquerda sobre Transportes e Cultura. Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos novamente. Só um esclarecimento, não é uma proposta. Nós temos é aqui duas situações em relação a Transportes e Cultura e que queríamos falar e que não está descrito como proposta. Correto?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não. Dois assuntos: um sobre Transportes e outro sobre Cultura.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Exatamente. Um dos tópicos que o Bloco quer expor preocupação, já foi exposto aqui, também, pelo grupo municipal do PS, já tivemos resposta, mas consideramos que temos que voltar a falá-lo, que tem a ver com o cancelamento do Carnaval, como foi dito aqui, sim é um evento comunitário daí o reforço da sua importância, o dinamismo para a cidade. É gigante, já nos foi justificado, sim, é um tempo de preparação longo, nós sabemos-lo, mas esse tempo de preparação na nossa perspetiva devia ter sido feito e chegando ao ponto em que chegamos deveria

ter-se realizado. -----

Em termos de preparação, também, junto das Juntas de Freguesia, claro que sim, a carga é grande, mas também temos vindo a assistir neste evento, de uma e passo a palavra, talvez não seja a melhor, mas é o que nós sentimos, uma pequena desvalorização das Associações, ou seja, tem sido passada também muito mais responsabilidade para as Juntas de Freguesia, do que para as Associações da cidade da Guarda, que era o que acontecia. Como já foi referido, sim é um evento tradicional e temos que manter esta ligação à comunidade que passa também por aqui, portanto pode ser esse também o passo para o futuro, recuperar essa ligação do Carnaval da Guarda com as Associações, junto às Associações e que se realize para o ano já que este ano não foi possível essa preparação, mas deixamos esta dica para o ano que seja tida em conversação com as Associações, também, e que permita essa participação delas, como acontecia no passado, em grande escala. -----

A outra questão que nos traz aqui tem a ver com os transportes escolares, foi-nos transmitido a preocupação em relação à alteração da paragem dos autocarros da escola Secundária da Sé. O que nós aqui trazemos é também uma questão, como é que será a situação, ou seja, se estamos em soluções provisórias, se esta é uma solução provisória, aquela que aí vem de transferir os autocarros também para a zona, para dentro da Central, se é provisório porque é que não avançamos com uma definitiva? -----
Porque acabamos por transitar estes alunos e estas alunas de um lado para o outro, enquanto que para nós seria mesmo importante termos uma decisão definitiva e tratar da construção ou da reabilitação da nova paragem. São estas as duas questões que nós queríamos deixar aqui e obter resposta obviamente. Boa tarde.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Dava agora a palavra à senhora Deputada Alina Louro - Recursos Naturais no Concelho, é o tema.” -----

- **Alina Louro, Deputada (PSD):** “Bom dia a todos. Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----
Venho falar-vos sobre o Lítio. A Guarda é um dos Concelhos abrangido pelas seis áreas onde o Governo Português quer pesquisar a presença do Lítio.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada há outro colega seu de partido ainda inscrito, Ricardo Sousa, portanto peço-lhe: atenção ao tempo.” -----

- **Alina Louro, Deputada (PSD):** “Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pelo que vejo ...” -----

- **Alina Louro, Deputada (PSD):** “Ainda não comecei.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pois, pelo que vejo, peço desculpa vejo tantas folhas e depois ainda tem outro colega para falar, é complicado.” -----

- **Alina Louro, Deputada (PSD):** “Vou tentar cumprir e ser breve, mas tenho que falar.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “..., mas vamos ver. Obrigado.” -----

- **Alina Louro, Deputada (PSD):** “Repito, pesquisar. Como sabemos o Lítio tem vindo a assumir uma crescente relevância na economia mundial, devido ao processo de transição energética que estamos a viver. O Lítio, um excelente condutor e os seus

compostos têm diversas aplicações, sendo que a aplicação mais conhecida é na questão do fabrico das baterias para carros elétricos, para telemóveis e também para computadores. Esta é de longe a aplicação mais conhecida e mais apreciada do ponto de vista económico. O Lítio é sinónimo de progresso, de futuro e nós não queremos ficar para trás. A extração do Lítio, como qualquer extração mineira é sempre uma atividade de elevado risco ambiental, pese embora os efeitos possam ser mitigados até certo ponto, têm de ser encontradas soluções ambientais reais e essencialmente equitativas. Soluções apoiadas na ciência, soluções urgentes que não podem ser reduzidas a frases feitas ou meras preocupações, preocupados estamos todos. -----

O Lítio associado ao quartzo e ao feldspato é usado no fabrico de vidros e cerâmicas e explorado há mais de trinta anos no Seixo Amarelo, em Gonçalo e na Vela. As populações são vítimas de matéria particulada, alterações na morfologia dos terrenos, alterações na ocupação dos solos, as populações são vítimas da contaminação dos solos e das águas devido ao derrame de combustíveis, óleos e lubrificantes, são vítimas de alterações das linhas de água, da alteração dos ecossistemas, etc..., etc. Tanto pó e tanta lama, quem se preocupa? Quantos se manifestaram? -----

Poucos. Muitos podem pensar, caros amigos, mas nesta fase e após a recente avaliação ambiental, iremos apenas ser alvo de concursos públicos e de prospeção que se far-se-á rapidamente, não será assim, estima-se um intervalo de cinco anos. Podem pensar: será apenas uma investigação, podemos até ter solos com baixas concentrações de Lítio, podemos nunca chegar à exploração e muito menos à sua transformação, usando recursos químicos e ao envolvimento direto na fabricação de baterias e afins, não, não será assim. Serão feitos levantamentos cartográficos, geofísicos, fotografias aéreas e de satélites, haverá recursos a veículos aéreos não tripulados e a outros métodos não evasivos. -----

O Governo assim o promete e o senhor Presidente da Câmara conhece essas promessas, mas também serão feitas sondagens mecânicas, recolhidas amostras em profundidade, serão abertos poços e trincheiras e iniciar-se-á a alteração dos ecossistemas, será devastador para a paisagem. O senhor Ministro do Ambiente promete que haverá sessões de esclarecimento às populações, tal como, aliás está previsto na avaliação ambiental. Mas não será necessário avançar em primeira mão, senhor Presidente do Município da Guarda estar preocupado apenas não chega para defender os interesses das populações, só se pode baixar a guarda, como diz, depois de usar as armas, se depois, só depois de se avançar se pode ou não errar, preocupados estamos todos. Caberá à Autarquia diminuir a preocupação usando a informação sustentada no conhecimento científico e no conhecimento local. Recentemente, o senhor Presidente da Câmara da Guarda participou num programa televisivo, via Skype, onde se mostrava preocupado, eu repito, preocupados estamos todos. -----

É preciso, cito-o: «acautelar e proteger os interesses das populações», como? -----
Faltam respostas. O senhor Presidente já ouviu as populações, que conhece? Conhece as suas preocupações? -----

Não fará, naturalmente sentido comparar a exploração de Lítio com a exploração de material radioativo que ocorreu no nosso Distrito no século passado. O Lítio não é radioativo, contudo, os efeitos da sua exploração não podem ser menosprezados e só a informação pode apoiar a emissão de comunicados em nome de todos. Senhor Presidente da Câmara da Guarda permita-me que lhe diga, avance, havendo prospeção mitigue as suas consequências. É necessário que atue em termos jurídicos e técnicos

para que de facto se respeite e defenda os direitos e os interesses das populações. -----
A Guarda merece uma resposta sua. Havendo Lítio na Guarda, qual é o nosso interesse, na globalidade? Serão de facto as empresas da Guarda e sediadas na Guarda a avançar para a extração? Qual é a nossa participação no processo de prospeção e posteriormente exploração? Quais os nossos ganhos económicos? Se houver minas na Guarda o seu rendimento será de facto partilhado pela Autarquia? Serão de facto acauteladas todas as questões ambientais? Quando e como serão as sessões de esclarecimento? -----

Uma vez que o senhor Ministro do Ambiente, e estou quase a terminar, assumiu o compromisso de elaborar um plano de articulação com os Municípios, suponho que haverá uma equipa local, municipal, pronta a avançar no terreno. Citando o senhor Ministro do Ambiente: «Uma forma de enriquecer o processo será as Autarquias nomearem os próprios peritos para o acompanhamento ou avançarem com estudos próprios de avaliação ambiental». Portanto, a Autarquia da Guarda pode criar um mecanismo de investigação próprio e esclarecer as preocupações das populações e as preocupações de todos. Passaram mais de cem dias após a tomada de posse deste Executivo Municipal, já aqui foi dito, cento e vinte, façam contas! -----

A terra percorreu 344 milhões de quilómetros à volta do sol, só no Brasil foram produzidas 400 milhões de baterias e nós continuamos preocupados. Não será a seu tempo, o tempo é agora! A Guarda merece uma resposta e nós estamos a aguardar. Viva a Guarda. Muito bom dia a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Ricardo Sousa. O tema: Singularidades nas Escolhas.” -----

- **Ricardo Sousa, Deputado (PSD):** “Bom dia senhor Presidente, permita-me dispensar as formalidades protocolares e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e aqueles que nos visualizam através dos meios tecnológicos áudio visuais. -----

A Guarda sempre foi uma terra que se autoconstruiu ou melhor dizendo, sempre utilizou os seus melhores recursos e aproveitou a força, saber e engenho das suas gentes para se moldar à imagem, semelhança e beleza da robustez dos seus habitantes, força da sua granítica morfologia e encanto das suas idílicas paisagens. No entanto, apesar desta capacidade regenerativa, não foi capaz de desenhar um evento em larga escala, passível de reconhecimento Nacional e Internacional, como se verificou em muitas outras localidades, citando, a título de exemplo, Lisboa com a sua *Web Summit*, Viana do Castelo com as festas da Senhora da Agonia ou aqui bem perto, Viseu com a sua tradicional Feira de S. Mateus. -----

Todavia, a Guarda soube, paulatinamente, criar e desenvolver dois eventos, os quais, na minha opinião são, não só os mais emblemáticos, mas também duas das maiores marcas intangíveis deste território, tendo tudo isto sido conseguido por mérito próprio, com o trabalho e entrega de largas dezenas de profissionais da Autarquia e de inúmeros cidadãos anónimos que emprestaram a sua labuta e saber ao serviço da comunidade. Estou a falar concretamente da Feira Ibérica de Turismo – FIT e do Julgamento, Morte e Enterro do Galo, do Carnaval. Fiquei, portanto, muito surpreendido quando o Executivo Autárquico, pela voz do senhor Presidente da Câmara alegando motivos Pandémicos decidiu cancelar estes dois eventos sem pelo menos sugerir uma data futura num momento temporal posterior para a realização dos mesmos, era o mínimo dos mínimos. Por outro lado, ficámos também a saber que dois outros eventos de grande dimensão e

importância económica para a Região como são os casos da Feira das Tradições em Pinhel ou a Feira do Fumeiro, Sabores e Artesanato em Trancoso iriam avançar, sendo que estas Autarquias não consideraram que a atual conjuntura Pandémica fosse impeditiva da realização destes eventos. -----

Curiosamente há cerca de uma semana realizou-se no Estádio de Alvalade, com capacidade para mais de 50 mil espetadores, um importante jogo para as competições Europeias e nem por um instante, as Autoridades de saúde alegaram a existência de um risco minimamente relevante para a não concretização do evento. Que eu saiba nenhum dos eventos teve alguma vez tal tipo de afluência, sendo que o último dado disponível aponta para cerca de 35 mil visitantes da FIT em dois mil e dezoito. Torna-se, portanto, incompreensível como é que num momento em que as medidas restritivas associadas à Pandemia de Covid-19 são cada vez menores e mais permissíveis e caminhamos a passos largos para uma cada vez maior normalidade das nossas vidas, o Executivo Camarário, tenha tomado esta singular decisão que em rigorosamente nada beneficia a Guarda, os Guardenses ou até a Região. -----

Veja-se a título de exemplo o Festival de Gastronomia da Guarda denominado ALTITUDO realizado entre três e quatro de julho de dois mil e vinte e um, ou seja, em plena Pandemia, teve cerca de 5 mil visitantes em dois dias, vinte e quatro postos de desinfeção, gerando cerca de 600 mil euros de retorno do investimento, surgindo em mais de sessenta notícias em diversos meios e plataformas de comunicação social. -----

Do ponto de vista da comunicação do evento, só na rádio Renascença passaram cento e cinco spots publicitários. Extrapolando estes dados, quer para a FIT, quer para o Carnaval do Galo, facilmente constatamos que o potencial de geração de valor de qualquer um destes eventos é muito superior a este aqui citado, ficando a Guarda sem visitantes e os comerciantes ou prestadores de serviços sem vendas, tudo por causa de uma decisão imponderada e medrosa por parte do Executivo. -----

Em face do exposto, só podemos ter três linhas de conclusão para a explicação do sucedido: a) o Executivo não tinha nada preparado ...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, a mesa concedeu ao grupo parlamentar do PG mais um minuto e trinta e um segundos, como pode ver...” -----

- **Ricardo Sousa, Deputado (PSD):** “Estou mesmo ... só faltam três linhas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Agradeço.” -----

- **Ricardo Sousa, Deputado (PSD):** “Faltam três linhas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Ricardo Sousa, Deputado (PSD):** “ O Executivo não tinha nada preparado para cada um dos eventos, ou dito de outra forma, não fez o trabalho de casa e a melhor forma de ocultar essa falta de profissionalismo foi o cancelamento das atividades; b) existiu aqui uma premeditada preocupação economicista e o cancelamento deliberado dos eventos que permite que essas verbas sejam alocadas a outros fins que o Executivo tenha como prioritários, privando a Guarda e os Guardenses de dois eventos que lhe são muito queridos e que gerariam uma considerável receita para a Região; c) ou então, presidiu a esta decisão um medo exacerbado do risco Pandémico associado a um acanhamento indesculpável em fazer essas atividades por falta de capacidades e conhecimentos na forma de tratar a situação. A Guarda em geral e o grupo parlamentar do PSD em

particular gostaria de saber a verdade, assim o Executivo tenha a coragem de a contar. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Finalmente está inscrito o Partido Socialista, sob o tema: «Política Educativa Municipal», Dr. Virgílio Bento, faz favor.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Muito bom dia senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa, muito bom dia senhor Presidente de Câmara e senhores Vereadores, senhores Deputados. Espero ter tempo para ler, dizia alguém, não tenho tempo de escrever livros pequenos, mas vamos ver. -----

Grande parte da rede educativa ainda existente é aquela que foi definida em mil novecentos e quarenta e um por um plano, patrioticamente denominado Plano dos Centenários. A Lei 1969 de vinte de maio de mil novecentos e trinta e oito definiu que o ensino é «obrigatório para todos os portugueses, física e mentalmente sãos, entre os sete e os doze anos, e destina-se a habilitá-los a ler, escrever e contar, a compreender os factos mais simples da vida, ambiente e a exercer as virtudes morais e cívicas, dentro de um vivo amor a Portugal». -----

Nas últimas décadas o país viveu uma transformação profunda, aparecendo uma nova realidade, novos problemas, novas exigências. A Escola não é insensível a estas alterações, sendo, antes pelo contrário, a primeira instituição a sofrer os efeitos desta mudança. Importava assim projetar um novo paradigma de escola, construir uma nova escola que responda às exigências apresentadas pela Unesco no seu Relatório para a Educação no Século XXI. Refere este relatório que a Escola deve ajudar a aprender a conhecer, a aprender a fazer, a aprender a viver juntos, a viver uns com os outros, em suma, deve contribuir para a educação da pessoa na sua totalidade. É este novo paradigma de escola que está presente na Carta Educativa aprovada para este Concelho, quer no primeiro documento quer na sua posterior revisão. O Decreto-lei nº 7/2003 de quinze de janeiro impõe a necessidade de todos os municípios terem a sua Carta Educativa como instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos, de acordo com as ofertas de educação e formação. Este diploma refere que a Carta Educativa deve identificar os edifícios e equipamentos educativos, bem como as ofertas educativas e os recursos humanos necessários. -----

Faz uma organização por setores e há um dado que não deixa de ser preocupante é quando faz a projeção populacional entre dois mil e onze e dois mil e trinta e um. O Concelho da Guarda passará de 42 541 habitantes para 38 028 habitantes, ou seja, perderá 4 513 habitantes, menos 10,6% da população. Mas há Freguesias que ainda é mais preocupante, nomeadamente as Freguesias rurais, Avelãs da Ribeira perderá 89% da população; Avelãs de Ambom e Rocamondo 54%; Valhelhas 44%; Faia 52%; Famalicão 35%; S. Pedro do Jarmelo 45%; Marmeleiro 45%; Mizarela, Pero Soares e Vila Soeiro 46% e Pousade e Albardo menos 47%. É uma realidade muito preocupante para o Concelho da Guarda. Mas faz também uma projeção por grupos etários em idade escolar: dos três aos cinco anos perderá 33%; dos seis aos nove anos perderá 37%; dos dez aos onze anos perderá 40% da população; dos doze aos catorze anos perderá 36%; dos quinze aos dezassete anos perderá 30%; na globalidade crianças em idade escolar entre os três e os dezassete anos, dos 6145 alunos passará a haver em dois mil e trinta e um 3957, menos 2180 alunos, ou seja, menos 35,6%. -----

Dada a sua importância e qualidade, este documento deve ser objeto de uma reflexão

atenta de todos os agentes educativos. Estamos perante um documento tecnicamente muito bem feito pela equipa de investigadores da Universidade de Coimbra, coordenada pelo Professor Rochete, e com o contributo inestimável dos técnicos desta Autarquia e de todos os agentes educativos. Talvez seja interessante comparar este documento, a sua qualidade, com as outras cartas educativas do Distrito da responsabilidade da Associação de Municípios da Cova da Beira, e elaborada por uma empresa chamada, não sei se recordam, Tecnoforma. -----

Concordando com a quase totalidades das propostas presentes na Carta Educativa, contudo há uma que deve merecer uma especial reflexão: a transformação, e concordo com todas exceto com esta, a transformação da EB S. Miguel em EBI. -----

A primeira Carta Educativa propunha a construção de quatro centros escolares, dois no mundo rural, no Vale do Mondego e Porto da Carne e outro no Vale do Zêzere em Gonçalo e dois na cidade: Sequeira e Póvoa do Mileu. Destes quatro centros escolares previstos foram construídos três, sendo, no mandato de dois mil e nove a dois mil e treze, inaugurados um por ano. Não se resolveu o que já na altura se considerava uma situação crítica em termos de rede escolar. Os equipamentos existentes na Póvoa do Mileu, no Bairro do Pinheiro e Bairro da Luz, à exceção deste, do jardim de infância, já não respondiam às exigências de uma educação de qualidade e ao novo paradigma de escola. -----

Tal como no passado, esta zona da cidade continua a necessitar de um equipamento escolar de excelência para os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo. A proposta apresentada pela Carta Educativa parece, no plano estritamente educativo, racional. Porquê construir um centro educativo de raiz, quando há um equipamento que está a ficar sem alunos? -----

A partir do momento em que a direção do Agrupamento de Escolas da Sé decidiu criar o 2º ciclo na Escola Secundária da Sé, decretou a morte da EB. de S. Miguel. Contudo, a decisão de transformar esta escola numa EBI, acolhendo os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo dos Bairros de Alfarazes, Luz, Póvoa do Mileu e Pinheiro, não é, na minha modesta opinião, a melhor solução. Em primeiro lugar, atendendo à ação centrífuga da deslocação dos alunos. Os alunos tenderão a deslocar-se em direção ao centro da cidade e nunca a afastar-se. É muito improvável, senão praticamente impossível, que os alunos de Alfarazes ou do Bairro da Luz se desloquem para este Centro Escolar. Em segundo lugar, há um problema de mobilidade. Este equipamento está situado numa zona de grande tráfego, tendo apenas uma entrada e saída. Este aspeto é já por si crítico, mas agravar-se-á quando colocarmos crianças dos três aos dez anos naquele Centro Escolar. Por último, há um problema pedagógico. Ao transformarmos a EB. S. Miguel numa EBI, esta será frequentada por crianças de idades dos três aos quinze anos. Ao ser frequentada por crianças com idades tão díspares, haverá problemas de organização do espaço, de gestão e de relacionamento social, podendo afetar não só a aprendizagem, mas todo o processo de socialização. -----

Não sendo esta a solução para resolver o problema real das deficientes instalações dos equipamentos educativos nesta zona da cidade, podemos colocar duas hipóteses. Uma seria a construção de um centro escolar, localizado próximo do Bairro da Luz, por exemplo nos terrenos do Antigo Matadouro, dotado de todas as condições que lhe permitam fazer face às exigências de uma escola de sucesso. Hoje a escola não é o local onde se aprende apenas a escrever, a ler e a contar, mas, tal como defende a Unesco, «um espaço de educação da pessoa na sua totalidade». Por isso, para além de salas de

aulas, o Centro Escolar deve ter biblioteca, pavilhão, salas para a componente de apoio familiar (CAF), salas para o ATL e uma cantina. Seria uma oportunidade para resolver definitivamente o problema das refeições dos alunos, ao equipar este Centro Escolar com uma cozinha central, de onde sairiam as refeições para os outros equipamentos escolares. Não faz sentido...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado já ultrapassou o tempo em dois minutos e meio...” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “... nos dias de hoje haver pequenas cozinhas espalhadas pelos diferentes equipamentos. A segunda hipótese passaria por valorizar o princípio da proximidade, continuando a apostar na existência de pequenas escolas nos bairros. Tal implicaria a requalificação desses equipamentos, dotando-os das condições mínimas para a aprendizagem. Perante estas duas hipóteses, sempre defendi e continuo a defender a primeira. Todavia, mais do que adotar uma posição dogmática, defendo que devem ser objeto de reflexão e discussão por parte de todos os agentes educativos. Mas esta discussão, senhor Presidente, deve ir para além da educação e deve ser o início de um debate mais alargado sobre a gestão do Território na sua globalidade. O governo local e o governo central devem, em conjunto, definir a identidade e funcionalidade de um conjunto de edifícios abandonados ou com deficiente utilização. Se as instalações da EB de S. Miguel não são uma boa solução para o novo Centro Escolar, seriam, seguramente, o espaço ideal para as novas instalações da GNR. Desde logo, porque ficaria junto da VICEG e da saída para as duas autoestradas. -----

Mas, por outro lado, tal solução permitiria devolver à cidade um espaço tão importante e nuclear como este espaço do antigo quartel. Um espaço fechado e amuralhado tornar-se-ia público, uma continuação do Jardim José de Lemos. Depois da Praça que ficou a ser conhecida como Velha com a construção da Praça Nova, o antigo Mercado Municipal, teríamos a praça dos novos tempos. -----

O Teatro Municipal da Guarda foi, é e continua a ser, como referiu o autor deste projeto, uma obra inacabada, faltando terminar «esta relação mais efetiva entre o equipamento cultural e a cidade», requalificando o espaço envolvente e conferindo-lhe a visibilidade que merece. Enterrado e escondido, o TMG foi imaginado e construído a pensar no futuro, voltado para uma imaginária praça, uma espécie de ágora dos tempos modernos, que faria dela o verdadeiro Centro Cívico da Guarda. -----

É uma tarefa difícil, mas, como afirmava Einstein, «não existem sonhos impossíveis para aqueles que realmente acreditam que o poder realizador reside no interior de cada ser humano». -----

Numa das conversas que tive com Eduardo Lourenço, ele admirava-se com o poder que a palavra tem na política. Não se estava a referir há palavra como instrumento de manipulação, ...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa já ultrapassou o seu tempo em cinco minutos.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Um segundo só. Tal como acontecia com a sofística, mas na palavra enquanto força criadora. Tal como no mito, só o poder, na sua aceção mais nobre, tem esta capacidade de transformar a palavra em realidade, de materializar utopias, de dar vida aos sonhos. -----

Senhor Presidente, e vou terminar, obrigado pela sua paciência, senhor Presidente da Assembleia, o que acabei de enunciar seria uma das intervenções urbanísticas mais importantes do século XXI. É um sonho, seguramente difícil, mas tal como os outros sonhos, também pode ser que este aconteça. Assim o queiram os homens ...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Não há mais inscrições para este ponto, o 3.1. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Deputado Quelhas Gaspar, muito obrigado pela sua intervenção, muito abrangente e devo-o fazer aqui, embora que muito telegraficamente, de uma forma muito sintética, o ponto de situação da revisão do PDM. Nós chegados, recém-chegados, há cerca de cento e vinte dias, procurámos todo o processo, porque começaram-nos a chegar comunicações do exterior sobre ele e de imediato, nós colocámos em marcha, novamente todo este processo. Todos nós, sem exceção, já falámos desta necessidade ou não fosse um Plano com vinte e oito anos. Não há nenhum Plano que ao fim de vinte e oito anos esteja totalmente atualizado, admite-se, nós admitimos, todos devemos admitir que existam algumas partes que sejam ainda atuais, mas na sua maior parte, certamente não estão. É normal que assim seja, na evolução da nossa sociedade atual, ao fim de vinte e oito anos. -----

E, por isso, nós colocámos em marcha a avaliação ambiental estratégica que ainda não tinha sido iniciada, fizemos essa contratação, há uma equipa que está a fazer esse estudo, a avaliação ambiental estratégica, do Plano Diretor Municipal fundamental para todo este processo, reiniciámos as reuniões com as Juntas de Freguesia, que estão a ser chamadas para fazer, digamos a sua análise, até porque não só, mas também, por força de alguns Presidentes de Junta terem mudado, naturalmente e, portanto, nós estamos a chamar e esperemos que até ao próximo mês de março esta auscultação fique toda finalizada e conseguimos já, já fizemos essa marcação, da primeira reunião da Comissão Consultiva, que será no dia onze de março. -----

Nós estamos muito expectantes com aquilo que nos vai ser dito no dia onze de março, por todas as entidades que estão lá representadas, todas as entidades que interagem em matéria de ordenamento do Território do País, estarão lá representados todos os Municípios que fazem fronteira com o Município da Guarda e, portanto, estaremos muito expectantes sobre os sinais e sobre as decisões que nos irão ser dadas no dia onze de março, porque dessa reunião, dessas decisões, fará depender o *timing* para a conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal. Sobre essa matéria, depois do dia onze de março, na próxima Assembleia Municipal, naturalmente daremos aqui nota das conclusões dessa reunião. -----

Senhora Deputada Bárbara Xavier, sobre a questão do cancelamento do Carnaval, já falámos sobre essa matéria há pouco, portanto não me quero repetir, digo apenas o tempo da sua preparação. Senhora Deputada há muitas Juntas de Freguesia, para não dizer todas, que envolvem as suas Associações locais, sejam as Juntas de Freguesia rurais, seja a Freguesia urbana, que envolvem as Associações e, portanto, é um processo que demora o seu planeamento, porque é um excelente espetáculo comunitário. Outubro, novembro, dezembro, janeiro, nestes meses ainda estávamos com imensas restrições e é só falar com cada uma das Juntas de Freguesia e até com cada um dos

Técnicos do Município, aquilo que pensavam à época sobre tudo isto. Felizmente as restrições abriram e o caminho faz-se caminhando e sobre o futuro já falei há pouco sobre essa matéria, para o ano se Deus quiser cá estaremos com boas realizações. -----
No que diz respeito à paragem, nós já falámos tanto sobre esta matéria, mas nunca é demais recordar. Nós tivemos uma reunião com o Agrupamento de Escolas, com a Associação de estudantes, com a Associação de pais, com a PSP, para operacionalizarmos toda esta situação, porque é um problema com dez anos e todas as forças políticas têm responsabilidade sobre ela. Quem a colocou, quem a deixou que lá ficasse e quem agora está na governação e olhe eu também já tenho responsabilidades no passado sobre ela lá ter ficado, aqui me assumo, também tive responsabilidade. Dez anos, nunca ninguém teve a coragem de encarar aquele pequeno problema, é tão simples de resolver aquele problema, mas já agora, a solução transitória, que é uma situação transitória, é exatamente aquilo que acontece junto à escola secundária Afonso de Albuquerque. O tempo que os jovens adolescentes demoram da porta da escola até ao autocarro é praticamente igual nas duas escolas e olhe, veja só senhora Deputada, eu tenho lá uma filha que apanha o autocarro de vez em quando e mais não digo sobre esta matéria. -----

Mas, a solução que foi encontrada, de uma forma transitória, nós comunicámos o plano que estava previamente definido sobre as acessibilidades que têm que ser melhoradas, sob este ponto de vista, porque veja só, no sítio onde estava aquela paragem não há acessibilidades, não passa uma cadeira de rodas, uma pessoa de muletas, digamos assim, tem dificuldade em passar naquele local. Os problemas que há com as crianças que se amontoam, no bom sentido claro, naquele local, à chuva, ao vento, ao frio, mas naturalmente, que são necessárias novas obras junto à escola, por causa do trânsito. E, por isso, é que este plano é transitório, nós reforçamos a segurança rodoviária, com a colocação do semáforo que estará por dias para ser colocado. Executámos um caminho seguro dentro da Central de Camionagem, a PSP está a fazer a vigilância do trânsito. Tudo isto nós colocámos em marcha, porque todas as pessoas que estiveram na reunião estavam de acordo com esta situação. Era urgente encarar o problema e o problema resolveu-se e, naturalmente pode-se sempre melhorar, claro, e por isso é que nós assumimos como solução de transição, enquanto resolvemos o problema da entrada junto à escola secundária da Sé. E, com a finalização, esperemos que para breve do concurso público dos transportes urbanos, para podermos visitar a questão dos horários e das paragens dos autocarros e nesse tempo, naturalmente, também, se fará essa visita. -----

No que diz respeito às questões do Lítio, bom, muito se tem falado na comunicação social, muitas e muitos de vós me ouviram falar, porque o Presidente da Câmara da Guarda não podia ficar calado nessa matéria. Eu sei bem aquilo que aconteceu, há três, quatro anos atrás nas obras de remediação ambiental da antiga fábrica de rádio do Barracão e das minas do Prado Verde na Granja e do Forte Velho, aqui por cima de Maçainhas, foi a obra da remediação ambiental feita pela empresa de desenvolvimento mineiro. Custaram 5 - 6 milhões de euros só aqui no nosso Território e aquilo que nós dissemos a quem de direito, mas nós dissemos isto, olhos nos olhos, ao senhor Ministro e ele compreendeu essa situação, nós não queremos que no futuro qualquer prospeção de Lítio ou de outro mineral provoque escombrelas, como essas que existiam no passado, de há setenta, oitenta anos atrás, mas que em boa hora foi feita a sua remediação. -----

Mas foi um desastre ecológico ao longo de muitos e muitos anos, por causa das escorrências que foram para as linhas de água. Isso foi o que nós dissemos a quem de direito e nós não podemos tolerar, nenhum de nós, que isso possa acontecer. Mas, por isso, a senhora Deputada não sei se esteve atenta ao comunicado que a Comunidade Intermunicipal e que a Associação de Municípios Cova da Beira, que eu próprio assinei também, emitiu. Porque função daquilo que foi feito, a avaliação ambiental estratégica que foi feita pela Universidade de Aveiro, os Municípios estão a tratar de fazer também uma nova avaliação ambiental e também sob o ponto de vista jurídico, a Comunidade Intermunicipal está a fazer essa análise, para que possamos proteger, simplesmente, tão simplesmente, os nossos territórios, porque desta forma estamos a proteger as nossas populações. -----

E nós fomos dizer ao senhor Ministro, nós e os restantes Autarcas do País que queremos um processo muito mais participativo e estamos todos de acordo. Olhe que já houve membros do Governo que de uma forma informal já me disseram a sua concordância, tem que ser participativo, não se pode lançar esta informação para a opinião pública sem antes dialogar com os Autarcas e estamos certos que num futuro próximo esse diálogo, essa participação, esse diálogo participativo irá ser uma realidade e é isso que esperamos que aconteça. Porque se de repente, a Região da Guarda, permitam-me, é o grande filão do Lítio, então nós devíamos ser valorizados enquanto tal, não é de qualquer forma e não é acenando com umas verbas de 100 mil euros a repartir irmãmente entre o Estado e as Câmaras Municipais, não é dessa forma que se negocia. Nós até podemos admitir, todos nós que haja um local no nosso Concelho onde a prospeção de Lítio seja efetiva e possa ser feita em grande escala, mas tem que haver o diálogo com as Câmaras Municipais, com as Assembleias Municipais, com as Juntas de Freguesia, com as populações, de uma forma franca e aberta. É dessa forma que se deve fazer todo este processo, porque reparem só, o concurso que foi adjudicado a empresas do País e Internacionais, foi concurso público Internacional, nós aí não nos imiscuímos, está escrito. -----

É que se a prospeção não resultar em nada, nada resulta, e vão-se embora é um ônus que as empresas de prospeção assumiram ao responderem e ao terem ganho os vários lotes do concurso público, mas se a prospeção for boa, automaticamente, são dados os direitos de exploração do minério e é nisso que nós temos que estar, senhora Deputada só para esclarecer, é nisso que nós temos que estar bem atentos e estamos certos que depois da auscultação que foi feita aos Autarcas e com a nova tutela governamental, estamos certos que este processo irá ser muito participativo, porque estamos todos bem atentos, função das decisões que de uma forma solidária todos tomaram na Comunidade Intermunicipal e na Associação de Municípios da Cova da Beira. -----

Senhor Deputado Ricardo Neves de Sousa, eu reparei que o senhor chegou um pouco atrasado à Assembleia, certamente não ouviu aquilo que eu referi sobre a Feira Ibérica de Turismo. Eu não me quero repetir naquilo que disse, no início da Assembleia Municipal, sobre a falta de autoestima, sobre a galinha da vizinha é sempre melhor do que a minha, eu não me vou repetir sobre esse ponto de vista, mas o senhor deve saber, vou-me repetir, o senhor não ouviu, mas vou-me repetir. -----

O tempo de preparação de uma Feira Ibérica de Turismo que é nunca inferior a nove meses, nós chegamos há cento e vinte dias mais ou menos. Decisão medrosa, Executivo não faz trabalho de casa, não vou comentar, porque fico chocado com essas suas declarações, porque são reveladoras do seu estado de espírito e de facto,

verdadeiramente, não ouviu aquilo que eu referi no início desta Assembleia Municipal. Falta de profissionalismo, olhe a Câmara Municipal da Guarda tem excelentes Técnicos que foram eles que colocaram em marcha a Feira Ibérica ao longo de anos e anos e admitindo que nós a possamos fazer, nestes ou noutros moldes, é com eles que nós vamos contar e foi ouvindo os Técnicos do Município que nós tomámos estas decisões, a decisão é a política, são os políticos que as tomam, mas ouvindo os Técnicos. Nove meses para a sua preparação, lá viremos para recuperar o tempo perdido, isso sim, iremos recuperar o tempo perdido. -----

Senhor Deputado Virgílio Bento, bem-haja pela sua resenha histórica e a explanação de todo o processo, a Carta Educativa teve o seu início, já teve uma revisão e não sabemos se não estaremos a tempo de fazermos, urgentemente, outra revisão, porque de facto os números assustam-nos a todos e não são só da Guarda, infelizmente, se fosse só o problema da Guarda, é o problema de toda a zona raiana do País. De Bragança a Beja são estes os números que nós estamos a assistir e aquilo que referiu, senhor Deputado, é um programa ambicioso, já falámos, não há muito tempo, sobre tudo isto, é um programa ambicioso para resolver problemas com vinte anos, onde todos temos responsabilidades, a começar por mim. Eu também tenho já a minha quota de responsabilidade e este é um grande plano da revolução dos equipamentos Municipais e dos espaços públicos na cidade da Guarda, que como bem refere merecem uma grande reflexão da nossa parte e para que num futuro próximo nós possamos aqui ou noutros fóruns, de uma forma franca, aberta, sem acusações político-partidárias ou de forças políticas, de uma forma franca, de peito aberto, discutirmos isto, porque dessa forma estaremos a discutir o futuro da nossa cidade, o futuro dos nossos filhos e o futuro dos nossos netos. Conte connosco para promovermos essa discussão num futuro próximo, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Ricardo Sousa, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, a todos os presentes. ----- Eu nunca, em momento algum, quis afrontar os Técnicos desta casa que são excelentes Técnicos. Agora quando me diz que a preparação de uma Feira demora nove meses e tendo este Executivo iniciado funções em meados de outubro, vamos admitir que de novembro e mais nove meses, atira a Feira para julho, portanto aquilo que eu aqui critico é não se fazer a Feira em fins de abril, fins de maio, é não se fazer a Feira num momento posterior. Admitia perfeitamente que fosse em setembro, em outubro, em novembro, havia tempo mais do que suficiente. Aqui, eu apenas critico que a Feira foi cancelada apenas por uma questão Pandémica havendo tempo suficiente, desde que iniciou funções este Executivo, para por em prática toda essa experiência, que é uma experiência já adquirida e da qual o senhor Presidente fez parte e durante anos foi também um dos vetores desse sucesso e, portanto, a mim admira-me como é que não aproveitou todo esse capital de experiência para com o devido tempo colocar a Feira em prática que era aquilo que todos os Guardenses desejariam. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Posso falar?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faz favor. Não há mais ninguém inscrito, faz favor. Eu peço desculpa é que esta bancada, em função da luz..., Dr. Valbom faz favor.”

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia a todos, mais uma vez, na pessoa do senhor Presidente cumprimentar a todos. -----
Mas só sublinhar uma coisa, efetivamente, todos podemos evoluir e todos evoluiremos, mas é significativo que quem valorizou tanto, hipervalorizou a opinião da Direção Geral de Saúde aplicando normas da Direção Geral de Saúde, onde não eram aplicáveis em reuniões políticas, venha depois de outro tempo dizer que as Juntas de Freguesia, as Associações, as Comunidades podiam fazer ações quando estavam em isolamento, só no dia das eleições, cerca de 800 mil pessoas, se nós queremos que haja envolvimento comunitário, como era possível cumprindo as normas da Direção Geral? -----
E é significativo que o grupo que mais hipertrofiou as normas da Direção Geral venha agora querê-las rasgar e deitar para o lixo. E para que isto fique dito e assinado nas atas, estou a referir-me concretamente à realização política que era uma Assembleia Municipal, com normas e foi proibida, foi de certa maneira desaconselhada por vocês e agora vamos então fazer, a expor idosos a fazer, por exemplo, o Carnaval, as preparações, numa altura em que, por exemplo, o pico da Guarda em número de casos e em número de isolamentos foram em janeiro. No dia dois de fevereiro tínhamos quantas pessoas infetadas? -----
Se por cada pessoa infetada, isto é, a média do Sakellarides, se tivermos dez pessoas em isolamento, façam as contas só para o Distrito, se quiserem eu dou-vos os números dos que estavam positivos no dia dois de fevereiro, dia dois de fevereiro foi ontem. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Faz favor senhor Presidente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Presidente, muito rapidamente, só referir, eu já tinha falado no início da sessão, senhor Deputado. Da próxima vez, o senhor estará atento com certeza chegando mais cedo. Porque uma Feira Ibérica de Turismo não se adia a sua data, há uma data fixa e que está perfeitamente plasmada e conhecida em todo o Território Nacional e Espanhol, em toda a Península Ibérica, porque há um Calendário de Feiras Ibéricas em Portugal e em Espanha e que não deve ser alterado sob pena de colidir com outras Feiras. A data é aquela e se Deus quiser no próximo ano cá estaremos nestes moldes ou noutros moldes. Muito Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Eu gostaria, não será muito da minha conta, mas já que o senhor Deputado falou nos Técnicos da Câmara, há que realçar que a partir do dia um de janeiro, não se pode fazer nenhum registo de qualquer prédio rústico, por mais ínfimo que seja, sem ter o chamado BUPI e, portanto, são Técnicos da Câmara que têm estado a trabalhar assertivamente, a demorar o seu tempo, às vezes inútil, porque as pessoas não conseguem e, portanto, nós também..., isto é uma nota de informação porque muitas vezes criticamos e não sabemos o trabalho que foi acrescido desde o dia um de janeiro. Está encerrado o ponto...” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, ninguém criticou os Técnicos...” --
(...) -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não. Não, ele elogiou os Técnicos e eu agora acrescentei ainda um outro elogio. É nesta perspetiva. Mas é um elogio que eu dou aqui, publicamente, aos Técnicos que alguns tiveram de se deslocar do seu *métier* para um

novo *métier* que acontece depois do dia um de janeiro. Senhor Deputado, muito obrigado também pela amabilidade que teve de me dizer que tinha que chegar mais tarde, um bocadinho mais tarde, hoje, por razões de trabalho. Muito obrigado. Iríamos entrar, então, no ponto da Ordem do Dia, no assunto 3.2.” -----

Ponto 3.2 – Discussão e Votação da Proposta de Alteração Orçamental Modificativa – Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do Ano de 2022. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado deseja intervir, sobre esta matéria? Senhor Deputado Miguel Borges, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem eu preferiria fazer a intervenção com a presença do senhor Presidente, poderemos esperar um bocadinho, quer dizer..., não há problema.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Por mim não há problema nenhum. Só um minuto. Senhor Deputado, quer apresentar o ponto 3.2? Fala no fim. Faz favor, tem a palavra.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Obrigado. Bem, esta Assembleia tem sido o tempo, quer dizer, é o tempo da não apresentação das Propostas, é o tempo demasiado de todos os grupos, é o tempo «A» e é o tempo «B», é o tempo do Carnaval e das FIT’s, e dizer-vos claramente, em dezembro era tempo e em dezembro o senhor Presidente, a uma intervenção minha quando questiono acerca de 1 milhão 835 mil para seminários, exposições e similares, o senhor Presidente respondeu «serão para a candidatura da Cultura em Rede, para a Feira Ibérica de Turismo, para as atividades de Carnaval, para o Fim de Ano». -----

Depois relativamente à primeira intervenção da Deputada Liliana e a intervenção do Deputado Pedro Pinto, dizer, não há incongruência nenhuma, senhor Presidente. Existe 1 milhão 835 mil não foi gasto, nem em FIT’s, nem em Carnavais, nós Deputados do Partido Socialista estamos aqui para ajudar, achamos que deve ser feito o Primeiro Encontro de Nómadas Digitais, há dinheiro senhor Presidente. E depois dizer-vos que os Deputados do Partido Socialista votaram favoravelmente este Orçamento, e hoje vamos abster, na primeira revisão. E vamos abster na primeira revisão, precisamente porque em dezembro, era outro tempo, e era o tempo de dar tempo ao senhor Presidente. E aquilo que vimos que o senhor Presidente com esse tempo fez, é que nos apresenta exatamente as mesmas propostas. -----

Eu passo-lhe a dizer, senhor Presidente, relativamente a segurança com eventos, o senhor acrescenta mais 150 mil euros, para que eventos senhor Presidente? -----

Depois queria-lhe dizer que 150 mil euros para segurança e eventos, para apoio a Associações, são 50 mil euros. Para as Juntas de Freguesia são mais 300 mil euros. Esses nós concordamos, como é óbvio, para as Associações, para as Juntas de Freguesia. Para aquisição de água, mais 500 mil euros, senhor Presidente? -----

Bem, é assim senhor Presidente, manutenção de condutas, há pouco o senhor Presidente dizia, «tempos que trabalhar na manutenção de condutas para acabar com estas perdas enormes». Sabe quanto é que o senhor Presidente nesta revisão tem para manutenção de condutas? -----

Zero, senhor Presidente. No Orçamento inicial tinha 250 mil euros, senhor Presidente, agora zero. -----

Bem. E agora só relativamente a esta questão da aquisição de água dizer-lhe assim, isto aqui escrevi, para não me enganar. Em dois mil e dezassete, quando a água pertencia ao SMAS, os serviços de água estavam no SMAS, a água não faturada foi 28,3% e a reabilitação de condutas foram de 0,6%. Perderam-se mesmo assim 600 mil metros cúbicos, 300 mil euros nesse ano. Em dois mil e dezoito, com a passagem para a Câmara, houve perdas na ordem dos 40%, 1 milhão de metros cúbicos de água que se perderam, 500 mil euros por ano. No ano passado 42,3%, sabe quanto é que houve na reabilitação de condutas? -----

0,2%, ou seja, senhor Presidente, uma coisa, ou apostamos na reabilitação de condutas ou voltamos a ter o SMAS, porque na realidade aquilo que tem acontecido nos últimos anos é uma desgraça. Portanto, era isto, nós enquanto grupo parlamentar vamo-nos abster nesta questão e, esperando que na próxima Revisão Orçamental, não tenhamos que dar uma volta de cento e oitenta graus. Dizer-vos, também, e isto aqui é só mesmo uma questão, no ponto 4.4 da Revisão, quando fala de aquisição de água, tem 1 milhão 785 mil e depois passa para 2 milhões 285 mil, mas a verdade é que no Orçamento o valor que estava era 2 milhões e 200 mil, deve haver aí uma confusão qualquer, no próprio documento. Parece-me a mim ou eu estarei equivocado. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Mais algum senhor Deputado ou senhora Deputada quer intervir neste ponto 3.2? Senhor Presidente, se quiser usar da palavra, faça favor. Tem que se levantar, porque nós não vemos daqui. Peço desculpa.” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “Eu é que peço desculpa, entendo perfeitamente que com os focos seja difícil ver-nos, mas permita-me cumprimentá-lo a si e na sua pessoa cumprimentar a todos. -----

E vinha aqui só, simplesmente, dizer e apresentar a justificação do porquê da bancada do grupo municipal do PG ir votar favoravelmente esta Proposta de Revisão Orçamental. Todos nós sabemos e como vimos, começou esta mesma Assembleia e vimos a tensão que existe, atualmente, nos mercados, sobretudo nos mercados energéticos. E pensamos, claramente, que nesta Revisão que nos é proposta esta preocupação, nomeadamente, com os preços dos mercados ao nível da energia e dos combustíveis têm que vir aqui plasmados, ou seja, esta proposta traz já esta visão de futuro a este nível da despesa. -----

Quanto às dúvidas aqui apresentadas pelo Partido Socialista creio que a melhor pessoa para responder será mesmo o senhor Presidente, mas deixe-me só dizer-lhe que é quase demagogo dizer que não é um Orçamento que não pensa nas Juntas de Freguesia, quando esse valor, o valor total na transferência entre as administrações ascende a mais de 1 milhão de euros e o valor para a transferência entre as várias administrações, que é o ponto dois do Programa ascende a 1 milhão, 181 mil e 500 euros, ou seja, isto é uma Revisão que pensa nas Freguesias, portanto, é completamente demagogo vir para aqui dizer que apenas são gastos em serviços de segurança para eventos e não pensamos na totalidade do território. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Penso que não haverá mais nenhum senhor Deputado inscrito. Senhor Presidente da Câmara se desejar intervir, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Muito rapidamente, devo lembrar que na tal rúbrica e se calhar é mesmo melhor, num próximo Orçamento, nós mudarmos a estrutura do Orçamento, acho que vamos mesmo ter que o mudar para sabermos daquilo que estamos a falar, porque de facto num 1,8 milhões de euros cabe lá muita coisa, mas cabe mesmo lá muita coisa, tudo o que são eventos possíveis de serem feitos na Guarda está tudo lá. Estavam aqueles que já falámos aqui, o Carnaval, a Feira Ibérica, mas estará também toda a programação de Verão, a Feira Farta, o Natal, a Cidade Natal, o Fim de Ano e outros pequenos eventos, cabe lá tudo. Está tudo plasmado, portanto, no próximo Orçamento a estrutura do Orçamento, seja por via da Revisão, ou seja, por via do novo Orçamento, no próximo ano, acho que é melhor mudarmos a estrutura do Orçamento, porque assim todos vamos ficar a saber o que é que está elencado em função de cada uma das atividades que se pretendem levar a efeito. -----

E esta Revisão Orçamental é nada mais, nada menos do que simplesmente, acomodar o saldo Orçamental e o Orçamento é um documento Previsional. Vejam só, no caso das Freguesias, muito obrigado senhor Deputado Tiago Gomes, por aquilo que referiu, já falaremos sobre a questão da energia e de outras matérias. Houve um determinado reforço nas Juntas de Freguesia para a transferência de Competências. Estariam lá 500 mil euros, pelas minhas contas, se não me falha a memória. Mas aquilo que nós apresentamos às Juntas de Freguesia já são 800 mil, ou seja, vamos ter que subir muito mais ainda, mas isso resolve-se facilmente com uma alteração Orçamental. O Orçamento é um documento Previsional, onde os saldos devem ser acomodados e senhor Deputado Miguel Borges fala na segurança dos eventos, já agora em termos das regras contabilísticas, quando se faz a transição de ano, o Orçamento deve acomodar todos os contratos existentes, ora em função da transição de anos o compromisso que estava assumido no contrato existente da segurança teve que ser transferido para o novo ano, são as Leis da República que assim demandam. -----

Mas já agora pode descansar, há-de ir, não sei se vai já a esta reunião de Câmara ou se irá para a próxima, peço desculpa, mas não me recordo agora, o novo concurso da segurança e as indicações que nós demos é para fazer baixar o valor, uma vez que há menos eventos. Estamos de acordo, senhor Deputado, está a ver, estamos de acordo nesta matéria, porque se há menos eventos tem que haver menos segurança, apenas para o deixar descansado e para o clarificar nesta matéria. -----

No que diz respeito às perdas de água, o senhor já falou aqui nos relatórios da ERSAR dos últimos anos. Os 28% que migraram para os 41% e vamos ter que fazer muito trabalho, mas aqui na manutenção das condutas que o senhor refere, há lá rúbricas para as redes de abastecimento e para as redes de água e nessas rúbricas cabem esses investimentos e outros investimentos que podem surgir função das necessidades e função do plano que irá ser delineado. Olhe há uma coisa tão simples, que os senhores sabem bem o que é que é, que são os *loggers*, os *data loggers* estavam todos inativos, sem pilha, estavam sem pilha, faltou a pilha aos *data loggers*. É uma coisa tão barata, mas que permite fazer o controlo e o zonamento das zonas de abastecimento da cidade e de algumas aldeias, nas mais problemáticas sob o ponto de vista das perdas de água. E antes de nós mandarmos dinheiro, nem sempre dinheiro é solução para os problemas, nem sempre. Ajuda muito, claro que é, é uma das soluções, mas antes de lançarmos dinheiro para cima das coisas, nós devemos perceber o tal plano, definir o tal plano e isto é um processo que não vai ser feito num só ano, é a quatro anos, quatro anos e para

quem vier a seguir, seja quem for que vier a seguir que tem que continuar esse plano. - E sobre essa matéria de águas, saneamento e resíduos, falaremos em breve sobre tudo isso, porque também conforme eu referi há pouco, a Lei Orgânica da Câmara Municipal da Guarda está a ser analisada, estamos a auditar a Lei Orgânica e o Quadro de Pessoal, porque neste momento a Câmara da Guarda função das Competências que recebeu em matéria de educação já tem perto de oitocentos e quarenta funcionários. -----

E chegamos ao ponto de que já não é possível conseguirmos fazer face a tantas necessidades e a tantos processos em atraso que nós temos na Câmara Municipal da Guarda, pelas mais diversas razões, não interessa agora aqui falar sobre essas razões, há mil e uma razões para que isso possa acontecer, mas nós temos que combater esse flagelo, o flagelo do atraso na resposta e temos que estar bem munidos, com bons instrumentos, com boas leis orgânicas e vermos se o quadro de pessoal da Câmara da Guarda, em função das Competências que agora tem, se é o correto. E, tal como disse e bem, o senhor Vereador do Partido Socialista, e muito bem que o disse na Reunião de Câmara, que deve ser uma Lei Orgânica mais flexível, mais adaptada aos novos tempos e é isso que nós estamos a trabalhar. -----

Senhor Deputado Tiago Gomes, esta questão dos mercados energéticos fez sensivelmente duplicar o preço da energia no último ano, duplicar não, desculpe, 200%, eu dizia se fosse só a duplicar. Aumentou 200% o preço da energia no último ano, ninguém consegue controlar o preço da energia, bom e vamos ver agora esta escalada Mundial, o que é que está a acontecer com a asneira de alguém, o que é que vai acontecer. Tanto que, nós em janeiro tínhamos lançado um procedimento proposto pelos Técnicos do Município, na Câmara Municipal da Guarda em janeiro, na próxima Reunião vamos anular esse procedimento e vamos ter que abrir outro mais curto, porque vamos fazer um contrato coletivo, queremos fazer, estamos a estudar com a Associação de Municípios da Cova da Beira para tentarmos conseguir preços mais baixos. Isto está assim, está completamente volátil o mercado da energia, não é só na Guarda, não é só em Portugal, infelizmente, é na Europa e é no Mundo inteiro e, portanto, isso também nos faz reforçar infelizmente e muito, somos obrigados a isso, a reforçar a rubrica da energia no Orçamento. -----

E o mesmo é dizer em relação às Competências da educação, este é um ano de transição em matéria de Competências da educação. Nós estamos num ano, num ano completo, que pela primeira vez, essas competências estão delegadas no município e temos que fazer a agilização do Orçamento em função dessas necessidades, nós no final do na lançamos concursos públicos para todas as necessidades das cantinas. A Câmara da Guarda, neste momento, tem sob a sua gestão sete cantinas e o Orçamento tem que se adaptar a tudo isso e já começaram, a senhora Vice-Presidente, as reuniões das Comissões de Acompanhamento, porque nós neste momento já temos um problema em mãos, os custos que nós estamos a ter com as escolas, não estão a ser pagos pelo Ministério, ou seja, entre o deve e o haver já estamos a ter custos acrescidos em relação aquilo que nós recebemos. E nas Comissões de Acompanhamento já estamos a analisar isto, é claro que a energia elétrica tem aqui um peso preponderante, mas há outros custos que estão associados, mas é na base do diálogo que nós ambicionamos chegar, naturalmente, pelo menos, ao saldo zero, agora ao saldo negativo é que jamais. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocaria à votação o ponto 3.2.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 3.2 - Discussão e Votação da Proposta de Alteração Orçamental Modificativa – Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do Ano de 2022.* -----

- *Aprovado, por maioria, com cinquenta e oito votos a favor e quinze abstenções.* -----

Ponto 3.3 – Discussão e Votação da Declaração Fundamentada de Carência Habitacional no Concelho da Guarda. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Breia Lopes, Deputado (PG):** “Muito bom dia a todos. Quase na hora de almoço. ----- Quem nos últimos anos tentou arrendar uma habitação na Guarda deparou-se com um mercado reduzido, com poucos focos disponíveis e a preços inacessíveis para a maioria das famílias. Muitas delas, famílias de um só indivíduo ou monoparentais, jovens que muitas vezes auferem baixos rendimentos. Assim, quem pode, opta por contrair empréstimo para compra de habitação permanente, quem não pode fica limitado à partilha de quartos em apartamentos ou ter que abandonar a cidade para as Freguesias rurais, onde mesmo assim, se deparam com fraca oferta. -----

Quando encontram uma habitação que podem arrendar, normalmente é antiga, desconfortável e energeticamente desadequada para lidar com as amplitudes térmicas do nosso clima, há assim uma carência habitacional com duas faces: oferta desadequada à tipologia de muitas famílias e preços de mercado desajustados aos seus rendimentos. A agravar o cenário, o mercado da construção decaiu nos últimos anos, reduzindo a oferta de novas habitações. É neste contexto que o Município tem o dever de intervir usando todos os instrumentos ao seu dispor para reverter esta situação, não para se substituir aos construtores civis, mas para colmatar as carências na oferta de habitação a custos controlados, permitindo com estes instrumentos que mais famílias possam aspirar a ter uma habitação condigna, energeticamente eficiente e a custos controlados na nossa cidade. -----

A Lei de Bases da Habitação aprovada pela Lei 83/2019 estabelece as bases do direito à habitação e as incumbências e tarefas do Estado na garantia efetiva desse direito a todos os cidadãos. De realçar que esta Lei só muito recentemente foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 89/2021 de 3 de novembro. Daí que só agora os Municípios estejam a iniciar a elaboração da Carta Municipal da Habitação. Até lá, assume máxima importância a Declaração de Carência Habitacional que se apresenta neste ponto. No artigo 22º desta Lei, está plasmada a Carta Municipal da Habitação que é um instrumento a nível local em matéria de habitação a articular no PDM em conjunto com os outros instrumentos de gestão para o Território Municipal e onde no número cinco desse artigo se prevê que a Assembleia Municipal aprove uma Declaração de Carência Habitacional, sempre que no seu Território se verifiquem os requisitos, que não é o caso da Guarda. Os dados recolhidos no terreno, pelos Técnicos, e que constam da proposta em análise neste ponto são perentórios. Cabe agora a esta Assembleia a obrigação de analisar com rigor esta proposta e aprovar esta Declaração de Carência Habitacional permitindo a este Executivo o acesso a instrumentos financeiros adequados, como fundos Nacionais e Europeus e que permitirão aplicar medidas no terreno que visem colmatar esta carência reduzindo ou idealmente anulando uma situação de desigualdade no acesso a um direito tão fundamental. Tenho dito. “ -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado João Correia, faz favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Permita-me senhor Presidente que na sua pessoa cumprimente toda a Assembleia e assim como quem nos ouve.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado não se importa de tirar a máscara? Muito obrigado.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Desculpe. Talvez porque ainda estamos em Pandemia, não sei.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É o hábito.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Estamos em Pandemia ainda, agressiva. ----- Em relação a este ponto obviamente que a definição de carência habitacional e aqui para o nosso Concelho é, na verdade, uma realidade sobejamente identificada e esta carência, não falamos só de carência económica ou carência financeira, falamos também de outras áreas da carência, falamos daquilo que o senhor Deputado José Carlos Breia já acabou de dizer, as tipologias da habitação, etc., que estão disponíveis na Guarda e como eu vou aqui afirmar. O documento que vem aqui para aprovar, no fundo é consequência do documento aprovado aqui nesta Assembleia em junho último, o Plano Estratégico Local da Habitação que no fundo é uma ferramenta extraordinariamente importante e que nos faz um diagnóstico que nos obriga na verdade à ação e, portanto, é uma intervenção com mais consequência. Este documento inicial tem um horizonte temporal de cinco anos, no fundo já passou o ano de dois mil e vinte e um, já estamos em dois mil e vinte e dois. E, no fundo, este documento identifica a carência económica das famílias, faz uma análise social e respetivos rendimentos e ficamos a perceber que 75% dos alojamentos do Concelho da Guarda habitados estão sobrelotados. ----- Identificada assim, também, a carência gritante de habitação para famílias jovens ou para famílias unipessoais, para habitantes unipessoais, independentemente do extrato social. Na verdade, verifica-se desse documento que não há habitação apropriada para pessoas que vivam sozinhas ou para que vivam casais com opções diferentes daquelas que é terem família de maior dimensão. Um dos problemas identificados para a falta de fixação de Técnicos e nomeadamente de Técnicos Superiores do Concelho tem a ver exatamente com a falta de habitação, da falta de oferta de habitação adequada exatamente a essa procura aqui na Guarda. Muitos dos meus jovens colegas que chegam à Guarda para aqui fazerem um ano de internato ou ficarem mesmo durante cinco anos têm sempre dificuldade, crónica, em encontrar habitação adequada para as suas vontades ou necessidades. Outra realidade importante e aqui falamos já de outro nível de carência é a habitação social na Guarda. Eu não sei se vocês têm noção, mas este documento demonstra-o que a habitação social na Guarda contempla menos de 1,5% dos habitantes, sendo que nestes casos a Autarquia detém apenas alojamento para cento e quarenta pessoas, portanto, são números extremamente baixos do ponto de vista da intervenção social. -----

Há necessidade de intervir com urgência também nas habitações degradadas, sejam elas detidas pela Autarquia, sejam elas de outras Instituições, nomeadamente IHRU, Misericórdia, etc., por aí fora. E ou outras que têm tipologia subadequada e que daqui deriva exatamente a situação de sobrelotação habitacional. Mas, também, e sendo nós, sendo este Concelho, um Concelho com um clima bastante agreste, nomeadamente

muito calor no Verão e muito frio no Inverno; é também preciso intervir do ponto de vista energético na habitação e ter esse cuidado, na verdade, de identificar concretamente aquilo que temos, o documento também o faz. É evidente que o município tem, como eu já disse, à sua responsabilidade e cobra renda de edifícios com problemas graves de construção, quer pela idade dos edifícios, quer pelos materiais utilizados, mas também edifícios que habitualmente estão pouco cuidados e com elevado nível de degradação. -----

Chamo a atenção, ainda, para outros edifícios que a Câmara Municipal, o Executivo não tem ação direta sobre eles, mas acaba por ter de forma indireta, como é o caso do Bairro do Fomento, propriedade do IHRU e onde residem cerca de noventa pessoas e que já há muito está identificado que têm coberturas de cimianto, ou seja, contendo amianto e, portanto, até agora nada foi feito ou ainda o Bairro da Fraternidade, onde ainda persistem três habitações pré fabricadas com cerca de cinquenta anos e ainda algumas casas do Bairro vinte e cinco de abril que não têm condições mínimas de habitabilidade. É evidente, como eu já disse, estas não são atribuições diretas ou responsabilidade direta do Executivo, mas acaba por ser de forma indireta. -----

Em suma, estão identificados pelo documento que aqui foi aprovado em junho, estão identificadas cerca de quatrocentas e trinta e sete pessoas a viver em condições de habitabilidade deficitária e a carecer de intervenção urgente. Há ainda pelo menos cento e cinquenta guardenses identificados a aguardar uma solução social. Por outro lado, e também já aqui foi falado, nos diversos Bairros, mas também nestes Bairros de carácter mais social, os espaços verdes e envolventes ou são inexistentes ou são malcuidados. Há ainda muitas outras carências por identificar na cidade, como é o caso do Centro Histórico onde também residem pessoas, felizmente, mas estão ainda por identificar e neste documento não foram identificadas as carências que existem nas Freguesias rurais, do ponto de vista habitacional. Temos que reconhecer o esforço que os diversos Executivos foram exercendo para resolução de alguns problemas como foi o caso do Bairro da Fraternidade, mas muito, no fundo, há ainda para fazer para melhorar a qualidade de vida dos guardenses. Portanto, este documento é mais uma ferramenta, mais um documento de interesse absoluto. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado que deseje intervir? -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Enquanto Bloco, obviamente votaremos a favor, tem sido uma luta Nacional e Local muito grande do Bloco de Esquerda, ficámos bastante contentes de ter visto esta proposta por parte da Vereação. Só queremos deixar aqui uma questão e umas dicas, digamos assim, ou seja, nós gostaríamos de ..., obviamente está aqui descrito para que é que é a Carta, o artigo 6 e o artigo 7, permitem financiamentos e alterações, nós gostaríamos era de ter acesso aos Planos específicos quando eles forem mais pormenorizados, de como é que será feita a resolução desta carência. A identificação nós achamos que está bastante completa, trouxemos uma Recomendação na última Assembleia, exatamente, sobre este tema é só mesmo que gostaríamos de ter acesso aos projetos específicos, ou seja, como é que se vão tratar todas estas questões que foram aqui muito bem identificadas. E deixar só uma ideia para o futuro, porque em termos de habitação, de apoios, uma das grandes dificuldades, falamos de populações carenciadas, é normalmente o acesso a estes apoios, o acesso a informação, portanto, deixamos também esta ideia de que, após a aprovação, que

acredito que seja unânime, após esta aprovação, aguardamos que os planos sejam feitos considerando toda esta dificuldade de informação e de acesso. Isto pode ser feito com uma divulgação eficiente, com gabinetes de apoio, pode ser feito até com um mecanismo muito facilitado de acesso aos apoios. Queremos é que eles existindo, sejam usados e que sejam realistas, ou seja, não consideramos que seja importante fazer um plano que depois as pessoas não consigam usar. Não acreditamos que seja este o sentido da Carta, de todo, mas queremos deixar este sublinhado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir? Senão dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se desejar.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado, senhor Presidente, muito rápido, só dar aqui duas notas. Neste momento na Câmara da Guarda há mais de cem pedidos de habitação social, das mais diversas tipologias, digamos assim, mas há mais de cem pedidos de habitação social. E sem este instrumento que nós hoje vos propomos aprovar, não há forma de irmos aos fundos comunitários, este é mais um passo para que isso possa acontecer. Sabemos bem que foi aprovada a estratégia local de habitação nesta mesma sala há alguns meses atrás, no início do Verão do ano passado, mas já agora vamos dizer-vos aquilo que em função das reuniões técnicas que têm havido com o IHRU e a última que houve esta semana, palavras do IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, que refere que «a estratégia local de habitação não foi bem elaborada». -----

Com certeza que os dados técnicos que a consultora que fez a estratégia, não sabemos se foi demasiado célere ou não, mas em boa hora foi feita a aprovação desta estratégia local de habitação, que foi o primeiro passo, este é o segundo passo, mas será normal que um dia destes, possamos ter que vir aqui novamente, a esta sala, fazer algumas alterações ou algumas retificações na estratégia local de habitação, porque depois há alguns anexos, o que nos refere o IHRU é que não bate a bota com a perdigota, permitam-me a expressão senhor Presidente, mais brejeira. -----

Portanto, este é mais um passo para podermos ir aos financiamentos comunitários, para mais habitação social, para permitir mais habitação na nossa cidade e os instrumentos de planeamento que estarão ao nosso dispor, teremos que os ir utilizando em função das necessidades que as autoridades do País nos vão solicitando - apenas esta nota que eu queria dar. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Obrigado senhor Presidente. Colocava então à votação o ponto 3.3 da Ordem de Trabalhos.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 3.3 - Discussão e Votação da Declaração Fundamentada de Carência Habitacional no Concelho da Guarda.* -----

- *Aprovado, por unanimidade com setenta e três votos a favor.* -----

Ponto 3.4 – Discussão e Votação da Proposta de Participação do Município da Guarda, como Associado, na Associação de Municípios Portugueses do Vinho. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado se deseja inscrever para tomar a palavra? Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Bom dia a todos. E sintam-se cumprimentados, peço essas desculpas, na pessoa do Presidente desta Assembleia. -----
A Associação de Municípios Portugueses do Vinho diz na sua página de apresentação que foi criada com o intuito de ser e passo a citar «Porta voz de todos os Municípios com vincada tradição vitivinícola», não será propriamente o nosso encaixe, digamos assim, no entanto, para além disto, entre outros objetivos estratégicos está a valorização do potencial endógeno dos territórios cuja economia cultural e identidade histórica estão fortemente associados ao vinho. É verdade que estamos num Município rodeado de grandes produtores de vinho e de vinhos de qualidade, não é propriamente o nosso Município que está nessa qualidade, de qualquer forma temos também já produtores que estão a dar os seus primeiros passos. Entrando no site da própria Associação vemos que sobre eles falam, nomeadamente, sobre vinho e como tal e desta forma, o nome não engana e o principal objetivo desta Associação da AMPV é mesmo o vinho. -----
Por outro lado, podemos e devemos ser solidários com as Associações cujo objetivo principal é fazer o bem pelos nossos Municípios e sei que esperamos que esta Associação também o venha fazer. Gostaríamos, no entanto, muito mais, de ver aqui uma Associação que tivesse como objetivo principal os nossos produtos endógenos aqueles que, como por exemplo, o azeite que é de altíssima qualidade, nomeadamente o do Vale do Mondego. Digamos que talvez o ponto mais positivo para pertencermos a esta Associação seria ou será o provável marketing territorial, embora e volto a frisar, que seria importante que este marketing e este esforço, que também é financeiro, embora não seja um valor assim tão elevado, mas de qualquer forma gostaríamos de o ver mais dedicado aos nossos produtos endógenos. Os vinhos na verdade já têm uma grande visibilidade e nós temos a sede da Comissão aqui na Guarda e estamos rodeados, realmente, pela Cova da Beira, por aquele Município da Meda que também tem vinhos de qualidade e como tal, eu acho que poderemos estar a perder aqui um pouco da nossa capacidade de investimento nos vinhos, uma vez que já há várias Associações e vários trabalhos sobre esse produto, nomeadamente gostaríamos de ver uma Associação ou o apoio do Município ao azeite. Esse produto que é tão querido por todos os Portugueses e que é tão bem desenvolvido neste nosso Município. Esta é apenas uma declaração de voto nossa, do grupo parlamentar do PSD e que sim senhor em termos de marketing Territorial será sempre bem-vindo, esperamos que tenhamos esse prazer de ver o nosso logotipo nos eventos que possam vir a ser realizados e a solidariedade cabe sempre bem e fica-nos sempre bem, nomeadamente quando se trata de Associativismo. Assim e neste sentido, o PSD, o grupo parlamentar do PSD vai-se abster na votação. Desejo a todos um bom fim de semana e que se divirtam no Carnaval. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Mais algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez. Na pessoa do senhor Presidente cumprimento a todos. -----
E fazendo a ligação do ponto atual, com o ponto por onde começamos, se calhar a nossa grandeza, se calhar vê-se essencialmente quanto nos conseguimos pôr na pele dos outros. Eu tenho estado e associei-me a todos vocês, porque hoje somos todos ucranianos. E aqui fazendo a ligação ao momento presente, somos todos Beira Interior, somos todos, vinho. Aquilo que diz respeito a Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel, diz-me respeito a mim; se a Guarda não assumir a sua capitalidade e principalmente

pode afirmar isso naquilo que diretamente não lhe interessa muito, ficamos para trás, estamos a inferiorizarmo-nos, somos ainda a capital de Distrito e devemos assumi-lo, também, naquilo onde efetivamente não nos interessa muito. -----

Dizer mais uma coisa - houve um investimento significativo dos Executivos anteriores num edifício do vinho; em certa maneira este é mais um passo de valorizar também esse espaço. Em relação à proposta de valorizarmos o azeite, tomaríamos nós, a proposta é boa e Deus queira que daqui a três ou quatro anos tenhamos uma Academia do Azeite, como queremos ter o vinho. Essa é a proposta, vamos a ela, mas o vinho é uma afirmação de interesse afetivo e a capitalidade assume-se e exerce-se assim.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Luís Prata, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (PSD):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos. -----

Eu venho dizer que vou votar a favor e venho elogiar esta Associação, muito simplesmente, porque na Aldeia Viçosa está a ser feito um bom investimento a nível de vinhos no Concelho da Guarda. É lá que também está incluído o Ministro, único vinho certificado no Concelho da Guarda, se não me engano, acho que há aí mais processos a decorrer. Portanto, a Aldeia Viçosa, como Capital do Vinho do Concelho da Guarda saúda esta Associação e vou votar a favor, enquanto Presidente de Junta de Freguesia da terra que defendo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhora Deputada, faz favor.”

- **Maria Manuel Pimentel, Deputada (PS):** “Senhor Presidente cumprimento todos na pessoa do senhor Presidente. -----

Eu não podia de deixar de intervir aqui no vinho. Como disse o senhor Deputado do PG, a Guarda tem que ser a Capital, o Distrito e ser o motor, o timoneiro desta Região e é para isso que acho que estamos todos aqui. Em relação ao vinho, o grupo do PS vai votar este ponto favoravelmente, mas também não posso deixar de falar aqui, que eu já ouvi duas vezes ser mencionado, o azeite. O azeite está com denominação de origem protegida, temos o azeite da Beira Alta e temos o azeite da Beira Baixa, como produtos com denominação de origem protegida; quer dizer que por si só, este produto já está perante a União Europeia e perante o Mundo com uma diferença em relação a outros produtos, azeite. Portanto, nós a Guarda, nós a Região da Beira Interior Norte e da Beira Interior Sul já tem este privilégio, já tem um produto com denominação de origem protegida, portanto, é agarrar neste ponto e potencializar e projetar o azeite da Beira Interior Norte para o Mundo. -----

Temos outros produtos com denominação de origem, temos o queijo Serra da Estrela, o queijo Serra da Estrela Velho, o Requeijão Serra da Estrela e temos com indicação geográfica protegida, um produto, eu já ouvi falar hoje aqui na castanha e na cereja, temos um produto que é a maçã da Beira Alta que ninguém fala na maçã da Beira Alta. E ela já está com indicação geográfica protegida. Em relação a estes produtos que já têm visibilidade, poderá o Executivo projetá-los e mostrar as suas características, como se está a fazer agora com esta iniciativa do vinho. Portanto, outra coisa que eu queria dizer e uma vez que já se falou aqui nos produtos endógenos - em dois mil e dois saiu em Diário da República o aviso 9500, onde estão caracterizados produtos da área da charcutaria: a morcela da Guarda, o paio da Guarda, a chouriça de carne da Guarda, os

bofes, isso está em Diário da República, o aviso 9500. -----
No aviso também do mesmo ano, 11096 está a morcela doce do Jarmelo e a farinha raiana, portanto há cadernos de especificações destes produtos, eles nunca avançaram para DOP nem para indicação geográfica protegida por obstáculos que se foram criando no percurso; no entanto, se este Executivo quiser agarrar estes produtos que eu acabei de mencionar, só terá de fazer duas coisas muito simples: um é fazer a consulta ao Jornal oficial das Comunidades do ano dois mil e doze e ver o que é que lá está escrito e o outro é pedir à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, nomeadamente à Divisão do Desenvolvimento Rural, os cadernos e articular com a Direção Regional de modo a que estes produtos sejam reconhecidos como identificação geográfica protegida. Um bom dia a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Se mais nenhum senhor Deputado quiser intervir. Quer?” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “Obrigado, senhor Presidente, eu prometo ser muito rápido. Congratulo o Executivo por esta proposta de adesão a esta Associação, que mostra, como tantos já vieram dizer antes de mim, mostra que também nós, a Guarda assume essa capitalidade e tem que ser solidária também com os Municípios que aqui à volta, talvez tenham maior tradição vitivinícola, mas como vimos e o senhor Presidente de Junta de Aldeia Viçosa, aqui o disse, também temos no nosso Território essa mesma tradição. -----

Mas não podia deixar de citar aqui uma intervenção que foi feita, um testemunho que foi feito, precisamente na Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior que a todos nós muito nos orgulha ser sediada na Guarda. Eu vou passar a citar: «Em boa hora a Guarda se prontificou para ser cidade sede da Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior apoiando a sua instalação numa zona nobre da cidade, no novíssimo Solar dos Vinhos da Beira Interior. Os vinhos de altitude encontraram casa na cidade mais alta do País; esta feliz coincidência sublinha a importância e o potencial turístico da Guarda, enquanto Região e a vontade de apoiar, integrar, potenciar esta nova rota que agora surge que é a rota dos vinhos da Beira Interior». Esta citação corresponde ao anterior Presidente da Câmara da Guarda e, portanto, a mim pasma-me saber que o PSD não se quer associar a esta vontade de pertencer à Associação Vitivinícola, à Associação de Municípios do Vinho e, no entanto, não corresponda às declarações que foram prestadas. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faz favor, senhora Deputada.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “O senhor Deputado vai-me desculpar, mas também não estava propriamente com toda a atenção quando descreve o que acabou de dizer. A rota dos vinhos nada tem a ver com a Associação e mais, a bancada do PSD não vai votar contra nem estar a favor, está no «nim» e por isso se abstém, agora quando o senhor diz que temos realmente orgulho, temos maior orgulho em ter a Comissão Vitivinícola sediada na Guarda e ainda bem que assim é. -----

E ainda bem que se vão dirigir e se vão fazer uma rota dos vinhos e estaremos cá para os apoiar sempre. A única coisa que nós lhe estamos a dizer ou tentar transmitir é que realmente esta Associação que se revê mais nos vinhos, nos vinhos. Nós só gostaríamos que fosse outro tipo de Associação que viesse aqui e não esta. Agora em termos de

Associativismo, em termos de podermos dizer estamos solidários, estamos todos solidários, até porque acho que essa é a nossa função enquanto Municípios e Deputados e a função do Presidente da Câmara que nunca, me parece a mim, «des-solidarizou», se eu posso dizer isto com qualquer tipo de Associativismo. E nós estamos solidários, sim senhora, mas acho que o princípio é mesmo o da solidariedade com esta Associação, não propriamente com o objetivo da Associação, são coisas diferentes. Muito obrigada, senhor Deputado. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Mas, faz favor.” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “Senhora Deputada, eu vou ser muito breve, vou ser muito breve, mesmo. A Associação trará benefícios, certo? A Associação trará benefícios nomeadamente na ajuda, por exemplo, à organização dessa rota, certo? ----- Como foi aqui dito e muito bem pelo senhor Presidente de Junta de Aldeia Viçosa, nós temos no nosso Concelho uma Freguesia, neste caso, Aldeia Viçosa, com uma tradição vitivinícola. Eu acho que neste momento esta questão da Associação não se prende tanto com o valor ou a cultura, prende-se sim, com os benefícios que nós podemos ter através da Associação e de pertencermos à Associação de Municípios do Vinho. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Presidente de Câmara, não sei se deseja..., faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito rapidamente, senhor Presidente. Começar pela senhora Deputada Maria Manuel, muito obrigado por nos lembrar aquilo que foi feito há vinte anos atrás, aliás, há mais de vinte anos que culminou com esse trabalho em dois mil e dois. Eu conheço as pessoas ou algumas das pessoas que fizeram esse trabalho e de facto, merece ser reavivada a nossa memória, porque os documentos, os registos existem e estamos todos, cada vez mais e foi aquilo que falámos aqui, estamos todos a defender os nossos produtos endógenos e devemos e temos de fazer mesmo algo no futuro para que isso possa acontecer, em estreita articulação, tal como eu disse há pouco, sempre com as Associações de produtores, seja a ACRIGUARDA, seja a APIM, seja a ADAG, seja a AGROGUARDA, ou outras Associações de produtores que possam surgir. Estamos em estreita sintonia e bem-haja senhora Deputada por aqui nos ter reavivado a memória desses bons feitos técnicos que foram feitos há cerca de vinte anos atrás. Depois sobre esta proposta em si, é uma proposta não só solidária, é também solidária, mas a Guarda, tal como disse senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa, muito obrigado, já temos um vinho certificado em Aldeia Viçosa, em Valhelhas já lá está outro e o futuro a Deus pertence, sobre esse ponto de vista. Mas a Guarda está num Território rodeado de vinho. Senhor Deputado José Valbom, como bem referiu, se nós queremos ser Capital de Distrito, como ainda somos, enquanto houver Distritos, mas se queremos ser a Capital da CIM Beiras e Serra da Estrela e queremos que os Concelhos à volta sejam solidários com a Guarda, nesse sentido, com esse pressuposto, também a Guarda tem que ser solidária com todos eles. Por agora nós temos poucos produtores, é verdade, há vinte anos, há dois anos, há quatro anos, não tínhamos nenhum. O caminho faz-se caminhando, tal como fez o caminho a Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior, com muito orgulho e muito trabalhei também para isso com outras pessoas para que aqui tenha uma sede digna, mas o trabalho da Comissão Vitivinícola começou há cerca de vinte e oito anos. Há vinte e oito anos, muitos eram os velhos do

Restelo que diziam que não fazia sentido fazer uma Comissão Vitivinícola na Beira Interior. -----

Vejam só, vinte e oito anos e bem-haja a quem na altura teve a audácia e a astúcia e a coragem de o querer fazer, formou a Comissão Vitivinícola e vejam só, vinte e oito anos depois temos a sua sede, um belo edifício no nosso Centro Histórico, é dar vida ao Centro Histórico. Temos ali a sede da Rota dos Vinhos da Beira Interior, a Guarda é um ponto de atração conforme verificámos nesta mesma sala, esta semana. -----
Uma excelente realização, o Beira Interior Gourmet da Comissão Vitivinícola, vieram restaurantes não só da Região, mas de todo o País para poderem, vejam só, receber simplesmente um Diploma de Participação dos melhores restaurantes do País. E está de parabéns a Comissão Vitivinícola com esse bom trabalho que fez e que certamente vai continuar a fazer. E com esta adesão à Associação de Municípios Português do Vinho é para ajudarmos cada vez mais os nossos produtores, ajudarmos a cimentar o fortalecimento do Beira Interior Gourmet e de outros mais festivais, de outras mais realizações da Comissão Vitivinícola e dos Municípios à volta, que estamos rodeados de Municípios com bom vinho. E é desta forma que nós encaramos a necessidade emergente de fazermos a adesão a esta Associação para podermos estar presentes nos centros de decisão e sempre solidários com a nossa Região. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Antes de colocar à votação, permitam-me a título muito excepcional dizer que por uma questão de solidariedade e hoje começamos esta sessão por um ato desses. Já temos no Concelho uma Freguesia, para mim basta ter uma, percebem o que eu quero dizer. Vou colocar à votação.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 3.4 - Discussão e Votação da Proposta de Participação do Município da Guarda, como Associado, na Associação de Municípios Portugueses do Vinho.* -----

- *Aprovado, por maioria, com setenta e três votos a favor e dez abstenções.* -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Miguel Borges, no início da Assembleia falou-me no almoço, por volta das 13h:30m, nós temos na Ordem de Trabalhos, temos uma informação escrita do senhor Presidente da Câmara que não é motivo de qualquer intervenção, ficam-nos neste momento dois pontos. Avançamos? Vamos embora. Ponto 3.5.” -----

Ponto 3.5 – Discussão e Votação da Proposta de Instalação de Empreendimento de Turismo no Espaço Rural – Declaração de Interesse Municipal nos Termos do Artigo 23º do Regulamento do PDM. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado ou senhora Deputada deseja intervir neste tema? Não há nenhum senhor Deputado. Não sei se o senhor Presidente de Câmara deseja..., também não deseja intervir. Então vou colocar à votação.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 3.5 - Discussão e Votação da Proposta de Instalação de Empreendimento de Turismo no Espaço Rural – Declaração de Interesse Municipal nos Termos do Artigo 23º do Regulamento do PDM.* -----

- *Aprovado, por unanimidade, com setenta e três votos a favor.* -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Finalmente, ponto 3.7.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa, ponto 3.6.” -----

Ponto 3.6 – Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado deseja intervir? Nenhum senhor Deputado? Senhor Presidente da Câmara? Não deseja também, portanto está cumprido o ponto. Então sim, ponto 3.7.” -----

Ponto 3.7 – Discussão e Votação da Proposta de Ampliação do Cemitério de Famalicão – Declaração de Interesse Municipal nos Termos do Artigo 23º do Regulamento do PDM. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado deseja intervir, sobre este tema? Senhor Presidente de Famalicão, faz favor.” -----

- **António Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão da Serra (Independente):** “Bom dia. Cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes. -----
Eu queria só alertar, em termos de votação, para ser aprovada essa Declaração de Interesse Municipal, dado que andamos a tentar fazer a ampliação do Cemitério já há dez anos. Já tivemos uma Declaração daqui da Assembleia Municipal com a aprovação da ampliação, está muito atrasado e queríamos, a população queria esse aumento o mais rapidamente possível. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Mais algum senhor Deputado deseja intervir sobre esta matéria? Senhor Presidente da Câmara? Também não deseja. Então colocaria à votação, ponto 3.7.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 3.7 - Discussão e Votação da Proposta de Ampliação do Cemitério de Famalicão – Declaração de Interesse Municipal nos Termos do Artigo 23º do Regulamento do PDM.* -----
Aprovado, por unanimidade, com setenta e três votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, finalmente íamos colocar à votação a aprovação em minuta dos pontos votados. Aprovado, por unanimidade, com setenta e três votos a favor. Muito bom dia a todos, muito obrigado pela atenção. Bom Carnaval para todos.” -----

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião quando eram treze horas e quarenta e cinco minutos. -----

